

REVISTA ESPAÇO LIVRE

V. 10, n. 19, jan. jun./2015.

ISSN 2316-3011

Nº19



AUTOGESTÃO
SOCIAL

CAPITALISMO

REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 10, num. 19, jan. jun./2015.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa

Diney Vasco
Edmilson Marques

Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG
Jacira Reis/UFG
Lisandro Braga/UFMS-UFG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF	José Santana da Silva/UEG
André de Melo Santos/UFG	Juversino de Jesus Júnior/UEG
Cleinaldo Pereira dos Santos/SME	Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFG
Cleito Pereira dos Santos/UFG	Lisandro Braga/UFMS-UFG
Deivid Carneiro Ribeiro/IFG	Lucas Maia/IFG
Diego Marques dos Anjos/UNB	Marcos Augusto Marques Ataiades/UEG
Edmilson Borges/UFG	Maria Angélica Peixoto/IFG
Edmilson Marques/UEG	Mateus Ório/UFG
Erisvaldo Souza/UEG-IFG	Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ
Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA	Nildo Viana/UFG
Felipe Mateus de Almeida/UFG	Ovil Bueno Fernandes/UEG
Fernando Lima Neves/USP	Renato Dias de Souza/UEG
Flávio Pereira Diniz/UFG	Rubens Vinícius da Silva/FURB
Gabriel Teles Viana/UFG	Thiago Lemos da Silva/UFU
Jean Isídio dos Santos/UFG	Uelinton Barbosa Rodrigues /UEG
Jacira Reis Veiga/UFG	Veralúcia Pinheiro/UEG
João Gabriel da Fonseca Mateus/UFG	Weder David de Freitas/IFG
José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG	Wellington Rodrigues/UFG

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	05
As Representações Cotidianas e as Correntes de Opinião	07
<i>Nildo Viana</i>	
Ernst Bloch e a Felicidade Prometida	18
<i>Suzana Guerra Albornoz</i>	
Sociedade Capitalista, Competição e Valores Dominantes: a busca dos valores autênticos como processo de luta anticapitalista	25
<i>Mateus Vieira Orio</i>	
Relações de trabalho e desenvolvimento tecnológico segundo Karl Marx	34
<i>Lucas Maia</i>	
A Ciência e a Técnica como Axiologia	47
<i>Maria Angélica Peixoto</i>	
Reforma do Estado e o Avanço do Capital: terceirização, terceirizados e a classe trabalhadora	53
<i>Yuri Rodrigues Cunha</i>	
Reflexões Sobre a Dinâmica da Violência	75
<i>Leon Denis da Costa</i>	
O Marxismo Dissidente de Karl Korsch	86
<i>Dave Renton</i>	
O Significado Original de Libertárias	91
<i>Maria Vitória Conceição Rangel</i>	

APRESENTAÇÃO

O atual estágio em que chegou o capitalismo tem demonstrado que esta sociedade caminha ascendentemente para um modo de vida que o torna cada vez mais insuportável. As relações de exploração, opressão e dominação mantêm e reproduz este estado de coisa que prevalece, onde o capital transforma tudo em mercadoria provocando a coisificação do ser humano. A razão disso está no fato de que os proletários de todos os países continuam sendo expropriados de seu trabalho e sugados até a sua exaustão. Isso explica inclusive o ditado que a morte traz o descanso, pois, nesta vida onde prevalece as relações de exploração, problemas psíquicos, doenças, violência, solidão, suicídios, fome etc., etc., de fato torna a vida um fardo que o indivíduo é constrangido a carregar diariamente até extenuar-se. Até mesmo no período destinado ao repouso as preocupações não cessam e ainda somos bombardeados pelos nauseabundos que dirigem o estado com falácias de que devemos continuar acreditando e defendendo sua magnificência, que precisamos ter paciência e acreditar em suas boas intenções.

É por isso, no entanto, que ultimamente estão constantemente divulgando informações, através dos diversos meios oligopolistas de comunicação, de que estamos vivendo um momento de crise e o estado está atuando no sentido de resolver os problemas sociais. Esta é uma afirmação que objetiva ocultar a verdade por trás dos problemas sociais. Já convenceu a muitos mas a ilusão que a permeia vem sendo superada em larga escala. A verdade está definitivamente vindo à tona de forma generalizada. As diversas estratégias utilizadas pela burguesia e seus auxiliares para ocultar a verdadeira essência do capitalismo estão perdendo a sua eficácia em consequência do avanço da consciência revolucionária.

A cada dia que passa, estão com mais dificuldade de encontrar meios para ocultar o fato de que o capital serve a si próprio; que o estado é auxiliar da burguesia e aqueles que o dirige são indivíduos que querem abocanhar uma parte cada vez maior do mais-valor extraído da classe produtora; que esta mesma burocracia, e suas frações existentes nas várias instâncias da sociedade, é uma organização que atende aos interesses burgueses e reproduz as relações de dominação e exploração; que o proletariado é a classe explorada e a quem cabe a tarefa mais brutal e pesada de carregar nas costas a humanidade, tratando-a e mantendo-a viva. E é por estes motivos fundamentais que cabe à classe explorada e às classes oprimidas lutarem por sua emancipação. Libertando a si mesmos libertarão toda a humanidade dos vis interesses da classe dominante e de seus auxiliares. A todos que não integram essas classes (explorada e oprimidas), mas compartilham de seus interesses, cabe a tarefa de se integrarem na luta pela emancipação humana e contribuir para que um processo revolucionário inicie o mais breve possível.

É no bojo deste conjunto de questões que nos encontramos com a luta de classes. É sua dinâmica que determina a forma como a sociedade está organizada atualmente, assim como depende da mesma a emergência de uma nova sociedade. O atual estado de coisas permanecerá enquanto a dinâmica da luta de classes permanecer sob a hegemonia da burguesia e controlada pelo estado. O estágio insuportável que se tornou a vida na sociedade atual tem despertado muitos indivíduos para a contestação radicalizada e aberta. A luta de classes está se radicalizando e caminhando para um processo revolucionário e poderá chegar ao seu ponto máximo ao se instituir uma dualidade de poder entre o proletariado e a burguesia.

É com o objetivo de fortalecer a luta por uma nova sociedade fundada na autogestão social que o atual número da Revista Espaço Livre vem a público presentear seus leitores com um conjunto de textos que, discutindo temáticas diversas, demonstra o quão complexa é a sociedade em que vivemos atualmente e o quanto a dinâmica da luta de classes cria a necessidade da luta cultural pela emancipação humana. A burguesia tem em suas mãos o conjunto de instituições e tecnologias criadas na história do capitalismo para a comunicação massificada. Não é nem um pouco ingênua em relação ao potencial que representa a produção cultural para a mobilização das pessoas. Por isso tem buscado se apropriar de todos os meios possíveis de produção e divulgação cultural para a reprodução de seus valores e interesses, o que torna marginalizada a cultura de contestação e a cultura revolucionária. É no bojo desta dominação burguesa que a Espaço Livre segue incansavelmente na luta apresentando a sua contestação com o objetivo de contribuir com a emancipação humana. Seus editores e colaboradores buscam ocupar o pequeno espaço que lhes sobra para a divulgação de textos que apresentem uma concepção crítica da sociedade e contribuam com a luta cultural.

O atual número é integrado por nove textos e todos eles apresentam uma contribuição para esclarecer determinados aspectos essenciais do capitalismo; cada um contribui à sua maneira para revelar a farsa que se esconde por trás desta “bela” aparência da sociedade em que vivemos, uma sociedade fundada em relações de exploração, opressão e dominação.

Aos leitores desejamos uma boa leitura e que esta contribua para o avanço da consciência revolucionária.

**Conselho Editorial
Revista Espaço Livre**

As Representações Cotidianas e as Correntes de Opinião

Nildo Viana*

A teoria das representações cotidianas aponta para uma distinção fundamental entre convicção e opinião¹. Essa distinção gera inúmeras outras questões derivadas, tal como o aprofundamento da análise desses dois elementos que são componentes das representações cotidianas. O nosso objetivo aqui é contribuir com a análise da formação das opiniões, inclusive devido sua importância na sociedade contemporânea, fundada num processo no qual as opiniões são mobilizadoras e muitas vezes se transformam em convicções, ganhando um significado ainda mais relevante.

Conceito e Formas de Opinião

O nosso ponto de partida necessário consiste em apresentar o conceito de opinião. O filósofo Platão (1974) opunha a *doxa* ao *logos*, ou seja, opinião e razão. Essa oposição serve para colocar um elemento presente nas opiniões: elas não possuem um embasamento racional mais profundo. No entanto, há algo mais no mundo das opiniões que Platão não percebeu. Sem dúvida, a razão é pouco desenvolvida no mundo das opiniões, mas existe algo mais além disso.

As opiniões são superficiais, não revelam os elementos mais profundos da mente dos indivíduos. Essa superficialidade mostra sua diferença em relação às convicções, que possuem uma fundamentação que as tornam muito mais arraigadas. O caráter infundado das opiniões mostra sua fragilidade. No entanto, há algo mais no mundo das opiniões que Platão não percebeu. As convicções podem ser fundadas na razão, mas também em crenças, valores, sentimentos, interesses. As convicções fundamentadas racionalmente são as mais sólidas no plano racional e em correspondência com a realidade, mas as fundadas em crenças, valores, sentimentos, interesses, são mais fortes ainda, mesmo em desacordo com a realidade. A falta de fundamento no mundo das opiniões não é apenas racional, como se afirma nas concepções racionalistas. As opiniões não possuem uma base racional, sentimental, valorativa, etc. Ou seja,

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG (Universidade Federal de Goiás), Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo.

¹ Sobre esta questão mais específica existem algumas abordagens (VIANA, 2008; VIANA, 2015; PEIXOTO, 2010) e sobre a teoria das representações cotidianas existe uma discussão mais ampla (SOARES et al., 2011; VIANA, 2008; VIANA, 2015; PEIXOTO, 2010; VIANA, 2013a).

as convicções são embasadas, seja na razão ou em crenças, valores, sentimentos, etc., e as opiniões não possuem tal embasamento.

O que são as opiniões? Um conjunto de ideias (bem como afirmações e posições) expresso pelos indivíduos sem maior coerência, rigor, fundamentação, sendo geralmente substituíveis com relativa facilidade. No entanto, isso não deve ser concebido como sendo algo totalmente desvinculado das convicções dos indivíduos. A relação das opiniões com as convicções pode ser direta (derivação) ou indireta (casualidade). É importante, nesse contexto, entender o conceito de convicção. A convicção é um conjunto de ideias que expressam a mentalidade de um indivíduo ou grupo, sendo algo sólido, possuindo uma base racional, sentimental, valorativa, etc.² As opiniões são infundadas e por isso mais maleáveis, fluidas. As convicções são fundamentadas e por isso mais sólidas e menos maleáveis³.

Um mesmo indivíduo possui diversas convicções e opiniões. No caso das convicções, elas são coerentes e estruturadas, enquanto que as opiniões podem ser coerentes ou contraditórias, entre si e/ou com as convicções. As pesquisas de opinião “pública” revelam isso. Uma pesquisa de popularidade pode colocar o presidente de um determinado país com uma popularidade de 70% e alguns meses depois 10%. As convicções não mudaram e sim as opiniões. Dos 70% de apoiadores, a maior parte o faz por opinião. Uma parte apoia por convicção (concepção política, vínculo partidário, interesses pessoais, etc.). Essa parte que apoia por convicção é mais fiel e permanente, dificilmente mudaria de posição (desde que não acontecesse nada que atingisse o vínculo de sua convicção com o presidente em questão). A parte dos apoiadores por opinião é muito mais maleável e pode alterar suas posições com relativa facilidade (embora hajam diferenças e não funcione da mesma forma com todos, como mostraremos a seguir). É por isso que as pesquisas eleitorais possuem uma grande dificuldade de prever reviravoltas, pois elas descobrem as tendências de voto que são opiniões e não convicções e por isso, alguns acontecimentos e processos sociais podem provocar mudanças drásticas no quadro eleitoral.

² “As convicções possuem sua base na mentalidade, o que remete à questão dos sentimentos, valores e crenças dos indivíduos” (PEIXOTO, 2010).

³ Até mesmo a psicologia positivista percebeu isso: “as aferições da opinião pública podem prestar um serviço quando esclarecem áreas de ignorância e má informação. Desempenham um mau serviço quando apresentam, como opinião estabelecida, o eu pode ser o produto de noções casuais, facilmente dissipadas por novas informações, ou pela transformação das circunstâncias” (ASCH, 1977, p. 462). Aqui não se chega a realizar a distinção entre opinião e convicção, mas já se percebe que nem toda opinião é “estabelecida”. A psicanálise de Erich Fromm conseguiu ser bem mais profunda ao distinguir as opiniões das convicções, sendo estas últimas, “opiniões entranhadas” (FROMM e MACCOBY, 1972).

As opiniões assumem algumas formas diferenciadas. A forma mais comum é a *opinião momentânea*. Ela emerge num determinado momento e rapidamente pode ser substituída. É o caso de um indivíduo que a partir de um conjunto limitado de informações toma posição a respeito de uma questão polêmica e ao se defrontar com outra pessoa com opinião contrária, mas mais informada e com mais argumentos, acaba mudando de opinião.

A segunda forma é a *opinião simulada*. Essa emerge em contextos de forte pressão ou repressão, bem como de efervescência social ou, ainda, devido interesses e oportunismo. Em uma determinada instituição, por exemplo, há uma votação sobre algo que parece ser consensual e um ou outro indivíduo com pouca coragem de se manifestar, acaba sendo coagido a votar a favor do que não concorda intimamente⁴.

A terceira forma é a *opinião resistente*. Essa se assemelha à convicção, mas isso é apenas aparente. As opiniões resistentes são infundadas, mas sua maleabilidade é menor, sem deixar de existir. A razão disso está na força da hegemonia ou cultura sobre os indivíduos ou em casos de pessoas que não admitem errar e assim sustentam uma opinião mesmo sem conseguir argumentar ou se convencer de sua veracidade. A opinião resistente também pode existir por causa de seu vínculo mais forte com as convicções dos indivíduos, apesar de não fazer parte delas, ao parecer coerente com elas. Outra razão para a existência de opiniões resistentes é o seu vínculo com interesses pessoais ou outros (funcionando como espécie de racionalização – no sentido freudiano do termo – para determinadas posições assumidas).

Enquanto as formas momentânea e simulada são extremamente maleáveis, a forma resistente já possui uma maleabilidade menor, mas é tão infundada quanto as demais. Na mente

⁴ Ou se omitir, abstando-se. Mas tratando-se de opinião, o referido indivíduo manifesta concordar com a posição apresentada pela maioria, dissimulando sua divergência. Isso pode ocorrer por pressão ou repressão, mas também por interesse, pois isso pode ser útil para certas pretensões dos indivíduos. Obviamente que isso varia de acordo com os indivíduos e tem a ver com personalidade. Algumas pessoas que possuem o que é chamado nas representações cotidianas de “personalidade forte”, podem, mesmo em caso de pressão, se colocar contra o que seria inclusive consensual. As experiências psicológicas a este respeito se esquecem desse fato e generalizam a submissão do indivíduo ao grupo, o que nem sempre ocorre, especialmente nestes casos. É o mesmo que ocorre não numa instituição, mas na sociedade, quando há um quase consenso em torno de algo e alguns indivíduos possuem coragem de demonstrar sua divergência. Também existem situações de dupla pressão (quando há divergência entre um grupo e a sociedade, embora no primeiro caso tenda a ser mais refletido e possa sair do âmbito da mera opinião) e esta pode gerar algumas possibilidades para o indivíduo: a) no caso de sua opinião ser a do grupo, ele pode optar por mudar efetivamente de opinião ou simular a sua para se adaptar à sociedade (na verdade, ao pensamento hegemônico), afastando-se do grupo; b) então optar por ser corajoso e ficar com a opinião do grupo e simular outra opinião diante da sociedade; c) no caso de sua opinião não ser a do grupo e sim a predominante na sociedade, pode simular que concorda com o grupo e assim garantir os vínculos e outros interesses que possa ter no interior do mesmo (e que justifica sua não saída); d) assume sua discordância do grupo e, dependendo da gravidade disso, se afasta dele.

dos indivíduos, bem como nos grupos e na sociedade como um todo, coexistem todas as formas de opinião.

As Correntes de Opinião

A dinâmica das opiniões pode ser explicada a partir de alguns conceitos fundamentais, tais como os de *correntes de opinião e forças formadoras de opinião*. Sem dúvida, outros conceitos fundamentais são necessários, tanto complementares (como hegemonia, blocos sociais, classes sociais, etc.) quanto internos da dinâmica de produção e reprodução das opiniões (como estratificação da opinião, zonas de influência, opiniões vigentes, etc.). No entanto, devido questão de espaço, focalizaremos apenas as correntes e forças formadoras de opinião, os demais ficando para outra oportunidade ou sendo apenas mencionados. Esses conceitos ajudam a entender a dinâmica das opiniões e sua mutação, sendo fundamental para a análise das alterações no mundo das opiniões.

As forças formadoras de opinião não são apenas indivíduos, como supõe a concepção individualista por detrás da ideia de “formadores de opinião”. Isso também remete à ideia de “opinião pública”. A ideia de “formadores de opinião”, muito repetida e pouco refletida⁵, remete geralmente aos jornalistas, mas também a artistas e celebridades, bem como professores e políticos e, em menor grau, cientistas. O problema dessa análise é que deixa de lado a questão de quem “forma os formadores”, para parafrasear Marx a respeito dos educadores (MARX, 1991). A formação dos formadores é apenas um aspecto da questão⁶. O outro aspecto é qual é a capacidade de expressão livre de pensamento (convicções, opiniões, teorias, ideologias, etc.) e em que instituições e condições estão tais “formadores de opinião”. A ideia de “formadores de opinião” é uma abstração e sua única utilidade é identificar um setor influente no processo de produção das correntes de opinião.

⁵ Podemos dizer que existe uma “corrente predominante de opinião” em determinados meios especializados, especialmente da área de comunicação e jornalismo, que repete isso constantemente.

⁶ Alguns percebem, sem maiores reflexões, esse processo: “Assim sendo, faz-se necessário que as instituições que *formam os formadores de opinião*, tais como universidades, comecem desde cedo a cultivar o senso ético, o amor à verdade e a reflexão sobre a felicidade, como nos ensinou Teilhard de Chardin” (HELOANI, 2005, p. 167). O autor revela senso crítico e ao mesmo tempo certa ingenuidade. Sem dúvida, compromisso com a verdade, ética, etc., são necessários e devem ser cultivadas, mas isto não é questão apenas de consciência e sim de interesses (que estão acima das consciências) e de poder, e quem detém o poder não possui interesse na verdade e por isso é uma luta que se deve tratar dentro de tais “instituições”, que não são abstrações e sim palco de relações sociais concretas, de disputas, etc. O mérito do autor é notar, sem desenvolver, a questão da formação dos formadores.

Por isso é importante, antes de analisar as forças formadoras de opinião, entender as correntes de opinião. Obviamente que isso difere da concepção de “opinião pública”. A ideia de uma opinião pública remete a concepções homogeneizadoras que se fundamentam em ideia de “coletivo” (no sentido holista, ou seja, abstrato, e homogêneo), de “maioria”, de “público”, “unidade”, que são problemáticos. Mesmo as concepções que ultrapassam uma concepção monolítica de opinião pública, ainda permanecem no reino das abstrações metafísicas⁷. Nesse sentido, a posição do sociólogo Pierre Bourdieu, segundo a qual a “opinião pública” não existe, nos parece mais adequada:

Em suma, o que eu quis dizer foi que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que por um lado haviam opiniões constituídas, mobilizadas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados; e por outro lado, disposições que, por definição, não constituem opinião, se por esta palavra compreendermos, como fiz ao longo dessa análise, alguma coisa que pode ser formulada num discurso com uma certa propensão à coerência. Esta definição da opinião não é a minha opinião sobre a opinião. É simplesmente uma explicitação da definição revelada através das próprias pesquisas de opinião, ao pedirem às pessoas para tomarem posição sobre opiniões formuladas, e ao produzirem, através de simples agregação estatística as opiniões assim produzidas, este artefato que é a opinião pública. O que digo é apenas que a opinião pública na acepção que é implicitamente admitida pelos que fazem pesquisas de opinião ou utilizam seus resultados, esta opinião não existe (BOURDIEU, 1983, p. 182).

Assim, ao invés de “opinião pública”, temos *correntes de opinião* e ao invés de “formadores de opinião”, temos *forças formadoras de opinião*. A conclusão lógica disso é que precisamos analisar os conceitos de correntes de opinião e forças formadoras de opinião. As correntes de opinião⁸ são dinâmicas: elas surgem, se espalham e perecem. As correntes de opinião são relativas a acontecimentos, processos sociais e políticos, questões polêmicas,

⁷ Isso acaba mostrando a dificuldade de trabalhar com a ideia de opinião pública, gerando uma grande dificuldade em definir tal termo (FIGUEIREDO e CERVellini, 1995) e definições que pouco definem (TUZZO, 2005). Em Marías (1955), a opinião pública é a opinião privada quando é publicada, o que é algo aceitável, embora sem maior importância, mesmo porque ele a desvincula da quantidade e da opinião dominante.

⁸ Esse termo aparece em Durkheim (1974), sem maiores desdobramentos e em seu adversário intelectual da subesfera sociológica, Gabriel Tarde (1992). Para este, as correntes de opinião são “rios sociais”, “esses grandes arrebatamentos que hoje tomam de assalto os corações mais firmes, as razões mais resistentes e fazem os parlamentos ou os governos lhe consagrarem leis e decretos” (TARDE, 1992, p. 30). Aqui o conceito de opinião é diferente do que apresentamos. Ela se encaixa mais como opiniões resistentes ou convicções não-rationais (já que o autor distingue opiniões de razão e “desejo”). No entanto, Tarde teve o mérito de usar o termo e entender sua influência em certos momentos históricos. Nossa posição é mais próxima da de Julian Marías (1955), que reconhece a mobilidade, labilidade e instabilidade das opiniões.

produções culturais e ideológicas⁹, demandas sociais. Elas influenciam a formação de opiniões momentâneas, simuladas e resistentes em determinada conjuntura e por isso são conjunturais.

Durante o processo eleitoral isso é bastante visível: quando há a ascensão de alguns candidatos de forma inesperada, bem como sua queda também tende a ocorrer (inclusive pelos ataques dos adversários que temem tal crescimento), o que ocorre é o surgimento de uma corrente de opinião e sua diminuição em favor de outra corrente. Nesse caso, uma corrente de opinião surge, se espalha, mas a reação gera uma corrente de opinião contrária que lhe retira a força inicial e, dependendo da situação concreta, pode sobrepujá-la. Também podem coexistir correntes de opinião semelhantes que se distinguem por questões secundárias, mas que geram polêmicas e lutas por causa de interesses opostos que fazem sobrevalorar os aspectos secundários.

Em cada sociedade, época e conjuntura existem certas correntes de opinião que podem ser assim divididas: predominantes, vigentes, marginais. As correntes predominantes de opinião são as que dominam em determinado momento; as vigentes são fortes e presentes, mas são secundárias e menos influentes que as anteriores e podem ser divergentes delas ou variações com diferenças secundárias; as marginais são, como diz o nome, minoritárias e geralmente em antagonismo ou pelo menos oposição em relação às demais, especialmente as predominantes.

Em cada momento da sociedade capitalista, marcada por um determinado regime de acumulação, ocorre uma renovação hegemônica (a hegemonia burguesa permanece, mas assume outra forma, tal como na passagem da vigência integracionista para a neoliberal) se produz mudanças em elementos da mentalidade (convicções) que, fatalmente, gera mutações nas opiniões, gerando correntes predominantes de opinião mais duradouras sobre a própria sociedade e época, convivendo com outras mais breves e facilmente substituíveis. Assim, as correntes de opinião são dinâmicas e volúveis, mas isso varia de grau dependendo de um conjunto de determinações.

As Forças Formadoras de Opinião

Porém, não se deve pensar que as correntes de opinião caem do céu ou são produtos de indivíduos. Sem dúvida, elas surgem a partir de indivíduos, mas essa expressão imediata deve ser compreendida através do seu complexo processo de formação, que vai além do

⁹ Ou, como colocou Marías (1955), sobre as “ideologias da moda” e ele coloca também “livros discutidos”, “personalidades rivais”, “as belezas mais famosas”, “atores”, etc.

individual. Assim, se alguns atribuem aos “formadores de opinião” um papel relevante, outros já apontam para a indústria cultural, os intelectuais e os movimentos sociais (TUZZO, 2005) ou os intelectuais, jornais, governos, etc. (MARÍAS, 1955)¹⁰ apenas apontam para o mundo das aparências. A questão é bem mais complexa. Devido ao curto espaço que temos aqui, vamos apenas apresentar uma análise introdutória das forças formadoras de opinião.

O processo de constituição de correntes de opinião não ocorre no vazio. Existem bases reais (sociais) que determinam esse processo. Entre essas bases sociais podemos destacar as mentalidades (especialmente a mentalidade dominante, burguesa, *locus* das convicções), a hegemonia, o modo de produção capitalista e suas mutações (especialmente os regimes de acumulação), a sociabilidade dominante, as formas sociais (culturais, políticas, jurídicas). Nesse amplo contexto, é que podemos observar um conjunto de necessidades e interesses (de indivíduos, grupos, classes sociais), bem como convicções (mentalidade) e cultura em geral, ao lado de uma sociabilidade e vida cotidiana que caracterizam cada etapa da sociedade capitalista, expressa nos sucessivos regimes de acumulação que se desenvolveram historicamente.

É neste amplo contexto que determinadas opiniões podem florescer ou perecer, possuem base social ampla ou restrita, possuem produtores e reprodutores. Assim, é possível, nessa complexidade de determinações, observar algumas forças formadoras de opinião (e de correntes de opinião). As principais forças formadoras de opinião na contemporaneidade são o capital comunicacional¹¹, a classe intelectual, o aparato estatal, as instituições de ensino, organizações da sociedade civil (igreja e partidos, por exemplo), a internet¹². O capital comunicacional (“indústria cultural”) gera correntes de opinião e pode ser decisivo em processos políticos e sociais. O exemplo mais claro desse processo são a propaganda ideológica e os chavões elaborados pelo capital comunicacional e que acabam constituindo correntes de opinião que se espalham pela sociedade (VIANA, 2013b)¹³. A manipulação da

¹⁰ Esses autores não tratam de correntes de opinião, pois Tuzzo analisa a “opinião pública” (algo semelhante ao que abordamos) e Marías ao processo de difusão de ideias (que ele distingue de opiniões), mas ambos tratam de algo semelhante ou próximo, bem como que é possível relacionar com as correntes de opinião.

¹¹ O capital comunicacional é o conjunto dos meios oligopolistas de comunicação (redes de TV, emissoras de rádio, jornais, editoras, gravadoras, etc.).

¹² A internet é a rede mundial de comunicação via aparelhos tecnológicos (especialmente computadores e celulares), que geram diversas redes sociais de comunicação entre os usuários.

¹³ Os chavões podem ser considerados repertórios repetitivos de opiniões existentes, bastante utilizados especialmente pelos jornalistas e que são geralmente simples e curtos. “Quando falamos em lugares-comuns, logo nos vem à ideia a condição intrínseca de um nível de fala universalmente popular: vastas operações, enfim, de simplificação, ricas pelo folclore, pobres pela dessimbolização, triviais pelo uso e desgastadas pela repetição sistemática. Mas o lugar-comum há muito deixou de ser sinônimo de trivialidade, de prosaísmo. Ele habita e vem habitando as mais altas esferas do idioma. Passeia sem maiores problemas entre as conversas que vão dos botequins às claques de intelectuais. O chavão se reproduz em todos os grupos, níveis da fala, diferentes esferas sociais e

comoção com atos violentos, quando estes são apresentado sob certas formas, pode gerar uma corrente de opinião favorável à pena de morte ou redução da maioridade pena, por exemplo.

A classe intelectual atua no interior de empresas e instituições, estatais ou privadas, e por isso sua autonomia não é tão grande quando se pensa. Os jornalistas, por exemplo, possuem uma margem de liberdade limitada. A classe intelectual geralmente está subordinada ao capital (especialmente o comunicacional), ao aparato estatal (incluindo suas instituições de ensino e de cultura em geral), bem como possui seus próprios interesses, o que a predispõe mais ao conformismo, especialmente para garantir seus interesses pessoais, mas também de classe. O aparato estatal através do seu poder de financiamento e regularização (legislação), suas instituições de ensino e seu aparato comunicacional e cultural, também tem forte influência na formação das correntes de opinião. As organizações da sociedade civil são as mais diversificadas e com capacidade diferenciada de influência no processo de formação de opinião. A internet é mais recente e mais frágil, mas tem papel tanto na reprodução das outras forças formadoras de opinião, quanto no sentido de permitir um espaço para concepções alternativas e correntes marginais de opinião. Sem dúvida, no interior dessas forças formadoras de opinião, não existe consenso ou homogeneidade, pois o pequeno capital comunicacional funciona de forma diferenciada, sendo que no grande capital comunicacional existem intelectuais dissidentes e a ânsia pelo lucro possibilita opiniões divergentes. Da mesma forma, na classe intelectual existem distintas posturas intelectuais (além das frações de classe, como artistas, cientistas, filósofos, etc.), com pesos diferentes, e esse processo se manifesta também no aparato estatal, organizações da sociedade civil e internet.

No entanto, esse é o aspecto formal, pois nada diz sobre os conteúdos das correntes de opinião. Para entender os conteúdos e as distintas correntes de opinião, é necessário entender o vínculo das classes sociais e seus derivados (partidos, grupos, meios de comunicação, etc.) e seus interesses, concepções, valores, etc. O conceito de *blocos sociais* acaba sendo de importância fundamental para entender a dinâmica da formação do conteúdo das correntes de opinião. Os blocos sociais são compostos por classes sociais, frações de classes, forças políticas

categorias profissionais. Num jogo de linguagem, os chavões têm servido como autênticas peças, ao que alguns chamariam de a mais fina forma de reificação do pensamento, volta e meia sitiado por ofegantes tentativas de criatividade” (TOGNOLI, 2002, p. 19). O autor desta obra poderia ter produzido uma análise mais profunda do fenômeno, caso tivesse ido mais à realidade do que uma extensa (e eclética) bibliografia que forma um mar de citações incoerentes que pouco contribui com a compreensão do fenômeno real. Inclusive o autor acaba reproduzindo chavões, tal como a repetição por três vezes da frase “o e-mail é a mensagem”. Realmente estamos numa “sociedade de chavões”, pois até os críticos dos chavões os usam abundantemente.

(partidos, grupos, etc.), organizações, indivíduos. Eles giram em torno das classes sociais mais fortes, especialmente a burguesia e o proletariado, mas também as classes auxiliares da burguesia (devido suas condições sociais e maior influência na sociedade). Por isso podemos distinguir três blocos sociais: o dominante, o reformista e o revolucionário.

O bloco dominante é composto geralmente pela classe dominante, pela burocracia estatal, por parte das classes auxiliares, além de apoios em outros setores da sociedade¹⁴. Existem divergências e disputas internas, mas há também uma unidade de interesses que permite a existência do bloco¹⁵. O bloco reformista é composto geralmente pelas classes auxiliares da burguesia (burocracia e intelectualidade), podendo ter maior ou menor apoio de setores das classes desprivilegiadas, sendo que também possui divergências internas. O bloco revolucionário é composto geralmente pelas classes desprivilegiadas e por indivíduos oriundos de algumas das classes auxiliares (especialmente intelectuais e jovens). Cada bloco tem um conjunto de forças políticas que os expressam (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, grupos políticos, associações, meios de comunicação, etc.). No caso do bloco revolucionário isso ocorre em alguns casos (não possuem partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc., restando apenas organizações de base, grupos políticos, tendências no interior dos movimentos sociais, etc.). O bloco dominante tende a gerar correntes predominantes de opinião, assim como às vezes, o bloco reformista¹⁶. O bloco reformista garante a formação de correntes vigentes de opinião e o bloco revolucionário gera correntes marginais.

Assim, a formação das correntes de opinião está intimamente ligada às concepções políticas (no sentido amplo do termo, ou seja, de classe), o que é evidente em relação aos problemas sociais. Por exemplo, no debate atual sobre “terceirização” e “redução da maioria penal”, há a posição do bloco dominante a favor e a dos blocos reformista e revolucionário contra (como raras exceções, oriundas de idiossincrasias, falta de formação teórica, etc.). No

¹⁴ Podemos distinguir nos blocos sociais, os seus componentes dinâmicos e os estáticos. No plano das ideias, existem os produtores, os reprodutores e os receptores. Os dois componentes anteriores possuem interesses que os vinculam ao bloco, enquanto que os receptores nem sempre. Por exemplo, o bloco dominante consegue grande influência nas classes desprivilegiadas, que aqui são componentes receptores do mesmo, funcionando temporariamente como reprodutores sem a mesma convicção e força que os demais.

¹⁵ Em certas situações isso pode gerar crises graves, como quando a burocracia estatal (a sua parte governamental, pois dificilmente isso acontece com sua parte permanente, a burocracia estatutária) entre em conflito com setores ou, pior ainda, com o conjunto da classe capitalista. De resto, as disputas são por cargos e benefícios, ou então eleitorais entre os partidos do bloco dominante, que gera divergências secundárias. Inclusive, é isso que ocorre, também, em grande parte do conflito do bloco dominante com o bloco reformista.

¹⁶ Este anda bastante debilitado depois da ascensão do neoliberalismo (que corroeu as bases da socialdemocracia) e da crise do capitalismo estatal (que corroeu as bases do bolchevismo). No caso brasileiro isso é ainda mais grave com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores, que passou para o bloco dominante, deixando o bloco reformista em frangalhos.

entanto, no campo da moral e outras questões, já não há mais tal evidência, pois o capital abre mão de muita coisa para permanecer no poder, especialmente as secundárias que não dizem respeito à questão da exploração, o bloco revolucionário, principalmente devido ao contingente jovem que está em sua base (além de limites teóricos), tende a encampar as novidades por seu suposto caráter progressista, tal como o bloco reformista. Em poucas palavras, o campo da moral é “negociável” pelo bloco dominante e no bloco reformista e é “confuso” no bloco revolucionário e por isso não há a visibilidade de posições claras como no que se refere à algumas questões sociais que envolvem diretamente as classes sociais. O conteúdo das correntes de opinião é, direta ou indiretamente, político.

As forças formadoras de opinião são identificadas pelos indivíduos (intelectuais, incluindo artistas, cientistas, jornalistas, etc.) e veículos (meios de comunicação, tal como jornais, televisão, etc.), geralmente condenados e responsabilizados, mas por detrás deles há algo mais, existem os blocos sociais e estes expressam uma ou outra classe social. Assim, a análise das forças formadoras de opinião nos permite perceber a luta de classes e as classes sociais por detrás da formação das correntes de opinião, através de um conjunto de mediações que tornam quase invisível sua determinação fundamental, principalmente para os empiricistas e reprodutores das ideologias dominantes.

Considerações finais

O mundo das opiniões é aparentemente simples, mas possui uma complexidade muitas vezes oculta. Aqui não foi possível abordar todos os elementos necessários para entender esse complexo fenômeno, pois precisaria discutir outros processos relacionados e derivados, inclusive a relação com as convicções (e como determinadas opiniões podem gerar convicções), entre inúmeras outras. Como uma abordagem introdutória e parcial, no interior de uma teoria das representações cotidianas, o artigo cumpriu o seu papel. Outras contribuições poderão ajudar a avançar no projeto de compreender o mundo das opiniões, sua dinâmica e características, e seu significado no interior das representações cotidianas, incluindo sua importância nas lutas sociais e mobilização da população, bem como no processo de pesquisa que muitas vezes não tem acesso às convicções e consegue acesso apenas às opiniões. Este é apenas mais um passo de um programa de pesquisa sobre as representações cotidianas.

Referências bibliográficas

- ASCH, Solomon. *Psicologia Social*. 4ª edição, São Paulo: Nacional, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. 6ª edição, São Paulo: Nacional, 1974.
- FIGUEIREDO, Rubens e CERVellini, Silvia. Contribuições para o Conceito de Opinião Pública. *Opinião Pública*, Campinas, vol. III, nº 3, Dezembro, 1995. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figuereado_cevellini.pdf Acessado em: 08/07/2015.
- FROMM, Erich e MACOBY, Michael. *Caráter Social de uma Aldeia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- HELOANI, Roberto. Vivendo no Limite: Quem São nossos Formadores de Opinião. REVISTA USP, São Paulo, n.65, março/maio, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13418/15236> Acessado em: 08/07/2015.
- MARÍAS, Julian. *A Estrutura Social*. São Paulo: Duas Cidades, 1955.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991.
- PEIXOTO, Maria Angélica. As representações cotidianas do trabalho doméstico. In: MARTINS, Dilamar; MATTOS, Isabel M. e SOARES, Mauro V. *Região e poder: Representações em fluxo*. Goiânia: EdIPuc, 2010.
- PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Globo, 1975.
- SOARES, Cássia et. al. Representações cotidianas: uma proposta de apreensão de valores sociais na vertente marxista de produção do conhecimento. *Revista da Escola de Enfermagem/USP*, vol.45, num. Esp. 02, São Paulo, Dez. 2011.
- TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TOGNOLI, Claudio. *A Sociedade dos Chavões*. Presença e Função do Lugar-Comum nas Comunicações. 2ª edição, São Paulo: Escrituras, 2002.
- TUZZO, Simone. *Deslumbramento Coletivo*. Opinião Pública, Mídia e Universidade. São Paulo: Annablume, 2005.
- VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015.
- VIANA, Nildo. As Representações da Violência no Discurso Jornalístico. *Comunicação e Política*. Vol. 31, num. 02, Mai./Ago. 2013b.
- VIANA, Nildo. Imaginário e Ideologia – As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo. *Revista Espaço Livre*, ano 5, num. 15, 2013a.
- VIANA, Nildo. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.

Ernst Bloch e a Felicidade Prometida

Suzana Guerra Albornoz*

Conhecido e admirado por um grupo bastante numeroso de estudiosos, com muitas teses acadêmicas que lhe têm sido dedicadas, na Alemanha como em outros países da Europa e América do Norte e, mesmo, algumas, no Brasil, Ernst Bloch, contudo, não tem estado presente nas discussões predominantes da academia e da mídia neste começo de século XXI e, se nos anos da moda do marxismo podia parecer demasiado utópico ou herético para os ortodoxos da doutrina do socialismo científico, em tempos de pós-modernismo e pós-marxismo mantém um discreto lugar à margem, pelo que me parece interessante, ainda hoje, ao abordar um aspecto de seu pensamento, começar pela apresentação do filósofo, sua vida e sua obra.

Ernst Bloch nasceu a 8 de julho de 1885, em Ludwigshafen, Alemanha. Filho de uma família de origem judaica, viveu intensamente o drama dos judeus alemães no século XX. Por outro lado, a situação geográfica especial de Ludwigshafen, frente a Mannheim, segundo ele próprio viria a afirmar, influenciou sua consciência ao mesmo tempo socialista, solidária com a classe operária, cuja situação era clamorosa na Ludwigshafen industrial, e humanista, ávida da cultura artística clássica, esta que brilhava nos salões da Mannheim imperial.

Bloch estudou Música, Filologia, Física e Filosofia: de 1908 a 1911, em Berlim, onde foi colega de Georg Simmel; de 1911 a 1914, em Heidelberg, onde foi aluno de Max Weber e colega de Karl Jaspers e Georg Lukács, com quem desenvolveu longa afinidade.

Humanista e socialista, pois, durante a primeira guerra mundial, Bloch se recusou a lutar, exilando-se na Suíça.

Casou-se pela primeira vez com Else von Stritsky, russa de origem aristocrática, de profundas convicções religiosas, que morreria precocemente, em 1921. Em sua única obra até hoje traduzida para o português – *Thomas Münzer, teólogo da revolução*, o filósofo mostra seu entusiasmo com o misticismo cristão, tão forte na Rússia, e com os novos caminhos sociais e políticos de dimensão messiânica trilhados pelo povo russo naqueles anos

* Professora da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.

da Revolução de 1917, sendo estes elementos evidentemente aliados a um *pathos* doloroso, que expressa, de algum modo, o luto recente.

Após a República de Weimar e com o advento do nazismo na Alemanha, em 1933, começa um longo período de exílio – Zürich, Viena, Praga e, finalmente, em 1938, os EEUU, onde a segunda esposa, Karola Bloch, arquiteta, providenciaria o sustento da família.

Terminada a segunda guerra mundial, em 1949, Bloch pôde escolher entre a Universidade Goethe, de Frankfurt, na Alemanha ocidental, e a Universidade Karl Marx, em Leipzig, na Alemanha oriental, tendo optado por esta, coerente com seus ideais socialistas.

Todavia, suas ideias eram demasiado livres e originais, demasiado “idealistas” para o gosto da ortodoxia do partido comunista da então DDR e, após a repressão da rebelião da Hungria em 1956, quando se manifestou solidário com o povo húngaro e contra a intervenção autoritária, o filósofo e seus discípulos passaram a ser vigiados, impedidos de falar, perseguidos, por isto, em 1961, por ocasião de uma licença para visitar amigos, a família Bloch não retornaria a Leipzig, iniciando o período de Tübingen, na Suávia, ao sul da Alemanha ocidental.

Os últimos dezesseis anos do filósofo, que acompanharam os efervescentes decênios da revolta dos jovens pelo mundo, foram de intensa atividade docente e também de liderança política, desenvolvida sobretudo como inspiração da geração estudantil e a partir daquela encantadora cidade universitária, academicamente famosa também porque, no século XIX, seus mais ilustres alunos, os jovens Hegel, Hoelderlin e Schelling, honraram o seu seminário luterano de teologia. Ali, às margens do rio Neckar, ao lado da Torre de Hoelderlin, morreu Ernst Bloch a 4 de agosto de 1977.

Em sua longa existência e peregrinação, o filósofo da utopia desenvolveu uma imensa cultura múltipla, enciclopédica, que logo se faz notar em seus escritos. Sua filosofia da música impressiona pela erudição, assim como toda a história da filosofia, do direito, da arte, enfim, toda a história da civilização, da cultura, do espírito humano encontra lugar em sua reflexão, sobretudo a história das utopias, que são analisadas nos seus mais diversos aspectos – utopias literárias e filosóficas, mas também geográficas, arquitetônicas, técnicas, médicas, religiosas.

A grande enciclopédica filosófica das utopias desenvolvida pela obra blochiana dá testemunho da abundante informação e profundo conhecimento do filósofo de tudo aquilo que podemos chamar de “margens da história do espírito”, quais sejam: os pensadores

renascentistas, as tendências esotéricas da gnose e da mística alemã, os mitos astrais, a apocalíptica, a maçonaria, a alquimia; as seitas cristãs consideradas heréticas e, na tradição judaica, o hassidismo, o messianismo, a cabala... enfim, de tudo aquilo que move o espírito humano na direção do novo, portanto, em sentido estrito, do utópico, mas que se apresenta como que na sombra, ao lado da corrente central da filosofia ocidental, de origem e feição gregas; portanto, à margem das formas mais dominantes da história cristã, com predomínio da influência romana e, no judaísmo, também à margem da luminosa tradição racionalista rabínica.

O gênero em que Bloch escreve é o ensaio, barroco e expressionista. Em seu texto é abundante o uso da metáfora, das imagens, das figuras que funcionam como símbolos ou formam alegorias, pelo que se pode dizer que é ao mesmo tempo conciso e prolixo, aberto à múltipla interpretação.

A vida de Ernst Bloch dá testemunho de uma concepção de felicidade: suas grandes paixões foram a filosofia e a reflexão, sobre a arte e a história, também a história das ciências, do direito e das religiões. Humanista e socialista, termos que identificam dois modos de ser e pensar hoje algo fora de moda, pelo menos postos em questão, também por quem toma como aquisição inquestionável o “desaparecimento do sujeito” postulado pelas tendências estruturalistas das ciências humanas, Bloch manteve fidelidade aos ideais morais e humanos de sua juventude, sem aderir ao ativismo político. À obediência ao Estado, preferiu a desobediência ao lado do pacifismo; ao alinhamento ao partido, preferiu a ilustrada liberdade de pensamento e expressão.

Para seguir seus ideais ou, poderíamos talvez dizer, seus sentimentos e paixões, foi forçado muitas vezes a exilar-se e emigrar, o que tornou a fazer até a idade de 76 anos, quando chegou a Tübingen, à qual seu nome ficaria associado, sendo chamado às vezes de “o mago de Tübingen”, não só pelo teor de seus assuntos prediletos e teses sobre os aspectos ocultos da história do espírito, como também pela célebre magia de sua palavra, exercida com arte peculiar, tanto a palavra oral como a escrita.

Os textos múltiplos nas obras completas mostram o desenho geral de uma concepção que atribui um lugar próprio à felicidade, identificada ao país do sonho e da utopia: a *Schlaraffenland*, o *Pays de Cocagne*, os *Chateaux en Espagne*, a nossa *Pasárgada* de Manuel Bandeira, o *País das maravilhas*, de uma Alice que não permanece pequena como criança.

A felicidade se encontra naquele mundo sonhado que se pode antever através da vitrine de Natal, que é buscado pela concreta luta política e que, até certo ponto, é realizado, ainda que de modo fragmentário, pelas grandes obras de arte, como nas sinfonias de Beethoven.

A antropologia filosófica contida nos textos desta obra, tal como se pode depreender de uma leitura geral, afirma uma concepção do homem como um ser de pulsões, que pressionam em direção de sua satisfação. Ao ser humano não é negado o movimento e a brecha da liberdade, tal como o fazem os determinismos, biológico-naturais ou econômico-sociais, mas também não é negado nem esquecido o elo íntimo do espírito com a matéria, a vida, a carne, base que comanda a aparição da pulsão, do instinto, do desejo, da aspiração, da fome.

São diversas as fomes humanas e o autor não esquece de tematizar as do corpo como as do afeto, as do conhecimento como as do espírito. Tais fomes múltiplas, que se apresentam em tão vários níveis e ante objetos de substância tão diversa, mostram as reais carências dos seres humanos, sendo estas sintomas de suas possibilidades ainda não realizadas.

As possibilidades humanas, dimensões do humano ainda não bem realizadas, apresentam-se e antecipam-se nos sonhos acordados, diurnos, dos que Bloch desenvolve ampla fenomenologia, assim como os sonhos noturnos são interpretados pelas diversas escolas da psicanálise.

A ciência aplicada à medicina busca a superação da dor, da doença, da morte, assim como dos limites naturais da genética. Inúmeras questões novas e desafios nos são colocados para a reflexão ética em nosso tempo justamente por causa dos avanços realizados pela ciência genética e pela medicina, que transformam hoje em realidade os sonhos acordados dos cientistas de ainda há pouco. O que hoje é possível e mesmo o que é real seriam considerados utópicos, com certeza encarados como impossíveis no século XVIII e em grande parte do século XIX, talvez também na primeira parte do século XX, ou mesmo em todo ele, entre o comum dos mortais que não acompanham de perto a evolução dos conhecimentos científicos. O desejo de controlar a dor, a doença, a morte, melhorando a qualidade geral e alongando a expectativa de vida, continua a animar o progresso das ciências que apoiam a medicina, e é de causar espanto a transformação, neste último século, da potência utópica em realidades ou potencialidades à beira da realização.

A arquitetura dá veemente testemunho de ir em busca da realização da utopia, identificada esta com o sonho humano da criação do espaço ideal para a felicidade e a representação da dignidade da vida humana.

E este mesmo impulso se mostra no esforço para superar fronteiras, alma do que Bloch chama de utopias geográficas, que inspiraram as grandes navegações do tempo do Renascimento alimentadas pelo sonho do Eldorado, assim como leva hoje à pesquisa de outros lugares para o homem na exploração espacial.

Por sua vez, a literatura registra de modo muito particular as imaginações de um modo de vida social sem miséria e sem desigualdades, seja predominantemente pela ordem ou pela liberdade. A história literária das utopias na modernidade é uma história rica e nada inócua, cheia de criatividade positiva, em ligação muito estreita com a realidade moderna, posta em contínuo movimento atrás da realização da utópica ideia de progresso, com o que este contém de processo de mudança e avanço científico-tecnológico, mas também de promessa de felicidade.

A ciência aplicada à técnica moderna busca superar os limites que prendem o homem ao trabalho penoso, à falta de tempo para o descanso, à lentidão da viagem, ao chão da terra. Os movimentos sociais na modernidade buscam igualdade, fraternidade, liberdade, maior justiça nas relações humanas, quer dizer, condições para a felicidade, individual e coletiva.

O impulso de ser-mais, melhor e mais feliz, aparece no cotidiano, manifestando-se no detalhe da vestimenta, do enfeite, da maquiagem, assim como se expressa e fala mais alto na fantasia que se eleva acima do comum e cotidiano, no picadeiro, no palco, no carnaval. Nas artes, sobretudo na música, o conteúdo da utopia, este núcleo que carrega a substância da felicidade, mostra-se como realidade, embora fragmentária.

É evidente que estamos lidando com um conceito *sui generis* de utopia, que precisamos considerar com cuidado.¹

Neste universo conceitual, os sonhos acordados, diurnos, não se identificam ao impossível; os sonhos diurnos coletivos das assim chamadas utopias, em vez do impossível, tal como o preconceito vulgar quereria afirmar, indicam o possível embutido no real, sendo

¹ Para explorar melhor este conceito, remeto a meus trabalhos anteriores: *Ética e Utopia* (1985), *O Enigma da Esperança* (1999) e *Violência ou não-violência* (2000), cuja Bibliografia orienta adiante.

que cada tempo possui sua “utopia concreta”, aquele novo histórico que “está por ser realizado”, à beira de tornar-se realidade.

Para Ernst Bloch, cuja idade adulta e ativa cobre o período de 1907 a 1977, a utopia concreta foi o socialismo, a luta de emancipação socialista pela afirmação de novos direitos das classes trabalhadoras e a conquista de novas condições humanas de igualdade, dignidade, felicidade.

A felicidade de caráter individualista é considerada ideológica, enganosa e precária. A busca da felicidade coletiva, de caráter altruísta, é também utópica mas, em outro sentido, é também verdadeira e real: verdadeira e digna, moralmente, porque altruísta, e também verdadeira porque, sendo expressão coletiva, indica de modo concreto, politicamente, a possibilidade real.

É óbvio que a felicidade não se encontra por todo lado em redor de nós. Durante a segunda guerra mundial, enquanto escrevia sua grande obra-prima, *O Princípio Esperança*, Ernst Bloch tinha muitos motivos para reconhecer a insuficiência e a infelicidade do presente, ao qual se referia, com forte tom de crítica ao mundo dirigido em função do capital, como ao “momento obscuro do presente”, o que podemos bem compreender, sendo que as tragédias daquele tempo ainda são fantasmas muito vivos nas obras culturais do mundo de hoje.

A felicidade da superação das fomes humanas, inclusive do respeito aos direitos humanos, que correspondem à ideia da dignidade humana, atualmente é esperança. Mas não é “mera esperança”, como algo que se posterga indefinidamente e deva ser classificado entre as ilusões ou, quem sabe, entre as superstições da humanidade. É esperança fundada na realidade, porque o desenvolvimento científico e técnico e a capacidade de produção dos homens já tornou este sonho apto a tornar-se realidade, só sendo necessária a conjunção das condições objetivas com as subjetivas, ou seja, a superação da “estultice culpada”, dos enganos e desvios políticos e morais, da decisão humana e da liberdade.

Em outros termos, para que a felicidade coletiva possa começar a tornar-se realidade, o desenvolvimento necessário é mais do plano da “vontade política”, do aperfeiçoamento cultural e psicológico, do que antes se diria como “espírito”, pois as condições materiais estão dadas.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Suzana. *Ética e Utopia*. Porto Alegre: Movimento, 1985.

ALBORNOZ, Suzana. *O Enigma da Esperança*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ALBORNOZ, Suzana. *Violência ou Não-Violência*. Sta Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

Sociedade Capitalista, Competição e Valores Dominantes: a busca dos valores autênticos como processo de luta anticapitalista*

Mateus Vieira Orio**

O presente trabalho tem como objetivo promover uma discussão acerca do tema “sociedade competitiva”. Para tanto, a pretensão é discutir a sociedade contemporânea e a manifestação da competição nesta sociedade. Deste modo, a sociedade atual é concebida como sociedade capitalista, marcada pela divisão da sociedade entre classes sociais. E a competição se apresenta tanto a nível social como a nível pessoal como manifestação dos valores burgueses. Deste modo, a luta contra a sociedade capitalista se constitui em uma luta contra os valores dominantes, uma luta em prol dos valores humanistas autênticos e uma luta que não é individual, mas social.

Entendemos aqui sociedade como “o conjunto das relações sociais existentes em determinado território e momento histórico. Assim, podemos falar de sociedade brasileira, sociedade capitalista, sociedade feudal, etc. [...]” (VIANA, 2011, p. 9). Mas se queremos falar da sociedade contemporânea é necessário compreender em qual sociedade vivemos. Desta forma, partimos do entendimento de que vivemos na sociedade capitalista e, nesse sentido, pretendemos abarcar a totalidade das relações sociais, não nos limitando a tratar de um país determinado, mas tratando de uma época determinada, que é a contemporaneidade. A época que nos é contemporânea, porém, não é vazia em conteúdo histórico, mas é fruto de um processo.

Após vários processos sociais – desde o aumento no número de cidades na Idade Média, o aumento das transações comerciais, a expansão dos mercados, a Reforma Protestante até o Iluminismo, as chamadas Revoluções Burguesas e a Revolução Industrial – são solapadas as bases que sustentavam o feudalismo e inicia-se a era do capitalismo, inaugurando assim a modernidade (ORIO, 2014, p. 20-21).

Entendemos então, a despeito da distinção historiográfica entre idade moderna e idade contemporânea, que vivemos na modernidade e o que marca este contexto é o capitalismo e este é entendido como um modo de produção. Assim, ele não é, como muitos pensam de maneira simplória, um “sistema” econômico ou uma “forma de governo”:

* O presente texto apresenta-se como um desdobramento das ideias anteriormente expostas em um artigo publicado na Revista Posição (ORIO, 2015).

** Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Sociologia (UFG), Graduado em ciências sociais (UFG).

Assim, o capitalismo é uma maneira que os seres humanos desenvolveram para produzir e reproduzir suas condições materiais de existência e, assim como os modos de produção anteriores (ex.: escravismo, feudalismo), não é um produto determinado imediatamente pela relação dos seres humanos com a natureza. Ele é uma construção social que implicou em diversas escolhas dos seres humanos no decorrer da história. E, como todo modo de produção específico, traz consigo representações, ideias, valores, etc. correspondentes e convenientes à forma de produção material que lhe é específica (ORIO, 2014, p. 21).

Quais são, além disso, as características do capitalismo? Podemos apresentar, inicialmente, como uma característica fundamental deste modo de produção, a divisão da sociedade entre distintas classes sociais. Deste modo, entendemos que o modo de produção capitalista – assim como o feudal e o escravista que o precederam – é um modo de produção marcado pelas desigualdades sociais. Não queremos dizer assim que os seres humanos sempre desenvolvem formas desiguais de sociedade, mas simplesmente que a história da humanidade – com exceção ao chamado comunismo primitivo, em que os seres humanos viviam em condições de luta pela sobrevivência devido à escassez de recursos e tecnologia – tem sido a história do conflito entre classes sociais, tal como apresentaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1998). A característica da desigualdade social, portanto, é um elemento que acarreta em conflitos sociais, acarreta, nesse sentido, em competição, como desenvolveremos a seguir.

O capital é o que caracteriza a sociedade capitalista. Afinal esta sociedade, marcada por este modo de produção, encontra-se fundamentada na acumulação de capital. O capital é uma relação social entre diferentes classes sociais. O dinheiro só se torna capital na medida em que ele é empregado na circulação de mercadorias para gerar lucro, ou seja, para que quem o investe receba uma quantidade maior que investiu. E para gerar lucro é necessário explorar força de trabalho, pois é a força de trabalho que cria riquezas na sociedade.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX, 1996, p. 285).

Então, quanto mais trabalho é empregado para produzir uma mercadoria, mais esta mercadoria tem valor. Para se produzir uma camisa é necessário o trabalho de quem produziu a máquina de costura, o trabalho da costureira, assim como o trabalho de quem produziu a linha, de quem produziu o tecido, etc. Todos estes trabalhos diferentes agregam valor ao produto final, ou seja, à camisa. Na medida em que um trabalhador emprega seu trabalho na construção de um objeto ele recebe para isso um salário, mas o salário recebido não é

compatível com o trabalho desenvolvido porque o custo da força de trabalho é o custo da manutenção da vida do trabalhador (alimentação, moradia, sustento de seus filhos, etc.) e este custo é inferior ao que o trabalhador produz e isso possibilita lucro ao empregador.

Para que o “empregador” possa, de fato, empregar força de trabalho ele precisa ter a posse de meios de produção, ou seja, locais de produção, máquinas, matérias primas, matérias auxiliares, etc. Então, aquele que emprega outros indivíduos pertence, no seio das relações sociais capitalistas, à classe capitalista, enquanto que aquele que é empregado, ou melhor, que vende a sua força de trabalho, pertence ao proletariado. E se o trabalho é a fonte de riquezas no capitalismo e se o valor do salário não é compatível ao valor do produto do trabalho do proletário, este é, portanto, explorado pelo capitalista. Assim, o capital é esta relação de exploração entre capitalista e proletário e por isso o capitalismo é um modo de produção fundamentado na obtenção de lucro essencialmente originada pela exploração dos trabalhadores.

Além disso, se existe uma divisão entre classes sociais há uma classe que tem maior poder na sociedade. E esta classe é a classe capitalista, ou seja, os indivíduos que, com suas empresas e fábricas, exploram os demais. A partir disso, esta classe passa a ter poder para financiar e eleger os representantes do Estado, de influenciar os meios de comunicação, etc.

Enquanto a classe capitalista busca conservar as relações sociais existentes, conservar o capitalismo e aprofundar a exploração, o proletariado, por sentir na pele o peso da desigualdade, exploração do trabalho e da não realização de suas potencialidades, busca transformar as relações sociais existentes. O conjunto de contradições e desigualdades da sociedade; o grande número de pessoas insatisfeitas que esta sociedade gera; as crises sofridas pelo capitalismo, entre outras coisas, são elementos que contribuem para a destruição das relações sociais capitalistas. Mas as imposições instituídas em leis e costumes; a falta de consciência por parte dos indivíduos que são explorados; o poder da classe dominante, etc. são elementos que contribuem para a manutenção das relações sociais capitalistas.

O modo de produção da vida humana engloba tanto a produção material (alimentos, roupas, moradia, etc.), como também a produção ideal (ideias, costumes, leis, etc.). E como há uma classe dominante nesta sociedade, as ideias mais difundidas, as ideias dominantes, são as ideias propagadas pela classe dominante. Se a sociedade funciona e se mantém de uma determinada forma, as pessoas tendem a acreditar que aquela forma é a única possível,

ou a melhor possível, ou seja, tendem a naturalizar a sociedade. Deste modo, hoje em dia é comum crescermos acreditando em um determinado “ciclo de vida” que se desenvolve mais ou menos desta forma: nascer, crescer, ir para a escola, conseguir um emprego, casar-se, reproduzir-se, educar os filhos segundo a mesma educação que teve e morrer. Esta crença não é questionada, é aceita tão passivamente como a lei da gravidade, é, por isso, naturalizada. E é comum também crescermos acreditando na validade e imutabilidade dos modelos existentes de família, Estado, polícia, organizações burocráticas, etc.

Mas além da naturalização das relações sociais que nos são contemporâneas, há também outras duas tendências que reforçam e aprofundam as ideias da classe capitalista: o processo de mercantilização e o processo de burocratização das relações sociais. Nesse sentido, a produção capitalista, vai se expandindo e invadindo todos os setores da vida social, de forma que tudo, inclusive pessoas, passa a ser medido como as mercadorias: pelo seu valor de troca. Por isso as pessoas passam a ser avaliadas pelo que têm e não pelo que são. E com o aumento da intervenção estatal, a expansão do setor de serviços, o desenvolvimento de entidades de mediação política na sociedade civil e a ampliação do domínio das empresas privadas, que se concretizaram no decorrer do desenvolvimento capitalista, é efetivado um processo de crescente burocratização das relações sociais que dificulta ainda mais a busca autônoma pela realização das potencialidades humanas (VIANA, 2008).

Os seres humanos são então avaliados segundo aquilo que possuem. Quanto mais possuem mais são valiosos para a sociedade. Quanto mais compram mais importantes se tornam, e se não *têm* nada *são* insignificantes, invisíveis. As pessoas até se sentem melhores ao consumir, se sentem maiores. A cada nova roupa, carro ou aparelho eletrônico adquirido é como se a pessoa subisse um degrau na escala social. “[...] tem-se a impressão de que a própria essência do ser é ter: de que se alguém nada tem, não é” (FROMM, 1982, p. 35).

Os indivíduos passam a ser não só avaliados como também identificados por aquilo que possuem. A mercantilização da vida e a burocratização, são elementos do conjunto de relações sociais que realizam cotidianamente a reprodução das relações de produção dominantes. Desta forma o modo de produção acaba condicionando todas as demais esferas da vida social criando uma sociabilidade capitalista (VIANA, 2008). Os desejos de adquirir, manter e aumentar a propriedade privada fazem parte desta sociabilidade de modo que aqueles que possuem mais propriedade são admirados como seres superiores pelos demais (ORIO, 2014, p. 74-75).

A mercantilização e a burocratização das relações sociais, assim como a naturalização, são processos sociais que contribuem para a manutenção do modo de produção capitalista, ou seja, para a manutenção da sociedade capitalista:

Os valores dominantes fundamentais que cumprem um papel crucial na reprodução da hegemonia burguesa são aqueles que apontam para a riqueza material, o dinheiro, o poder, o status, o sucesso. A sociabilidade capitalista, fundamentada na competição, na mercantilização e na burocratização das relações sociais, gera uma mentalidade burguesa dominada por estes valores e que é mobilizadora, no sentido de reproduzir estas mesmas relações sociais (VIANA, 2007, p. 97).

Em nível social, a competição se expressa: na relação conflituosa entre diferentes companhias e nações capitalistas; nas relações entre as classes sociais; e, entre outras coisas, na busca por emprego. O capitalismo é um modo de produção que precisa se expandir. Conforme aumentam os investimentos em meios de produção, diminuem proporcionalmente os investimentos com trabalhadores (processo mecanização do trabalho), mas são os trabalhadores que geram lucro e com isso a taxa de lucro cai. E este processo acarreta em crises no capitalismo. E durante as crises as empresas que acumulam menos vão à falência, fazendo com que as grandes empresas cresçam cada vez mais.

A tendência de queda nas taxas de lucro capitalistas não é uma relação simples, mas podemos entendê-la da seguinte forma: se um produtor de camisas consegue uma máquina que reduz pela metade o tempo da produção de camisas e, além disso, reduza também pela metade o número de funcionários, ele obterá bastante lucro na medida em que poderá produzir mais camisas em menos tempo e menos custos do que os seus concorrentes. Mas, na medida em que a concorrência adote também a mesma tecnologia e também reduza pela metade o tempo de produção e o número de funcionários, ocorre aí uma mudança global na força produtiva de camisas¹, acarretando em uma drástica redução no valor social das camisas. As camisas valendo menos, o lucro do capitalista torna-se menor.

A crise de 1929 foi considerada uma crise de superprodução. Nesse sentido, eram produzidas muitas mercadorias e em grande escala, não havia, porém, compradores

¹ O tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria determinada varia conforme a força produtiva de trabalho e esta é determinada, entre outras coisas, pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 1996, p. 169). Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria muda na razão inversa do desenvolvimento da força produtiva que nela se realiza, pois com a força produtiva mais desenvolvida, de modo a possibilitar a produção de uma mercadoria em menos tempo, o valor desta mercadoria (o tempo socialmente necessário para produzi-la) diminui (ORIO, 2014, p. 22).

suficientes para as mercadorias e assim o valor das mercadorias não se efetivava e, portanto, não poderia ser convertido em capital. Mas apesar da quebra da bolsa de Nova York, o que temos no início dos anos 1950 é a consolidação dos Estados Unidos como a maior potência econômica do mundo. O que há então entre 1929 e 1950 que possibilita que a consolidação econômica dos EUA? Sim: a Segunda Guerra Mundial! Com a guerra se efetivou uma destruição em massa de forças produtivas (máquinas, matérias primas, locais de produção, etc.) e também de força de trabalho (trabalhadores). E a reconstrução dos países destruídos pela guerra empreendida pelos estadunidenses, “bons samaritanos”, possibilitou grande acúmulo de capital.

Nesta época se inicia nos EUA e também em países da Europa o chamado “Estado de Bem-Estar Social”, em que havia emprego para quase todos os cidadãos estadunidenses, bem como boas condições de acesso a saúde e ao consumo em geral. Mas a derrocada do “Estado de Bem-Estar Social” apenas comprova a tendência das crises capitalistas decorrentes da tendência de queda nas taxas de lucro. Já no final dos anos 1960 nova crise se alastra nestes países muito em decorrência da insatisfação e lutas sociais nos demais países a eles subordinados. Estes são apenas exemplos históricos da manifestação das tendências do capitalismo, entre elas a competição entre empresas e nações capitalistas.

No que diz respeito às classes sociais, a *burguesia* (classe capitalista) deseja sempre ampliar a exploração enquanto classe dominante, para ampliar seus lucros, ampliar seu domínio sobre as demais, ampliar sua capacidade de impor suas verdades. Enquanto isso o *proletariado* e demais classes prejudicadas no capitalismo buscam tentar diminuir a exploração por meio do aumento do salário, diminuição das horas de trabalho, melhoria das condições de trabalho, mais benefícios, etc. A *burocracia* – uma classe social sustentada pelo rendimento acumulado através da exploração capitalista que é redistribuído pela sociedade – busca manter sua legitimidade e hierarquia: a polícia não pode matar de forma muito escancarada (ou deve pelo menos ocultar seus assassinatos), para não criar problemas para os governantes, por exemplo. E os *meios de comunicação* (geridos pelos capitalistas da comunicação) buscam difundir as ideias dominantes, mas também desenvolver atrações que agradem as demais classes e que possibilitem obter recursos estatais.

No que diz respeito à manifestação da competição na busca por emprego, cada indivíduo busca investir mais em sua formação pessoal, pode aceitar salários mais baixos

conforme o mercado de trabalho esteja muito concorrido, pode reivindicar melhores condições de emprego para sua própria categoria profissional em detrimento das outras, etc.

E, além do exposto acima, a competição se manifesta também a nível pessoal. Em primeiro lugar é necessário ressaltar que as relações afetivas não estão descoladas da sociedade. A sociedade não deixa de existir quando você começa a namorar uma pessoa. A língua, a classe social, o país de origem, a religião, entre várias outras coisas, interfere nas escolhas de com quem, onde e como se relacionar afetivamente.

Na sociedade contemporânea (sociedade capitalista) a amizade (e as relações afetivas em geral) é também permeada por valores inautênticos, ou seja, pelos valores difundidos pela classe dominante como forma de assegurar a manutenção de seu domínio. Cobranças imperiosas, conflitos de lealdade, falsidade e egoísmo, não expressam autenticidade, não expressam o apreço pelo ser humano. Desta forma, muito das relações afetivas que são construídas estão permeadas pelos valores dominantes na sociedade capitalista, como a concorrência e o individualismo. Isso porque contemporaneamente as pessoas precisam sobreviver a partir de um emprego, de uma atribuição na sociedade capitalista. E por mais que alguém diga não participar da sociedade capitalista, isto é uma ilusão. É possível se opor ao capitalismo, criticá-lo e lutar contra este tipo de sociedade que nos assola, porém não é possível estar fora disso.

O consumo de determinada mercadoria, por exemplo, é apenas um elemento da sociabilidade capitalista. Neste sentido, deixar de beber Coca-Cola ou, em geral, de comprar produtos de grandes companhias capitalistas, não significa romper com o capitalismo, mas apenas com uma ou outra empresa que está imersa em um conjunto de relações. Do mesmo modo, viver “de doações” ou viver de forma “rústica”, em contato com a natureza, etc. não constitui ruptura com o modo de produção capitalista. Esta conduta indica simplesmente o afastamento individual de um ou outro elemento deste modo de produção que, por sua vez, é social, não individual e não constitui, portanto, ruptura com o capitalismo. Nesse sentido, o capitalismo continua existindo e sendo determinante em inúmeras relações, podendo incluir até mesmo as relações que permitem que um indivíduo viva “de doações” ou que outro deixe de consumir carne Friboi, pois isso só é possível graças à existência de outros indivíduos que possuem condições de fazer doações e de outros produtores de carne, nestes exemplos.

Portanto, viver na sociedade contemporânea implica em viver na sociedade capitalista, que traz consigo uma forma de socialização que inculca determinados valores. Desta forma, na constituição de relações afetivas, no trabalho, por exemplo, o elemento da competição pode ter prevalência em relação a lealdade, altruísmo, etc. e por isso muitos indivíduos acabam buscando se relacionar com outros por interesse, ou seja, almejando subir de cargo, obter informações úteis para se sobressair, e também como forma de descobrir fragilidades que possam prejudicar o outro.

Assim também, nas escolas e universidades um “colega” pode se aliar a outro para obter boas notas, melhorar sua relação com o professor ou conseguir contatos e indicações futuras, bem como pode bajular determinados indivíduos para obter sucesso profissional e aceitação. E, desta forma, atitudes egoístas e individualistas passam a mediar relações em que um indivíduo deseja sobrepujar os demais: ser mais prestigiado, ganhar mais presentes ou elogios, ganhar uma vaga de emprego/ estágio, etc. E estes tipos de relação se desenvolvem não só nas relações de trabalho/ estudos, como também nas relações afetivas em geral, como quando uma pessoa deseja ser “mais amiga” de outra ou ser a “melhor amiga”, ou nos relacionamentos amorosos quando uma pessoa “concorre” pelo amor de outra.

Por fim, os valores dominantes na sociedade capitalista são transmitidos no processo pelo qual os indivíduos são formados para conviver em sociedade. Neste processo, com todas as dificuldades e obrigações que impõe, as pessoas acabam sendo levadas a reproduzir determinados tipos de valores, como o egoísmo e o individualismo, que não correspondem à constituição de relações sociais autênticas, fundamentadas no ser humano como valor fundamental, ou seja, relações sociais baseadas na solidariedade e na busca da realização das potencialidades humanas.

O fundamento das relações sociais autênticas existe em todos os seres humanos como potência, mas muitas vezes entra em conflito com os valores da sociabilidade capitalista. Por isso muitos indivíduos se confrontam com situações as quais têm muita dificuldade em definir entre a amizade e o interesse individual e estas são situações nas quais existe um conflito de valores: um conflito entre os valores humanistas e os valores capitalistas, entre a busca da solidariedade com o outro e a busca do sucesso individual nos moldes capitalistas. O próprio conflito demonstra que os valores capitalistas não “possuem” o indivíduo totalmente, havendo sempre uma margem para a manifestação de valores

humanistas, ou seja, de valores autênticos. Mas as fugas de um ou outro elemento isolado da sociedade capitalista não levam a prevalência dos valores autênticos sobre os inautênticos, pois estes são fruto de um processo social e a ruptura com eles deve ser, portanto, também social.

Nesse sentido, a busca da manifestação de valores autênticos é também uma forma de crítica à sociabilidade capitalista e pode se constituir em um movimento rumo à ruptura com esta sociabilidade. E a consolidação dos valores humanistas perpassa pela ruptura com a sociedade capitalista em que há a produção e reprodução de valores inautênticos os quais interferem nas relações afetivas. E assim, buscar uma sociedade alternativa ao capitalismo é caminhar em busca da efetivação de relações afetivas autênticas, baseadas no ser humano como valor fundamental.

Referências bibliográficas

FROMM, Erich. *Ter ou ser?* 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *O capital*. Crítica da economia política, Livro I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ORIO, Mateus Vieira. *Consumismo na sociedade contemporânea*. A dinâmica da criação de necessidades no mercado da informática. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

_____. Relações afetivas e valores capitalistas. *Posição*, Goiânia, v. 2, n. 5, p.9-12, jan./mar. 2015. Trimestral. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rpo/article/view/3orio5/195>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

VIANA, Nildo. *Introdução à sociologia*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Para além da crítica dos meios de comunicação. In: _____ (org.). *Indústria cultural e cultura mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

_____. Universo psíquico e reprodução do capital. In: _____. *Universo psíquico e reprodução do capital*. *Ensaio freudo-marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008. p. 17-40.

Relações de trabalho e desenvolvimento tecnológico segundo Karl Marx

Lucas Maia*

Objetivamos neste artigo, debater um tema que é de certa relevância para a leitura de alguns problemas de nosso tempo, o desenvolvimento tecnológico. Faremos tal análise tendo em vista as contribuições que Karl Marx deu ao tema. Qual o significado da tecnologia no pensamento de Marx? Como o autor insere uma análise do desenvolvimento tecnológico tendo por base sua teoria do modo de produção capitalista? Qual o papel ou qual a relação entre desenvolvimento tecnológico e luta de classes no pensamento do autor de *O Capital*?

Para responder tais questionamentos, nossa análise deve partir do estudo do capital, portanto, das relações sociais que o constituem. A obra que melhor desvendou a essência deste modo de produção é *O Capital*, de Karl Marx. Alguns continuaram seus estudos, ao passo que outros só repetiram ou deformaram suas ideias iniciais. Em sua busca por compreender o mecanismo de funcionamento da sociedade capitalista, Marx detém-se muito tempo em demonstrar a lógica de organização e dinâmica do modo de produção capitalista. O método de exposição elaborado por ele em *O Capital* não principia a análise com o surgimento histórico do capitalismo, mas sim em desvendar a essência de tal modo de produção, ou seja, a exploração da força de trabalho assalariada com vistas a extração de mais-valor. Todo o mecanismo é organizado para concretizar tal relação social.

Somente após demonstrar o que é o modo de produção capitalista, é que Marx se propõe a explicar como ele surgiu e se desenvolveu historicamente. Tal demonstração é feita em várias obras com diferentes níveis de aprofundamento¹. Nos *Grundrisse*, Marx dedica inúmeras páginas para demonstrar que o capital é uma relação social de produção dentre inúmeras outras que já existiram. Antes da constituição das condições sociais e históricas

* Geógrafo. Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural - NUPAC e do Núcleo de Pesquisa em Sociedade Educação e Cultura - NUSEC. Autor dos livros *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social* e *As Classes Sociais em O Capital*. email: maiaaslucas@yahoo.com.br.

¹ No *Manifesto Comunista* (MARX, 1987) e em *A Ideologia Alemã* (MARX & ENGELS, 1976) estão presentes importantes contribuições acerca da história do modo de produção capitalista, contudo, é nos *Grundrisse* (MARX, 2011), nos *Manuscritos de 1861-1863* (MARX, 2010) e, principalmente em *O Capital* (MARX, 1984), que tal demonstração é rigorosamente feita, sendo estas três últimas elaboradas já a partir da teoria do mais-valor. Por isto as consideraremos mais detidamente.

necessárias para o desenvolvimento da relação-capital², outras formas históricas se desenvolveram (modo de produção escravista, modo de produção feudal etc. Isto, como é sabido, válido para o continente europeu). Para que o capital se constitua, determinadas condições devem ser satisfeitas, tais como: o trabalhador deve estar desapropriado de todos os meios de produção tendo unicamente sua força de trabalho para vender ao capitalista, que por sua vez é o detentor dos meios de produção e do capital necessário para empregar a força de trabalho. Ambos devem ser formalmente livres para poderem se relacionar no mercado como compradores e vendedores. O capitalista compra, por meio do salário, a força de trabalho e o trabalhador, a vende ao capitalista. Tal relação deve, portanto, extinguir as relações de escravidão, servidão, artesanato etc. Ou seja, determinadas condições históricas devem ser satisfeitas para que tal relação se efetive.

A gênese histórica do capital constitui-se num processo de aniquilação de velhas formas sociais e constituição de outras novas. A passagem da acumulação primitiva de capital para a acumulação propriamente capitalista percorre toda uma época histórica marcada por processos bárbaros de expropriação e violências que criaram as condições de formação dos capitais necessários à instituição da indústria moderna.

Os séculos XV, XVI, XVII até meados do século XVIII assistem à aurora da produção capitalista³. A rigor, Marx distingue três momentos até a constituição do modo de produção capitalista como modo de produção dominante. São eles: a cooperação, a manufatura e a maquinofatura. O último momento corresponde efetivamente ao sobrepujamento das relações capitalistas às demais formas sociais de produção.

A cooperação:

No máximo, aparece aproximadamente assim nos inícios ainda artesanais da manufatura e em cada espécie de agricultura em grande escala, a qual corresponde ao período manufatureiro e se distingue substancialmente da economia camponesa apenas pela massa de trabalhadores empregados ao mesmo tempo e pelo volume dos meios de produção concentrados (MARX, 1983, p. 266)

² Marx utiliza a expressão “relação-capital” nos *Grundrisse* e em várias passagens de *O Capital* e demais escritos de crítica da Economia Política ele utiliza a expressão “o capital como relação social” para se diferenciar dos economistas que tomam o capital como sendo coisa. Para Marx, o capital se define a partir da relação entre classe capitalista e classe operária. A partir desta concepção, é que se pode falar em “relação-capital” ou o “capital como relação social”. Em nosso texto será recorrente o uso da expressão “relação-capital”.

³ Segundo Marx: “A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, que, grosso modo, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII” (MARX, 1983, p. 267).

Trata-se da primeira etapa de organização capitalista do trabalho. Momento no qual ainda não se distinguia claramente as diferenças entre as atividades do operário da do artesão, por exemplo. Este primeiro estágio da cooperação inicia os rudimentos que caracterizarão a manufatura, ou seja, a divisão do trabalho, contudo, ainda em estágio bastante inicial. A cooperação simples define-se como sendo a atividade ou conjunto de atividades desenvolvidas por uma certa quantidade de trabalhadores de forma simultânea e/ou conexa no tempo e no espaço. A cooperação não é uma característica do modo de produção capitalista. Em toda e qualquer forma de sociedade precedente ao capitalismo está presente a cooperação. No modo de produção moderno, a cooperação assume a forma capitalista, ou seja, exigindo os processos fundadores de tal modo de produção, ou seja, trabalhador livre, proprietário unicamente de sua força de trabalho etc. em relação com um proprietário de capital que compra a força de trabalho etc.

O simples fato de cooperar vários trabalhadores num mesmo conjunto de atividades já proporciona ao capitalista vantagens e lucros superiores aos dos trabalhadores artesãos autônomos (MARX, 1983). Isto cria, para os primeiros capitalistas, certas vantagens comerciais. Iniciada a cooperação simples, o processo vai se aprofundando e a divisão do trabalho se tornando a forma efetiva de organização do processo de trabalho. É a era da manufatura.

O período manufatureiro é caracterizado pelo aprofundamento dos processos de divisão do trabalho. Durante a manufatura, em que pese os esforços dos capitalistas e seus séquitos, havia ainda um predomínio do saber e da prática artesanal na oficina. As bases técnicas “naturais” do capital ainda não tinham sido elaboradas, permanecendo ainda em grande medida a habilidade, engenho, técnica e rapidez do trabalhador a base da produção:

Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. *O ofício permanece a base*. Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal (MARX, 1983, p. 269). (*grifos meus*)

Em relação à cooperação, a manufatura implica em aprofundamento da divisão do trabalho. A manufatura cria, à medida que parcela infinitamente o processo de trabalho, as condições para que os instrumentos se tornem um mecanismo autônomo e oposto ao trabalhador. Contudo, ainda sob a base técnica da manufatura, isto se coloca como tendência.

O trabalho artesanal permanece a fonte de inspiração da organização dos vários seguimentos, bem como de toda a articulação intra e intermanufaturas. O velho artesão das corporações já não existe mais. O que existe agora é um trabalhador parcelar, condenado a exercer a mesma função durante toda a vida ou pelo menos grande parte dela. Este operário-artesão e toda a divisão do trabalho que se estrutura em torno de suas atividades cria a base para seu próprio revolucionamento.

O trabalho parcelar da manufatura é o pressuposto sobre o qual se erguerá o mecanismo da maquinofatura. Esta se desenvolverá tornando ainda mais embrutecido o trabalho do operário, visto agora este não ter mais nem ao menos a necessidade de ser um especialista no ofício que executa. Sua função é bastante mais restrita. Contrariamente à manufatura, onde o trabalhador opera uma ferramenta fazendo uso de seus conhecimentos de ofício, torna-se agora um mero operador de uma máquina-ferramenta. Esta consiste na especialização em mecanismo autônomo em relação ao trabalhador da antiga função de operário-artesão da manufatura. A inteligência passa agora ao mecanismo, retirando, de uma vez por todas o último reduto do trabalhador, ou seja, seu conhecimento e habilidade de ofício. Ele agora converte-se em alimentador de máquina.

Marx sintetiza assim tal processo:

As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. *O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam.* É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na *cooperação simples*, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na *manufatura*, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na *grande indústria*, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1983, p. 283/284) (*grifos meus*).

A determinação fundamental, portanto, do desenvolvimento do período maquinofatureiro é a necessidade de o capital monopolizar todo o processo de trabalho. Não se trata, deste modo, de uma evolução “natural”, de uma caminhada em direção ao “progresso” etc. A realização do período onde predomina a maquinofatura é a realização da tendência espontânea do capital em ampliar cada vez mais sua composição orgânica e esta é, por sua vez, a materialização dos interesses de classe dos detentores dos meios de produção. O regime no qual sobressai a maquinofatura, convencionalmente também

denominado de Revolução Industrial, consiste justamente em o capital ter finalmente estabelecido a base técnica mais adequada à sua reprodução.

Esta necessidade frenética do capital condiciona toda uma época da produção intelectual da humanidade. A assim chamada Revolução Industrial nada mais é do que a imposição dos meios de produção adequados à exploração capitalista. Os inventos, novas técnicas, novas máquinas etc. que se desenvolvem neste período são bastante reveladores de tal necessidade. Os estudos de Ellul (1968), de Forbes & Dijksterhuis (1963), de Hogben (1958), de Rousseau (s/d), de Timm (1971), Plum (1979) etc. demonstram, de diferentes maneiras e por vias metodológicas bastante distintas a ebulição de inventos durante os séculos XVIII e XIX.

Os escritos de Marx analisam a gênese e desenvolvimento do regime de acumulação extensivo⁴ e o início da transição para o regime de acumulação intensivo. Pôde Marx assim constatar a evolução de uma etapa da produção capitalista. Todo o seu estudo e preocupação com o desenvolvimento da maquinaria como meio de produção adequado à exploração capitalista revela um fato novo na história da humanidade: o meio de produção, funcionando como autômato, coloca o produtor direto na mera condição de apêndice. De hábil operador de ferramentas, converte-se o trabalhador em mero alimentador do meio de produção.

O estabelecimento desta nova base técnica a partir da qual todo o mecanismo de produção é organizado implica em alterações em todos os âmbitos das relações sociais. Desde as alterações no próprio processo produtivo, mudança na legislação fabril, educacional, sanitária etc., aniquilação de ramos que ainda sobreviviam sob a manufatura, como o trabalho a domicílio, por exemplo, até a criação de novos ramos da indústria, como aqueles responsáveis pela fabricação das novas máquinas, as quais a manufatura não é mais capaz de absorver, o sistema de máquina a tudo subverte (MARX, 1984).

O regime de acumulação extensivo se caracteriza pela predominância de extração de mais-valor absoluto, pela forma estatal liberal e por relações internacionais de caráter neocolonialistas (VIANA, 2003; 2009). A extração de mais-valor absoluto, como se sabe, se

⁴ A teoria dos regimes de acumulação é desenvolvida por Viana (2003; 2009). Para ele, um regime de acumulação é um momento de estabilização das lutas de classe e corresponde a uma determinada forma assumida pelo Estado, uma determinada maneira de relações internacionais e uma determinada maneira de extração de mais-valor, ou seja, de exploração da força de trabalho. O modo de produção capitalista passou pelos seguintes regimes de acumulação: **extensivo** (século XVIII até fins do século XIX); **intensivo** (fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial); **conjugado** (fim da Segunda Guerra Mundial até fins da década de 1970); **integral** (da década de 1980 até os dias atuais).

dá via prolongamento da jornada de trabalho. É justamente isto que Marx observa quando a maquinaria se estabelece de modo generalizado. Para Marx, a finalidade da maquinaria não é e nunca foi diminuir a jornada de trabalho, muito menos a labuta diária do trabalhador, pelo contrário, o sistema de máquinas é implantado com vistas a extração de mais-valor⁵. Assim, as longas jornadas de trabalho do século XVIII e primeiro terço do século XIX atestam esta afirmação⁶.

Se o sistema produtivo no que tange ao interior das fábricas e oficinas se altera radicalmente com a instauração do sistema de máquinas, o mesmo se verifica com os meios de circulação dos produtos e das informações. As velhas estradas vicinais, os lentos barcos, as lentas comitivas à velocidade de bois de carga não são mais suficientes ao novo regime de acumulação. O capital exige um mundo inteiro à sua imagem e semelhança. É momento de sobrepujar todo o meio técnico existente e torná-lo adequado ao novo momento da acumulação. Assim, as linhas férreas, as locomotivas, os barcos a vapor, o telégrafo continental e oceânico começam a ser instalados no território. Isto cria, à imagem do próprio sistema de máquinas um aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade, criando novos ramos industriais (fabricantes de locomotivas, de máquinas a vapor, de barcos a vapor, de ferro fundido, de aço etc.).

A construção de estradas, por exemplo, que em sociedades pré-capitalistas é algo bastante custoso, quando sob relações capitalistas torna-se unicamente mais um meio de valorizar o capital, torna-se ramo industrial. Isto vale para as estradas de ferro, para o telégrafo etc. Assim, por serem ramos de investimento de capital, os meios de transporte e comunicação deixam de ser meramente gastos para serem fontes de valorização do próprio capital.

Segundo as palavras de Marx:

(...) a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos *meios de comunicação e transporte*. Os meios de comunicação e de transporte, de uma sociedade cujo pivô, para usar uma expressão de Fourier, eram a pequena agricultura com sua indústria acessória doméstica e o artesanato urbano, já não podiam satisfazer, de forma alguma, às necessidades de produção do período manufatureiro com sua divisão ampliada do trabalho social, com sua concentração de meios de trabalho e trabalhadores e com seus mercados coloniais e, por isso, também foram de fato revolucionados. Da mesma maneira os meios de transporte e de comunicação oriundos do período manufatureiro logo se transformaram em

⁵ “Ela é meio de produção de mais-valia” (MARX, 1984, p. 7)

⁶ Segundo Marx,“(...) a máquina é o mais comprovado meio de prolongar a jornada de trabalho” (MARX, 1984, p. 32).

insuportáveis entraves para a grande indústria, com sua velocidade febril de produção, sua escala maciça, seu contínuo lançamento de massas de capital e de trabalhadores de uma esfera da produção para a outra e suas recém estabelecidas conexões no mercado mundial. *Abstraindo a construção de navios a vela totalmente revolucionada, o sistema de comunicação e transporte foi, pouco a pouco, ajustado, mediante um sistema de navios fluviais a vapor, ferrovias, transatlânticos a vapor e telégrafos, ao modo de produção da grande indústria.* Mas as terríveis massas de ferro que precisavam ser forjadas, soldadas, cortadas, furadas e moldadas exigiam, por sua vez, máquinas ciclópicas, cuja criação não era possível à construção manufatureira de máquinas (MARX, 1984, p. 15/16)⁷ (*grifos meus*).

Vê-se que a instauração do regime de acumulação extensivo significou a superação do meio técnico ainda resultante da acumulação primitiva de capital. Tais alterações tem vigência até fins do século XIX, quando o regime de acumulação intensivo já começa a ser sentido. Contudo, agora, diferentemente do que vinha até então ocorrendo desde a cooperação simples, passando pela manufatura até o regime de grande indústria, ou seja, a passagem da acumulação primitiva para a acumulação extensiva de capital, as mudanças passam a ser readequações dentro dos próprios meios de produção tipicamente capitalistas.

Tais mudanças, verificadas ao nível das técnicas não resultam de uma mera operação automática, mas sim de necessidades sociais profundas nas quais as classes envolvidas diretamente no processo produtivo nem sempre tem a consciência das mudanças em curso e via de regra seguem a imperativos bastante poderosos. Tais imperativos não são uma força metafísica: a “mão invisível do mercado”, as “forças da história”, os “imperativos do clima” etc. São, em realidade, a tentativa de estabilização das tensões de classe com vistas à colocação do processo de acumulação em padrões de “normalidade”, ou seja, onde as contradições inerentes às relações de produção não interfiram de modo a prejudicar a acumulação.

O desenvolvimento técnico resulta, não absolutamente, mas em grande medida, dos conflitos de classe. Se seguirmos a interpretação de Cleaver (1981) para quem qualquer leitura correta de *O Capital* de Marx deve ser uma leitura política, teremos de reconhecer

⁷ Isto pode ser observado a partir de alguns dados estatísticos citados por Rousseau (s/d), para quem, o EUA, em 1830 dispunha de 650 km de linhas férreas; em 1840 já dispunha de 4500; 20.000 em 1852; 40.000 em 1857 e 120.000 em 1875. O mesmo pode ser também observado em França que em 1840 tinha 490 km; em 1859 já dispunha de 9000 km; em 1882 26.000 km etc. Estas mesmas informações também são válidas para o telégrafo, para a quantidade de mercadorias transportadas por navios a vapor etc. Ou seja, trata-se da disseminação de um novo sistema de produção, circulação e distribuição de mercadorias o que implica em alterações em todos os âmbitos sociais, práticas culturais etc. Como demonstra Rousseau (s/d) e Timm (1971) o uso das ferrovias como transporte de pessoas teve, durante muito tempo, um caráter meramente lúdico e festivo.

que, ao analisarmos o processo de constituição dos meios de produção, notadamente da maquinaria, através do estabelecimento da indústria moderna, identifica-se ser esta a forma adequada de capital fixo⁸, ou seja, aquela forma de capital fixo que melhor serve aos desígnios do capital.

Tanto em Marx (1983), quanto em Marx (2010) observamos este processo. Na análise do desenvolvimento do capital, passando da “cooperação simples”, para a “divisão do trabalho” (manufatura) e por último para a “maquinofatura” o que se percebe é o *caráter político* do desenvolvimento das formas de organização do processo de trabalho e o papel que a maquinaria e a ciência desempenham nisto. Não vou desenvolver isto de modo mais aprofundado, pois foge ao escopo de nossa discussão⁹. O que é importante ressaltar, contudo, é o papel político do desenvolvimento dos meios de produção, notadamente os elementos fixos do capital constante. O desenvolvimento, por exemplo, do sistema de máquinas não é algo fortuito ou produto de um mecanismo econômico natural que regula o desenvolvimento da sociedade capitalista. Pelo contrário, é um processo cujas determinações sociais de sua constituição e evolução são profundamente condicionados. A passagem da cooperação, à manufatura (divisão do trabalho) e à maquinofatura é um processo longo de subordinação do trabalho ao capital. Inicialmente subsumido formalmente para no final ser subsumido realmente. Os conceitos de subsunção real e formal do trabalho ao capital são desenvolvidos por Marx de modo a demonstrar como a relação-capital vai a pouco e pouco colonizando todo o processo de trabalho¹⁰.

⁸ Em seus escritos de crítica da Economia Política, Marx vai elaborando o cabedal de conceitos que ele utiliza para analisar o modo de produção capitalista. Um dos conceitos mais caros é o de “modo de produção”. Todo modo de produção é constituído por determinadas relações sociais (“relações de produção”) e determinadas “forças produtivas” (maquinaria, matéria prima etc.). Todo o capital que o capitalista investe em forças produtivas, Marx deu o nome de “capital constante” em contraposição ao capital investido em salários: força de trabalho. Por sua vez, o capital constante é subdividido em dois tipos: 1) capital fixo – investimento em maquinaria, instalações etc.; 2) capital circulante: matérias-primas, materiais auxiliares etc.

⁹ Cf. sobre isto: Marx (1983; 2010; 2011), Romero (2005), Gorz (1980), Marglin (1980), Bernardo (1977) entre outras obras.

¹⁰ Os conceitos de *subsunção real e formal do trabalho* ao capital, Marx desenvolve no Livro I de *O Capital*. A *subsunção formal* ocorre quando o capital submete determinado ramo da produção sem alterar as relações de produção existentes. No caso que Marx analisa, por exemplo, ocorre quando o trabalho artesanal é submetido à relação-capital sem deixar de ser artesanal. O mesmo pode ocorrer com o trabalho familiar camponês, que é submetido ao capital, sem deixar de ser uma relação de produção não-capitalista. A *subsunção real* ocorre quando as relações de produção de determinado ramo da produção são alteradas e se instala neste ramo a relação de assalariamento típica da produção capitalista. No caso que Marx analisa, a manufatura é o primeiro passo disto, mas é sobretudo no período da maquinofatura que a subsunção real do trabalho ao capital se consolida de modo absoluto.

Isto tudo está relacionado ao desenvolvimento das formas de extração de mais-valor. O mais-valor, como produto do mais-trabalho realizado sob relações capitalistas, é produto da relação entre trabalho necessário e trabalho excedente (MARX, 1983). Estes conceitos são fundamentais para a compreensão da produtividade do trabalho e como isto se relaciona com o desenvolvimento do capital constante e variável, logo, com a composição orgânica do capital. O trabalho necessário é aquele que o trabalhador desempenha com vistas à reprodução do valor de sua própria força de trabalho. O trabalho excedente ou sobretrabalho é aquele que sobra para o capitalista e no capitalismo assume a forma de mais-valor. Deste modo, a gana capitalista em reduzir o trabalho necessário para que mais sobretrabalho possa ser apropriado é uma constante na história do capitalismo.

Quando na aurora do capitalismo, ainda durante grande parte do período manufatureiro, a produtividade do trabalho não tinha ainda alcançado os níveis encontráveis posteriormente durante o período da grande indústria, a extração de mais-valor era garantida, de modo predominante, mas não exclusivo, através do prolongamento da jornada de trabalho. A isto, Marx denominou mais-valor absoluto. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, das lutas operárias que obrigaram em várias partes do mundo os capitalistas a reduzirem de modo forçado as jornadas de trabalho, a estratégia capitalista foi reduzir o tempo de trabalho necessário, aumentando assim o tempo de trabalho excedente, ambos realizados numa dada jornada de trabalho. Ou seja, se agora a classe capitalista não pode mais extrair o mais-valor prolongando a jornada de trabalho, resta-lhe, todavia, fazer isto intensificando o processo de trabalho, aumentando a produtividade, logo, reduzindo o tempo de trabalho necessário e aumentando o tempo de sobretrabalho. A isto Marx deu o nome de mais-valor relativo.

O estabelecimento da maquinofatura como forma de capital fixo adequada ao capital é o produto de uma secular luta entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. Tanto em Marx (1983), quanto em Marx (2010) há referências acerca do papel político da maquinaria. Existiam inúmeros desenvolvimentos dos instrumentos de trabalho que eram diretamente ligados aos movimentos de greve. Ou seja, mesmo a máquina mais objetiva, regulada e produzida de acordo com os princípios da mecânica, termodinâmica etc. ao serem produzidas como forças produtivas entram imediatamente na trama de conflitos sociais que são inerentes à nossa sociedade. Como reconhecem vários estudos, não existe técnica neutra Ellul (1968), Gorz (1980), Marx (2010; 1983) etc.

Como dissemos, no período manufatureiro, o predomínio da divisão do trabalho era o fundamento sobre o qual se dava a exploração capitalista. Isto implica num dado desenvolvimento das forças produtivas, no qual o capital ainda não tem sob seu domínio tudo o que está em jogo no processo produtivo. Já domina o produto, o tempo de trabalho do trabalhador, tem o controle sobre grande parte do processo produtivo, tem a visão de conjunto sobre todo o processo etc., mas neste estágio, o trabalhador ainda é o detentor do saber sobre o trabalho que desenvolve. Por este período, o trabalhador não é mais o mestre-artesão das corporações de ofício, que agora já estão quase extintas ou mesmo completamente relegadas ao museu da história. Contudo, é ele ainda que detém o saber sobre o ofício que executa. É um artesão submetido à divisão do trabalho, expropriado dos meios de produção, assalariado etc., mas ainda sim, um trabalhador que controla, em oposição aos seus superiores dentro do local de trabalho e ao capitalista, o saber sobre seu ofício. Não é raro, neste momento da história da produção capitalista, os melhoramentos e aperfeiçoamentos dos instrumentos de trabalho serem feitos pelos próprios operários ou sugeridos por eles. Isto desaparece quase que completamente com o estabelecimento da grande indústria.

A maquinaria consegue colocar um fim a este último reduto do trabalhador. Todo o saber agora está contido no próprio instrumento de trabalho e a ciência nisto desempenha papel fundamental¹¹. O trabalhador agora é um apêndice da máquina, do instrumento de trabalho, enfim, do capital fixo. Todo o processo de alienação está agora completo. O trabalhador foi completamente expropriado. Nada mais está sob seu controle e a maquinaria foi o golpe de misericórdia, a culminação de todo um processo de desenvolvimento da sociedade capitalista. *Ou seja, o desenvolvimento técnico não é algo fortuito, não é algo que se dê de modo automático.* É, isto sim, um processo social que se desenvolve e toma forma à medida que a relação-capital coloniza o conjunto da vida social. Nada parece escapar a este imperativo. Nem mesmo a ciência dele está fora, muito pelo contrário, é de corpo e alma submetida a esta relação. Só passa a ter sentido social se nele estiver inserida. A especulação filosófica aqui já não tem mais nenhum sentido. O capitalismo corta o último fio que prendia a filosofia, agora ela é, para os interesses do capital, um saber completamente ultrapassado.

¹¹ A ciência como saber que aplicado no processo produtivo aliena o trabalhador, apresenta-se a ele como algo estranho que o submete: “A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina” (MARX, 2011, p. 581)

A ciência, pelo contrário, passa a ter um vigor completamente inovado, pois é o saber que dela deriva que permite haver um pulo qualitativo em termos de aprimoramento e invenção de novos procedimentos e novas técnicas. Contudo, é necessário destacar que a ciência não é causadora de todo o processo, pelo contrário, é seu produto e dele faz parte como tudo o mais. A ciência é, portanto, submetida à relação-capital e passa a fazer parte dela. A acumulação de capital passa a condicionar a produção científica e não a produção científica determinar o capital.

Portanto, segundo Marx:

A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. *A maquinaria aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como a forma mais adequada do capital de modo geral* (MARX, 2011, p. 582). (grifos meus)

Vê-se, deste modo, que o capital fixo, sedimentado como maquinaria, é a forma mais adequada do capitalista explorar a força de trabalho. Desempenha um papel central no processo de constituição e consolidação da relação-capital. *O desenvolvimento do sistema de máquinas dentro dos locais de trabalho é um processo histórico condicionado por inúmeras determinações sociais, das quais a luta de classes e oposição de interesses entre as classes fundamentais do capitalismo desempenha papel central, sendo sua determinação fundamental.* Além de alijar completamente o trabalhador, ou melhor, de culminar um processo histórico de múltiplas alienações, a maquinaria permite um aumento da produtividade nunca antes experimentado na história da humanidade. A partir da maquinaria cria-se as condições para a explosão de um mundo de riquezas, de abundância de produtos-mercadorias etc. que sem seu advento seriam inconcebíveis. Contudo, desnecessário é frisar que a criação de um mundo de riquezas para o capital é simultaneamente a ampliação e geração de miséria e sofrimentos para a classe operária (MARX, 2004) e demais classes oprimidas.

O desenvolvimento tecnológico, portanto, tem um duplo significado dentro um único processo: a produção de mais-valor. Em primeiro lugar, só há desenvolvimento tecnológico por que há a necessidade de extração de mais-valor. Tal necessidade implica obrigatoriamente no estabelecimento de relações de produção fundadas no antagonismo de

classes. A tecnologia se estabelece dentro deste campo de tensão. Ela, portanto, objetiva: a) aumentar a produtividade e a produção; b) estabelecer a hegemonia completa do capital sobre o processo de produção. Ela é, assim, parte constituinte da luta de classes.

Referências bibliográficas

BERNARDO, J. *Marx crítico de Marx: livro primeiro de O Capital: epistemologia, classes sociais e tecnologia em O Capital*. V. 3. Porto: Afrontamento, 1977.

CLEAVER, H. *Leitura política de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FORBES, R. J. & DIJKSTERHUIS. *História da ciência e da técnica: séculos dezoito e dezanove*. Lisboa: Ulisseia, 1963.

GORZ, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: _____. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

HOGBEN, L. *O homem e a ciência: o desenvolvimento científico em função das exigências sociais*. V. 1. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1952.

MARGLIN, S. Da manufatura à fábrica automática. In: _____. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes/Lisboa: Editorial Presença, 1976.

_____ & _____. *Cartas filosóficas & O Manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. *Para a crítica da economia política: manuscritos de 1861-1863/cadernos I a V*. Terceiro capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. *O capital*. v. 1. t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital*. v. 1. t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martins-Claret, 2004.

PLUM, W. *Ciências naturais e técnica a caminho da “revolução industrial”*: aspectos sociais e culturais da industrialização. Bonn: Instituto de Pesquisas da Fundação Friedrich-Ebert, 1979.

ROMERO, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROUSSEAU, P. *História das técnicas e das invenções: do sílex à era da automatização*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

TIMM, A. *Pequeña historia de la tecnologia*. Madrid: Guadarrama, 1971.

VIANA, N. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

A Ciência e a Técnica como Axiologia

Maria Angélica Peixoto*

O desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade capitalista está intimamente relacionado com os valores e as ideias dominantes (axiologia e ideologia, respectivamente), que correspondem aos interesses da classe dominante. A ideologia e a axiologia fornecem a base de sustentação para a prática da classe dominante que busca se perpetuar no poder e manter a hegemonia sobre as demais classes sociais. O presente trabalho propõe analisar as implicações sociais deste poder e sua relação direta com o saber técnico-científico.

O poder da classe dominante obstrui o livre desenvolvimento humano. O ser humano onilateral é reduzido a um ser unilateral, submetido à divisão social do trabalho e especialização. A vida individual submetida a divisão social do trabalho e pertencimento de classe é de aprisionamento e não de liberdade. A classe dominante lança uma cortina de fumaça sobre a visão das demais classes sociais na esfera da cultura e da consciência. Ofuscar ao invés de clarear é o que garante a existência física, material e espiritual desta classe. É claro que todo este processo não é, geralmente, planejado maquiavelicamente e intencionalmente pela classe dominante, mas sim através da manifestação dos seus interesses imediatos e da lógica de reprodução do capitalismo, que são correspondentes.

O saber científico é desenvolvido e aplicado para sustentar a dominação da burguesia. Esta obstrui toda forma de desenvolvimento intelectual que seja contrária aos seus objetivos e que ponha em risco sua dominação. Assim como a teologia obstruía o desenvolvimento do saber na Idade Média, hoje a própria ciência obstrui a superação da “falsa consciência”, impedindo a liberdade de expressão das classes trabalhadoras, ofuscando a percepção daquilo que é fundamental para elas: a luta de classes. Neste sentido, não é apressado afirmar que a ciência e a tecnologia hoje são expressão do projeto histórico-social da burguesia e por mais contraditório que pareça, a esfera científica está envolvida até o pescoço com este projeto.

* Professora do IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Mestre em Sociologia/UnB; Doutoranda em Sociologia/UFG.

Segundo Viana e inúmeros outros autores, a ciência e a técnica não são neutras (VIANA, 2002; MARCUSE, 1982; HABERMAS, 1988) e muito menos estão livres dos valores dominantes, da axiologia. O desenvolvimento científico e técnico faz parte de um projeto histórico-social específico que é expressão dos interesses da classe dominante. A compreensão desse processo remete para uma teoria dos valores, elemento presente no livro *Os Valores na Sociedade Moderna*, de Viana (2007). Dessa obra extraímos algumas considerações que dão conta de colocar esta questão e problematizá-la.

Herbert Marcuse realizou um estudo *interessante* sobre a ciência e a técnica. Ele chegou à conclusão de que a ciência e a técnica são corporificações de projetos sócio-históricos. A técnica e a ciência não são neutras. A crítica da suposta neutralidade científica já é antiga. O que Marcuse apresentou de novo foi a crítica da neutralidade da técnica (VIANA, 2007, p. 40).

Segundo Marcuse (1982), a noção de neutralidade da tecnologia não se justifica mais, pois ela não pode ser isolada do uso que é dado a ela. A forma como a sociedade se organiza apresenta uma escolha entre alternativas históricas, escolha que resulta do jogo dos interesses dominantes. Segundo Marcuse,

Ela antevê maneiras específicas de utilizar o homem e a natureza e rejeita outras maneiras. É um “projeto” de realização entre outros. Mas, assim que o projeto se torna operante nas instituições e relações básicas, tende a tornar-se exclusivo e a determinar o desenvolvimento da sociedade em seu todo. Como um universo tecnológico, a sociedade industrial desenvolvida é um universo político, a fase mais atual da realização de um projeto histórico específico – a saber, a experiência, a transformação e a organização da natureza como mero material de dominação. Ao se desdobrar, o projeto molda o universo da palavra e da ação, a cultura intelectual e material. No ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política (MARCUSE, apud. VIANA, 2007, p. 41).

Após colocar a tese de Marcuse o autor continua:

No caso da sociedade capitalista, a ciência, a técnica, a tecnologia, são todas axiológicas. A ciência, como saber sistemático, não só é axiológica como também ideológica. A velha tese positivista da neutralidade da ciência não tem o menor fundamento na realidade. Basta lermos alguns trechos dos cientistas para vermos uma explosão de valores (dominantes...), inclusive daqueles que defendem a neutralidade e se dizem neutros. Serão necessários alguns exemplos? Peguemos o sociólogo Durkheim, aquele que se dizia neutro e fez o elogio da divisão social do trabalho, da educação social contra o indivíduo egoísta, do capitalismo contra o socialismo e assim por diante. Mas podemos falar de outro sociólogo, Max Weber, que criticou a burocracia e falou do “desencantamento do mundo” que defendeu o indivíduo e sua ação com sentido contra a racionalização do mundo. Podemos também citar outros:

Darwin e o valor da competição, da sobrevivência dos mais fortes, etc.; Adam Smith e o elogio da divisão social do trabalho e do indivíduo; e assim por diante. Os cientistas apresentam algumas valorações específicas em contraste com outros grupos sociais: a ciência e a técnica são transformadas em valores fundamentais, por eles. A ciência é axiológica por natureza. A técnica também, tal como colocou Marcuse (VIANA, 2007, p. 41).

A ciência e a tecnologia (ciência aplicada) se desenvolveram e se desenvolvem no seio da sociedade capitalista. A ciência é uma ideologia¹ carregada de significações que lançam uma cortina de fumaça ofuscando as razões que estão na sua base: proteger os interesses dos dominantes e perpetuá-los como classe, garantindo o poder de classe através desta inversão da realidade. A tecnologia é uma manifestação axiológica e aqui a teoria dos valores ganha um papel fundamental. A ideologia carrega em si valores. Esse conceito difere, no entanto, do significado do termo axiologia. Esse termo, assim como o anterior, recebe significados ideológicos ou eufemísticos. A axiologia é uma determinada configuração do padrão dominante de valores (VIANA, 2007). Os valores são aquilo que o indivíduo ou grupo considera importante, significativo. Esses valores são formados socialmente e podem ser autênticos (correspondentes à natureza humana) ou inautênticos, dominantes, expressando determinados interesses histórico-particulares que contrariam a essência humana e manifestam os interesses da classe dominante (VIANA, 2007). Assim, a axiologia é uma forma assumida pelos valores dominantes, que se contrapõe à axionomia, uma determinada forma assumida pelos valores autênticos. A axiologia é sempre manifestação dos valores dominantes, mas assume diversas configurações com as mudanças históricas e divisões sociais.

Assim, colocar que a tecnologia é axiológica pode parecer estranho. Os valores culturais são do plano mental, produtos culturais. Isso fica compreensível se entendermos que os valores são mobilizadores, geram ideias, sentimentos, práticas, objetos materiais, técnicas. Se para dominar e escravizar outro ser humano um indivíduo necessita criar uma coleira adequada ao organismo humano (tamanho, forma, etc.), essa criação se realiza por causa desse objetivo, comandado por valores (dominação, exploração, competição, entre outros). Logo, essa “coleira humana”, que difere da dos demais animais, materializa valores. No caso, é axiológica, manifesta os valores dominantes, escravagista. Se outro indivíduo precisa escrever um manifesto para socializar o saber e lutar pela emancipação humana, essa

¹ Por ideologia entendemos uma sistematização da falsa consciência provocada pelos interesses da classe dominante que possui uma “base real”, que, no entanto, é apresentada de forma invertida, mas devido a isto não é pura falsidade, embora o seja predominantemente.

produção intelectual é axionômica, manifesta valores autênticos. Os objetos, textos, invenções, técnicas, materializam valores e por isso podem e são axiológicas ou axionômicas. É nesse sentido que se compreende que a tecnologia é axiológica.

O saber científico não ultrapassa os limites permitidos pela classe capitalista. Esta classe tem o poder de impor-se às demais classes, através do seu aparato repressivo, poder econômico e cultural. Quando um saber surge no seio do proletariado e tenta negar a hegemonia burguesa, esta última realiza todo um processo de repressão e censura. A esfera científica movimenta-se no sentido de negar o novo saber ou então expropriá-lo, caso sua utilização seja vantajosa².

A ciência, assim como a filosofia na sociedade escravista e a teologia na sociedade feudal, expressa os interesses da classe dominante. Todas estas formas de consciência surgiram para legitimar uma rígida divisão social do trabalho e exploração de classe. A filosofia antiga foi expressão da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O trabalho manual era apenas para escravos e o trabalho intelectual para os homens livres. Esta cisão contribuía com a dominação da classe senhorial sobre as demais. O mesmo ocorreu no feudalismo, pois a teologia surgiu como justificativa do poder feudal e se baseava na ideia de que o clero era “iluminado” por Deus e representava este na Terra. Aos servos, segundo esta ideologia, Deus dedicou o árduo trabalho manual e aos iluminados as “glórias de Deus”, indicando para tais iluminados o papel de mediador entre os “impuros” e Deus. Tais ideologias, disseminadas nestes períodos, garantiram a hegemonia dos senhores de escravos e dos senhores feudais.

Hoje, no capitalismo, a ciência cumpre o mesmo papel: a esfera científica, através de um conjunto de ideias, práticas, etc., indica os caminhos mais prósperos e lucrativos para a classe dominante. O saber é expropriado das classes exploradas e é organizado em rígidos sistemas fundamentados em métodos e técnicas que asseguram o seu controle e monopólio. Os resultados dos processos de pesquisa beneficiam fundamentalmente a classe dominante e só é permitido desenvolver saber técnico e científico que não ameace a hegemonia desta classe. A esfera científica reproduz, inclusive para garantir sua própria sobrevivência enquanto tal, os interesses da classe dominante.

Mas como negar as “grandes contribuições” realizadas pela ciência, tal como o crescimento da produção, as vacinas que contribuíram para reverter a mortalidade infantil,

² A percepção desse processo ocorre desde Marx (1988), o que é destacado por Viana (2014).

aumentaram a média de vida da população, saneamento das grandes cidades, aumento da produtividade? Como negar os avanços da “revolução tecnológica” que diminuíram as distâncias e abriram novas perspectivas de desenvolvimento social? como negar as contribuições da engenharia genética, da microeletrônica, enfim, como negar os avanços científicos?

Não há como negar estes feitos, mas é preciso saber com que objetivo e para que serviram. A produção de alimentos cresceu assustadoramente e hoje poderia alimentar toda a humanidade, mas isto não ocorre, pois o objetivo de tal produção não é o bem estar da humanidade e sim o lucro. No capitalismo, a produção de alimentos ocorre não devido seu valor de uso e sim ao valor de troca. O capital produz alimentos porque são mercadorias, dão lucro e é por isso que apesar de sua produção imensa ainda existem milhões morrendo de fome (estima-se, hoje, cerca de um bilhão de pessoas passando fome no mundo). O aumento da produtividade também tem como objetivo fundamental o aumento do lucro. A planificação urbana atende aos interesses do capital e até mesmo aquilo que é feito para os trabalhadores, as chamadas políticas públicas, tal como coloca Claus Offe (1989), reflete o interesse em manter viva e trabalhando a força de trabalho, outra necessidade do capital. Ou seja, as grandes conquistas da civilização burguesa, apoiadas no desenvolvimento tecnológico e científico, erguem um edifício grandioso e imponente, mas que só é habitado pela burguesia e suas classes auxiliares, pois expressa seus interesses.

Também não há como deixar de destacar que, a despeito de todo este desenvolvimento científico que coloca novas possibilidades para a humanidade, hoje o indivíduo está praticamente isolado, impossibilitado (pelo peso do mundo mercantil, burocrático e tecnológico que lhe cerca) a viver onilateralmente, seja ele trabalhador, capitalista ou cientista, entre outros. Isso pressupõe a superação da unilateralidade, da divisão social do trabalho, da especialização, das classes e outras divisões e subdivisões sociais. A verdade é que a sociedade capitalista produz indivíduos infelizes e incompletos e os resultados do desenvolvimento científico e tecnológico contribuem para isolá-lo e não para completá-lo. Como já dizia Einstein ou “o mundo é uno ou é nada” (Apud. MAYOR e FORTI, 1998). Ou aprendemos que somos responsáveis em unificar o mundo ou então seremos atores e expectadores da destruição em massa do mundo. Como disse Schneider (1978), é urgente transformarmos nossa resistência passiva ao capitalismo em resistência

ativa, precisamos resistir ativamente para reverter a ordem estabelecida. Não basta, como dizia Marx, interpretar o mundo, precisamos transformá-lo coletivamente.

Referências bibliográficas

HABERMAS, J. *Ciência e Técnica Como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAYOR, Federico e FORTI, Augusto. *Ciência e Poder*. Campinas: Papyrus, 1998.

OFFE, Clauss. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SCHNEIDER, M. *Neurose e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIANA, Nildo. *Marx e a Esfera Científica*. Revista Espaço Livre. vol. 09, num. 18, jul./dez. 2014.

_____. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

Reforma do Estado e o Avanço do Capital: terceirização, terceirizados e a classe trabalhadora

Yuri Rodrigues Cunha*

O presente trabalho versa sobre uma nova condição que se coloca para a classe trabalhadora: a terceirização. Essa forma de contratação coloca mais desafios e dificuldades para a luta da classe trabalhadora frente ao constante avanço do Capital conforme será visto ao longo deste texto. Esse artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado já em fase de conclusão, cujo recorte é o trabalho terceirizado, a partir das investigações sobre o impacto que essa forma de contratação incide sobre os trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em escolas públicas estaduais no município de Marília Estado de São Paulo.

A pesquisa de Mestrado que norteia esta apresentação buscou responder como as formas de contratação terceirizadas impactam, de maneira objetiva e subjetiva, os trabalhadores submetidos a este regime contratual. A hipótese norteadora apontava no sentido de que estas formas de contratos geravam para os trabalhadores terceirizados uma subjetividade fragilizada. Com isso, a partir do objetivo e hipótese, partiu-se para a pesquisa de campo com o intuito de realizar entrevistas com tais trabalhadores.

Para realizar a coleta dos dados empíricos, utilizou-se a técnica da “entrevista não diretiva”, uma vez que reconhecer que o sujeito é um ser historicamente determinado, socialmente e culturalmente situado, é portador de culturas e representante da classe social onde está inserido, e com isso ao ser interrogado de maneira não diretiva, pode trazer à tona um conteúdo sócio afetivo profundo, facilitando ao entrevistado o acesso às informações que não podem ser atingidas diretamente (MICHELAT, 1980). Isto quer dizer que o processo de pesquisa é sempre um processo cumulativo, resulta da escuta atenta e da reflexão sobre as informações que estão sendo coletadas, proporcionando novos questionamentos nas entrevistas subsequentes (DAMARTINI, 1992).

Assim, ao passo que as entrevistas desenvolveram-se, alguns aspectos chamaram a atenção do pesquisador, sobretudo, no que tange a capacidade e/ou não da resistência e luta por parte destes trabalhadores terceirizados, ou seja, a dimensão política. Segundo os próprios trabalhadores, a condição de serem terceirizados criam enormes dificuldades para

* Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP/Marília (2015); Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP/Marília (2008); Licenciado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2008).

eles se organizem, uma vez que sua relação contratual é muito frágil e qualquer ação pode significar demissão. Assim sendo, a pesquisa de campo foi oferecendo novas possibilidades de análises sobre a forma de contratação terceirizada. Assim, esse trabalho se insere neste escopo: como as formas de contratação terceirizadas colocam novos desafios para a classe trabalhadora resistir e lutar frente ao avanço do Capital.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a terceirização (subcontratación) como um novo problema que se coloca para a classe trabalhadora e para os sindicatos. A hipótese que defendemos neste artigo é que a forma de contratação resulta em maior fragilização e fragmentação dos coletivos e sindicatos, todavia, isso não significa uma completa “dessubjetivação” de classe. Assim novos desafios são colocando para a mobilização e articulação dos trabalhadores e com isso o Capital pode seguir avançando com menores resistências da classe trabalhadora.

O trabalho aqui é dividido em três partes mais as considerações finais, na primeira parte expôs-se o contexto no qual as formas de contratação terceirizadas no Brasil começaram a ser amplamente utilizadas, isto é, início dos anos 90 cujo momento era de reestruturação produtiva brasileira. No segundo tópico apresentam-se alguns trechos das entrevistas com os trabalhadores terceirizados, sobretudo no que tange à dimensão da luta política e sindical. Já no terceiro e último item, expõe-se sobre as dificuldades que as formas de contratação terceirizadas colocaram sobre os sindicatos, principalmente em um contexto de reestruturação produtiva e mudança de estratégias da principal central sindical brasileira. Por fim, nas considerações finais defendemos que, assim como o capital modifica-se para manter a hegemonia da classe burguesa, os trabalhadores devem buscar cada vez mais uma unidade entre todos os trabalhadores e com isso, desenvolver maior poder de luta.

Reestruturação Produtiva e Terceirização: uma nova estratégia do Capital

Para contextualizar o momento em que as formas de contratação terceirizadas ganharam força no Brasil é necessário compreender, ainda que de maneira sintética, a nova conjuntura internacional que se mostrava desde a crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009) iniciada em 1973 cujo estopim foi o chamado primeiro choque do petróleo. Ao passo que esta foi uma crise com características estruturais, a resposta dada pelo Capital foi também profunda, todavia, foi profunda na aparência, porque a essência do sistema sócio metabólico do capital não foi alterada, uma vez que se constitui como “totalizador irrecusável e

irresistível, não importa[ndo] quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97). Todavia, essa mesma característica faz com que esse mesmo sistema seja altamente dinâmico e paradoxalmente seja um sistema fora de controle e altamente destrutivo. (MÉSZÁROS, 2002).

É possível falar que essa foi uma crise estrutural na medida em que “se estende e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana” (MÉSZÁROS, 2009, p. 130), e mais do que isso, essa crise estrutural, mesmo com os movimentos de reestruturação produtiva dos anos 80, não foi possível dar cabo de problemas estruturais do capitalismo, como por exemplo, a crescente tendência de precarização do trabalho e de desemprego. Esta resposta foi oferecida pelo Capital à crise iniciada nos anos 70 se deu principalmente em três dimensões – que não devem ser vistas separadas: produtivo, econômico e político, dito de outra maneira: Reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo.

Ainda que não deva ser visto como movimentos separados, isso não significa ignorar as particularidades de cada movimento, mas sim conceber que a dialética entre o universal e o particular se manifesta na realidade histórica (LUKÁCS, 1978). Isto significa que é necessário esclarecer a forma concreta de caso por caso em uma determinada situação social, ou seja, conceber estas três dimensões imediatas dos campos: econômico e político, representa captar o movimento do concreto. Portanto observar cada um destes elementos é importante para este artigo, uma vez que, é em virtude disso que as formas de contratação terceirizadas são amplamente utilizadas.

Nesse sentido, a convergência dos três movimentos: reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo, se deu no Brasil na passagem dos anos 80 para os anos 90. Não por acaso, é o momento em que as formas de contratação terceirizadas ganharam seus impulsos determinantes. Porém deve se perguntar, por que e em que medida a convergência desses três movimentos permitiu o avanço da terceirização? Para responder essa pergunta é importante definir, ainda que de maneira sintética, como são entendidos neste artigo cada um destes elementos.

A reestruturação produtiva aqui é concebida como um processo que “compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, visando atender às necessidades [...] de lucratividade” (CORRÊA, 2000, p. 202). Essas mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e trabalho estão associadas, por

um lado, ao que se convencionou chamar na Sociologia do Trabalho de *toyotismo*, e por outro, na introdução de novas tecnologias como a microeletrônica. O que interessa neste artigo é apenas a primeira característica, isto é, qual a característica desse chamado *toyotismo*.

Na visão de Antunes (2010), as principais características do *toyotismo* são: 1) produção voltada à demanda, visando às exigências individualizadas do mercado; 2) trabalho operário em equipe com multivariabilidade de funções; 3) processo produtivo altamente flexível; 4) princípio do *just-in-time*, que significa um melhor aproveitamento do tempo e de produção, 5) funciona sob o sistema *Kanban*, que são placas ou senhas de comando para a reposição de peças e de estoque; 6) estrutura horizontalizada, no qual a fábrica *toyotista* é responsável apenas por 25% da produção, priorizando o que é central em sua especialidade no processo produtivo; 7) círculos de Controle de Qualidade, que constituem grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho com vistas a melhorar a produtividade; 8) emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores da grande empresa. (ANTUNES, 2010: p. 56 – 57).

Esse momento da reestruturação produtiva está umbilicalmente ligado a um “imperativo da competitividade” que surge, sobretudo durante a mundialização do capital. Segundo Chesnais (1996):

O caráter mundializado da concorrência afeta todas as empresas. Para as empresas puramente nacionais e para as pequenas e médias empresas, [...] ela é, em grande parte, consequência direta da liberalização do intercâmbio, dentro do contexto do GATT [...]. Hoje a concorrência mundializada ergue-se [...] como expressão de leis coercitivas da produção capitalista, às quais a liberalização e a desregulamentação devolveram agora toda a sua potência devastadora (CHESNAIS, 1996: 115).

Isto quer dizer que nesse novo cenário, o comércio em escala mundializada, passa a determinar as ações das empresas, e, sob a necessidade de manterem suas taxas de lucros, adotam novas estratégias que permitem maior produtividade do trabalhador. Assim, as práticas *toyotistas* passam a ser incorporadas principalmente na multivariabilidade de funções, no processo de produção flexível e na utilização da subcontratação. Sobre este terceiro ponto destaca-se que os empresários, visando reduzir gastos com a força de trabalho, passam a demitir trabalhadores de setores considerados periféricos, e contratam empresas prestadoras de serviços, como por exemplo, o setor de limpeza. Nesse sentido, o que é capital variável passa a converter-se em capital fixo.

Por fim, o terceiro movimento que permite uma unidade é o neoliberalismo, que advém no bojo da mundialização do capital e da reestruturação produtiva, e isto por uma razão simples. Se os Estados Nacionais não adotassem políticas de abertura comercial e financeira, ao mesmo tempo, políticas de contração de gastos, poderia significar um corte do fluxo de capital externo oriundo dos organismos internacionais como FMI. Isto quer dizer que, os países ditos periféricos, como o Brasil, deveriam adotar medidas austeras para redução de gastos expressas em três características: privatização; parceria público-privada; terceirização.

Todas estas transformações macroestruturais repercutiram nas relações de produção capitalistas. Os impactos foram sentidos de duas principais maneiras: na organização e na administração do setor produtivo, e, no enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores¹. Isto porque, o primeiro ponto, além do *toyotismo*, contou ainda com a busca pela flexibilização da produção, que segundo Vasapollo (2006) pode ser entendida como: 1) liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; 2) liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; 3) faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; 4) possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.); 5) liberdade para designar parte de sua atividade a empresas externas; 6) possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferior a 20% do total da empresa (VASAPOLLO, 2006, p. 45 – 46). É importante destacar que os itens cinco e seis vão ao encontro do que são as formas de contratação terceirizadas.

Essas questões ficam mais claras ao destacar dois teóricos da Administração de Empresas, defensores da terceirização, Leiria (1992) e Oliveira (1994). Antes de qualquer coisa salienta-se que esses teóricos são os típicos intelectuais orgânicos da burguesia do qual fala Gramsci (2006), assim, o objetivo de tais teóricos é se vincular organicamente na

¹ Este ponto será retomado no terceiro item deste texto.

estrutura de produção material da sociedade capitalista. Pois, para funcionar a estrutura produtiva não bastam apenas os trabalhadores, mas também são necessários técnicos que organizem a estrutura produtiva, ou seja, esses intelectuais organicamente ligados à burguesia, como é o caso dos administradores de empresas, buscam garantir o funcionamento da economia capitalista, e também para a expansão de sua própria classe. Para Gramsci (2006) essa relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas é “mediatizada” em diversos graus, por todo o tecido social, que no limite são planos que correspondem a função da “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade.

Portanto, os administradores de empresas sempre defenderão as formas de contratação terceirizadas como uma forma de aprofundar a hegemonia, conforme é possível observar. Segundo Leiria “os anos 90 iniciaram para os brasileiros com um *chamado à competitividade, como ingrediente para se alcançar a modernidade*, em que já se enquadraram confortavelmente as nações do Primeiro Mundo e onde *quem sai ganhando é o consumidor, o cliente, o cidadão*” (LEIRIA, 1992: 19, *grifos meus*). Da mesma maneira que Oliveira (1994) discorre sobre a necessidade das empresas se “qualificarem” em um mundo mais concorrente. “A terceirização é um tipo de ação administrativa que busca reduzir custos e aumentar a eficiência nas operações das empresas, visando à competitividade num mundo em que a concorrência torna-se cada vez mais acirrada” (OLIVEIRA, 1994, p. 13).

É importante destacar que, os autores da administração de empresas, intelectuais orgânicos da burguesia, defendem a tese de que, “se bem administrada, a prática da terceirização traz benefícios para todos os diretamente envolvidos na negociação, e, também para a comunidade, que espelha a condição de vida de seus cidadãos” (LEIRIA, 1992, p. 22). Pois, consideram-se as formas de contratação terceirizadas como uma medida estratégica em razão do “custo da mão de obra e sua administração, além dos reflexos econômicos, jurídicos, trabalhistas e previdenciários – é a empresa terceirizar inicial e gradualmente todas as atividades transferíveis a especialistas, concentrando integralmente a sua energia em sua verdadeira vocação.” (LEIRIA 1992, p. 22).

É com essa acepção sobre a terceirização, que surge a expressão “jogo de ganhar-ganha”. Na visão de Leiria (1992) esse processo é possível na medida em que estão envolvidas “empresas parceiras, idôneas, que bem administram seus recursos humanos e

reconhecem a virtude do jogo de ganha-ganha, afastam-se os riscos, aumentam-se os ganhos e atingem-se níveis de satisfação que proporcionam estabilidade” (LEIRIA, 1992, p. 83). Isso significa que os “ganhos são a razão de ser da terceirização” (LEIRIA, 1992, p. 82).

Algumas ponderações se fazem necessárias neste momento. Todas as vantagens observadas a partir da ótica de Leiria (1992) se fazem, reduzindo os custos com a força de trabalho, conforme explicitado no trecho acima. Nesse sentido, quando o autor afirma que se bem administrada a terceirização só traz benefícios, pergunta-se o óbvio, benefícios para quem? Vantagens para quem? Quais tipos de vantagens? O trabalhador que é impactado por essas modificações nas relações de interação entre as empresas fica exposto a condições mais precarizadas em seu cotidiano de trabalho. Justamente por ser ideologicamente orientado apresentam uma condição onde “todos ganham”, mas que, na realidade, não aparecem os trabalhadores, mas somente empresas. Portanto, quem são esses “todos” que ganham? Será que é possível um jogo onde todos ganham sem haver algum perdedor? Se compararmos a um jogo de futebol, existem três resultados possíveis para os times em campo, vitória, derrota e empate. Por consequência, se um time ganha o outro perde, porém, quando há empate, não há ganhador ou perdedor.

De que maneira que é possível obter ganhos no modo de produção capitalista? Essa discussão foi exposta de maneira singular por Marx, no qual, apresentou sua tese sobre a mais-valia. De acordo com Marx (1975) o processo de valorização só ocorre quando existe o trabalho humano orientado a um fim, e no modo de produção capitalista, o processo de trabalho possui dois fenômenos peculiares, em primeiro lugar, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho e que o produto é propriedade capitalista e não do produtor direto, ou seja, do trabalhador e nesse sentido, o capitalista paga ao trabalhador o valor de um dia da força de trabalho (MARX, 1975). A mais-valia pode ser resumida como a quantidade de tempo que o trabalhador individual fornece ao capitalista em determinado período de tempo, ou seja, o chamado trabalho excedente.

Isso significa que se o valor é produzido pelo trabalho humano, e na sociedade capitalista o produto do trabalho não pertence a quem o objetivou, mas sim a quem paga sua força de trabalho, e, se a jornada de trabalho é composta em trabalho necessário e trabalho excedente, sendo o segundo, em última instância, o lócus onde é produzida a mais-valia, a relação do lucro e do ganho capitalista significa a perda do trabalhador (pois este não trabalha para si). Portanto, seguindo este princípio, é impossível em uma economia capitalista todos

ganharem, tal como aponta o “jogo de ganha-ganha” que é defendido nas relações de terceirização pelos autores da administração.

Portanto, como foi possível demonstrar até aqui, a simbiose de reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo, contribuiu para que a forma de contratação terceirizada fosse sendo cada vez mais utilizada, sobretudo, em razão do “imperativo da competitividade”. Todavia, como se apresentará adiante, esta estratégia além de possibilitar maiores lucros dos empresários, contribui para a desarticulação da classe trabalhadora. Agora, serão expostos trechos das entrevistas com trabalhadores terceirizados com o objetivo de apresentar como estes observam a dimensão política e sindical.

Os trabalhadores terceirizados e sindicato: um difícil diálogo

Conforme se apresentou anteriormente, nesse trabalho recorre-se a trechos de entrevistas realizadas com trabalhadores terceirizados. Estes dados foram coletados durante a realização da pesquisa de mestrado que serve de subsídio para este artigo. Utilizou-se como instrumento metodológico a pesquisa qualitativa, sobretudo, a técnica de entrevista não diretiva, que consiste em entrevistas sem um roteiro preestabelecido, permitindo ao entrevistado dizer qual o caminho por onde que seguir, mas isso não significa que não o pesquisador foi a campo sem estudos, informações e questionamentos prévios do campo. Assim sendo, os trechos destacados neste item abordam a dimensão política e sindical a partir do ponto de vista destes trabalhadores. Ao todo foram realizadas entrevistas individuais com seis trabalhadoras, mulheres, cuja faixa etária varia entre 35 e 45 anos e que atuam no setor de limpeza de Escolas Públicas Estaduais no município de Marília-SP, mas neste artigo apresentam-se trechos de somente três entrevistas. Nesta cidade existe um total de 24 Escolas somando um total aproximado de 90 trabalhadores.

Durante a realização das entrevistas, o pesquisador percebeu que as trabalhadoras sempre se queixavam sobre o cotidiano de seus respectivos trabalhos, afirmando que as condições eram precárias, que os salários eram baixos, que sofriam constantes humilhações, etc. Tendo em vista este tipo de relato, o pesquisador passou a questionar sobre a relação das trabalhadoras com o sindicato que as representam, e porque não buscavam se articular coletivamente para modificar as condições do cotidiano do trabalho.

Pesquisador: Qual a relação de vocês com o sindicato?

Mercedes²: – Olha esse ano tivemos direitos no sindicato, porque antes não tínhamos direito não, esse ano que a gente tem. Cobraram uma taxa, que não sabíamos o que era, e perguntei que desconto era aquele no meu salário? Falaram que era a taxa do sindicato, que foi dividida em duas vezes, cobraram uma “taxinha boa” até: 75 reais.

Pesquisador: - E como se dá à organização de vocês? Pensando fora da escola e do ambiente de trabalho, ou seja, na relação com os demais trabalhadores e sindicato?

Mercedes: – É nós por nós mesmo. Aqui ninguém vai ao sindicato com medo de ser mandado embora, ninguém se organiza todo mundo fica esperando um ir, a realidade é isso, ninguém vai.

Pesquisador: - E porque ocorre isso?

Mercedes: – Ah meu bem, porque a maioria é que nem eu. Temos crianças pequenas e se ficarmos desempregadas? É como dar murro em ponta de faca. Então agente opta por esperar outra pessoa ir e ver como que fica. Quando tem problemas resolvem-se entre eles, o sindicato com a empresa, porque se você vai ao próprio sindicato... Teve uma vez que nós procuramos o sindicato, ai ele [o representante do sindicato] falou: “A única coisa que a gente pode te dizer moça é que a gente vai entrar em contato com eles [empresa], pegar o nome de vocês e das outras pessoas que vieram aqui, falar que vieram funcionários da empresa aqui, passar a situação para nós entrarmos com ação contra eles”.

É possível observar que nas falas de Mercedes (trabalhadora entrevistada) ir ao sindicato significa aumentar o risco de ser mandada embora, já que, o sindicato tem uma postura conciliatória com a empresa, ou seja, o sindicato não adota uma postura mais crítica em relação à empresa e as formas de contratação terceirizadas, pois entendem que, o sindicato deve garantir os acordos entre trabalhadores e empresa. Em uma visita do pesquisador ao sindicato que representa essas trabalhadoras, o SINDIMAR (Sindicato dos Trabalhadores e Edifícios, Imobiliárias, Serviços Terceirizados, Entidades Benéficas, e Instituto de Beleza de Marília e Região) um advogado, representante do sindicato afirmou que a postura do sindicato era sempre negociar com a empresa, eles querem garantir o que for melhor para a empresa e para os trabalhadores.

² Os nomes das trabalhadoras são fictícios, pois conforme foi acordado, alteraram-se os nomes visando prevenir as identidades para salvaguardar essas trabalhadoras.

Em entrevista com outra trabalhadora, Rosa, também foi perguntado se esta era filiada a algum sindicato, porém, sua resposta foi de certo modo surpreendente no ponto de vista do autor deste trabalho.

Pesquisador: – E você é filiada a algum sindicato? Tem algum sindicato que vocês fazem parte?

Rosa: – Para falar a verdade eu nem sei se essa firma tem sindicato. A outra firma que nós estávamos tinha, mas o sindicato era de Bauru. Essa eu não perguntei ainda não.

Pesquisador: – E alguma vez vocês já procuraram o sindicato para tentar alguma reivindicação de melhoria do trabalho?

Rosa: – Não, nós não procuramos não. Ah eu acho que nem resolve para falar a verdade viu, porque é uma coisa muito grande, é um pouquinho de pessoas contra um monte de firma de terceirizada, então não tem como né. A única coisa que eles vão falar para você, não está satisfeita procura outra coisa.

Pesquisador: – Então você acha que ser terceirizada dificulta a articulação política? Por exemplo, ocorreu à mobilização dos trabalhadores estaduais que eles entraram em greve e a escola que você trabalha paralisou por três dias. Você acha que o fato deles serem trabalhadores do Estado ajuda na mobilização para lutar por direitos?

Rosa: – Ah ajuda! Vai terceirizado fazer greve para você ver, vai tudo para o olho da rua. Vai tudo para o olho da rua. Eu acho que ajuda bastante, porque terceirizado nem pensa em fazer greve, eu acho que nunca vi terceirizado fazer greve para falar a verdade para você, eu nunca fiquei sabendo que terceirizados fazem greves.

Assim como na fala de Mercedes, Rosa apontou sobre dificuldade que os trabalhadores terceirizados encontram ao recorrerem aos sindicatos, sem contar ainda, que ela sequer sabia se havia algum sindicato que a represente. Sobre esse ponto, deve-se salientar uma questão importante, que reverbera na relação trabalhador x sindicato, isto porque, na pesquisa que serve de base para este artigo, investiga-se o trabalho terceirizado no setor público. No Estado de São Paulo os contratos firmados entre contratante (Estado) e contratada (empresa de terceirização), só podem ocorrer mediante a um processo licitatório, que tem duração de dois anos. Qualquer empresa a nível nacional pode concorrer ao certame, não havendo necessidade sequer que a empresa tenha endereço fixo na cidade onde ela venceu a licitação. Disto decorre que cada empresa e por consequência, seus trabalhadores,

possuem um sindicato específico, além disso, como a cada dois anos a empresa pode ou não vencer a licitação, os sindicatos que representam estes trabalhadores podem modificar, conforme pode ser visto na fala de Rosa.

Quando outra trabalhadora, Heleith, foi questionada sobre o sindicato, esta afirmou que as trabalhadoras possuem sindicato, todavia, não têm representatividade na medida em que não atendem aos trabalhadores, e isso se deve em parte pelos próprios trabalhadores e parte pelo sindicato. A razão disto ocorrer, segundo Heleith, reside no seguinte ponto: “– Acontece que, ninguém deveria ficar esperando [o sindicato]. Teria que ser um conjunto organizado de todo mundo da mesma empresa reclamar, teria que ter uma organização entre todos os trabalhadores, porque se só os trabalhadores de uma escola falam, o que acontece, eles vão trocar tudo” (Heleith, trabalhadora). As únicas ações que realizam o sindicato segundo Heleith é oferecer descontos em cabeleireiro, em farmácia e em alguns comércios, além de oferecer acesso gratuito à internet e fotocópias de documentos.

A não representatividade em muito decorre da insegurança que estas trabalhadoras sentem, pois como exposto acima, qualquer reclamação e/ou reivindicação pode significar demissão. Essa insegurança e medo se dão por diversas razões, mas quase sempre o ponto principal é a fragilidade contratual redundada no constante risco de ser mandado embora que estas trabalhadoras sentem. O medo que estas trabalhadoras possuem, fazem com que estas sintam caminhando sempre na corda bamba, repercutindo no cotidiano de suas atividades, incidindo também que estas para manterem-se em seus trabalhos aguentem várias situações de humilhações, criando assim como diz a psicologia, um mecanismo de defesa.

Nesse sentido, as trabalhadoras terceirizadas que foram entrevistadas para esse trabalho acabam possuindo uma sociabilidade mediada pelo medo o que afeta diretamente a possibilidade dessas mulheres de se inserirem na organização e luta política, contribuindo para que o sindicato que as representam continue sendo um sindicato pelego, que visa mais atender seus próprios interesses, do que colocarem de maneira combativa em defesa dos direitos destas trabalhadoras.

Existe ainda outra situação que evidencia o papel que o sindicato que representa essas trabalhadoras ocupa diz respeito à questão salarial. De acordo com a convenção coletiva do próprio sindicato, o piso salarial mínimo é de R\$820,00, todavia essas trabalhadoras recebem um valor de R\$750,00, ou seja, recebem um salário mais baixo do que prevê a convenção coletiva firmada pelo sindicato. Isto significa que nem as premissas

mais básicas, fazer com que a convenção coletiva seja cumprida pelas empresas de terceirização. Mas como Mercedes (trabalhadora) apontou ninguém vai ao sindicato, pois tem medo de ser mandado embora.

Portanto, o que se demonstrou até aqui é que a forma de contratação terceirizada tem um impacto bastante forte para essas trabalhadoras, sobretudo, em razão da fragilidade contratual com que essas mulheres estão submetidas, esse fator soma-se ainda o fato dessas trabalhadoras serem de meia idade, entre 35 e 45 anos e também possuírem baixa escolaridade, todas as informantes aqui apresentadas não concluíram o ensino médio regular. Isto quer dizer que, essas mulheres tendencialmente estão expostas as maiores taxas de desemprego.

Nas Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED) realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), publicadas no ano de 2014, as mulheres estão expostas aos maiores índices de desemprego se comparado aos homens, no ano de 2012 eram 12,5% (Mulheres) x 9,4% (Homens). Já quando são aferidos por faixa etária e/ou escolaridade os índices variam, pois o desemprego feminino atinge de maneira diferente as mulheres. Com relação à faixa etária, o desemprego das mulheres de 25 a 39 anos foi de 36,8% em 2012 e de 40 a 49 foi de 11%. Já com relação aos índices referentes à escolaridade 9,3% das mulheres com Ensino Fundamental Incompleto³ estavam desempregadas, ao passo que o desemprego chegou a 17,2% para as mulheres que possuem o Ensino Médio Incompleto⁴.

Portanto, através desta brevíssima demonstração, as mulheres que ocupam os postos de trabalhos terceirizados tal como investigado na pesquisa que serviu de base para este artigo, estão mais expostas aos índices de desemprego, uma vez que, são mulheres na faixa etária de 35 a 45 anos e com baixa escolaridade e/ou com o Ensino Médio Incompleto. Essa questão também tem consequências diretas para a organização política, isto porque, uma vez que essas trabalhadoras são mais expostas ao desemprego ou ao emprego informal. As entrevistadas afirmaram que antes de serem terceirizadas, foram empregadas domésticas, isto é, estavam no emprego informal e por consequência, sem os direitos básicos dos trabalhadores brasileiros. Com isso, ingressar em um emprego formal, ainda que em uma

³ No Brasil o Ensino Fundamental compreende os anos iniciais da educação básica, 1º ao 9º Ano. Enquanto que o Ensino Médio são os anos 10º ao 13º.

⁴ Os índices estão disponíveis em <http://www.dieese.org.br/analiseped/mulheresSAO.html>; e <http://www.seade.gov.br/produtos-seade/> Acesso em: 01/08/2014.

condição precária, como a terceirização, faz com que essas mulheres, sob a necessidade de manterem seus postos de trabalho não se enfileiram à luta dos trabalhadores.

Assim, na análise da realidade concreta – onde o concreto é a síntese de múltiplas determinações –, o trabalho terceirizado configura-se em uma estratégia do Capital para ajudar na desarticulação dos trabalhadores, na medida em que esses sujeitos estão submetidos a um regime de fragilidade contratual. Além disso, como o índice de desemprego é maior para as entrevistadas por esta pesquisa, elas colocarem-se em luta pode significar demissão, e num ambiente onde o exército industrial de reserva é maior, a pressão sobre os trabalhadores empregados tende a aumentar.

Através do que é exposto aqui, torna-se necessário agora deter-se mais sobre a questão sindical demonstrando de que maneira as formas de contratação terceirizadas ganharam força em um período de retrocesso da luta sindical, e que em razão disso, coloca grandes desafios a classe trabalhadora.

Terceirização e sindicatos: uma urgente e necessária aproximação

Conforme foi apresentado até este momento, a forma de contratação terceirizada no Brasil começou a ser adotada com maior frequência a partir dos anos 90, principalmente em razão da conjuntura daquele período. Além disso, como se expôs no tópico acima, parte dos trabalhadores terceirizados se veem em uma difícil situação, na qual, recorrer ao sindicato significa – ou pode significar – demissão. Nesse sentido, apresentar-se-á agora a relação entre a conjuntura que a terceirização expandiu-se e a transformação da luta sindical no Brasil.

No primeiro item, defendeu-se que, os impactos da nova conjuntura, reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo foram sentidos na organização e na administração do setor produtivo, e, no enfraquecimento do poder de luta dos trabalhadores. O primeiro ponto teve como principal característica a flexibilização da produção que nada mais é do que uma estratégia para os empresários conseguirem extrair maiores índices de produtividade dos trabalhadores conforme exigências do mercado (VESAPOLLO, 2006). Em razão desta “necessidade” criada pelo capital, em continuar extraindo altas taxas de lucros, gerando maiores índices de acumulação, os administradores de empresas (LEIRIA, 1992; OLIVEIRA, 1994), intelectuais orgânicos da burguesia, defenderam veemente a utilização da forma de contratação terceirizada como a solução para as empresas e o Capital.

Enquanto que, o segundo ponto apresentado, o enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores ocorre por uma soma de múltiplas determinações em uma dinâmica unidade histórica, desigual e combinada. Um exemplo disso é o fenômeno chamado: desconcentração fabril, e o impacto que esta causou frente ao “mundo do trabalho” gerando uma nova divisão internacional do trabalho. O principal ponto da desconcentração foi o Capital encontrar uma imensa massa de pessoas que poderiam servir como força de trabalho e assim, criar um exército industrial de reservas a nível global, desferindo um duro golpe sobre os trabalhadores organizados nos sindicatos combativos.

Isso significou para o Capital baratear o custo da produção de manufaturados em sua mais variada forma, continuando abastecer os grandes centros consumidores, e de quebra, minar todo o poder dos sindicatos combativos. *Toyotismo* e deslocalização fabril foram grandes ataques do Capital sobre o Trabalho, na correlação de forças Capital x Trabalho. Nesse sentido o que o Capital conseguiu foi criar um exército industrial de reservas a nível mundial “mundializando o desemprego” (MÉSZÁROS, 2006), afetando diretamente a pauta de reivindicação dos movimentos de trabalhadores.

Inserido nessa conjuntura, e como “país periférico” o Brasil também adotou as premissas da ordem internacional, e durante os Governos de Collor e FHC, aderiu a políticas neoliberais para se inserirem nesse jogo internacional, ainda que de maneira subordinada. As intenções que foram levadas a cabo durante o governo FHC significou uma abertura econômica, flexibilizando os juros, servindo aos interesses do setor financeiro da economia que ditava as regras no FMI, impactando na economia brasileira, também afetada pela deslocalização fabril e que gerou grande número de desemprego. Para FHC essa abertura iria forçar uma “modernização” das empresas e indústrias nacionais, para que pudessem se inserir de maneira mais competitiva possível num “mundo globalizado”.

Se observar à situação brasileira ver-se-á uma questão importante. Esse período narrado corresponde à transição dos anos 80 para os anos 90. Deve-se lembrar de que em toda a década de 1980 o sindicalismo brasileiro vinha adotando posturas ofensivas frente ao Capital e, que foi chamado de “sindicalismo de oposição” (BOITO JR, 1999). Os trabalhadores organizados politicamente na Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizaram greves gerais; tinham um posicionamento político muito crítico em relação às políticas econômicas; postura anti-imperialista; sintetizado no “sindicalismo de oposição”. Seu programa político era: boicote a dívida externa; estatização do sistema financeiro;

estatização da saúde, educação e transportes coletivos; e reforma agrária. Tudo isso, é claro, sob o controle dos trabalhadores. Além ainda do combate às políticas neoliberais privatistas e também, propondo um boicote ao sistema eleitoral lutando por uma constituinte exclusiva e soberana.

Todavia, a transição para os anos 90 que representou toda essa abertura política econômica, foi também uma mudança na própria organização dos trabalhadores em torno da CUT. O novo cenário econômico fez com que os trabalhadores defendessem outras pautas, isto é, agora deveriam manter os postos de trabalho frente à ameaça do desemprego, e para isso, os sindicatos deveriam adotar posturas conciliatórias, de negociação com os empresários, e, portanto, um abandono do “sindicalismo de oposição” em detrimento do “sindicalismo propositivo” (BOITO JR, 1999).

A mudança para o chamado “sindicalismo propositivo” significou o abandono à luta prática e agitação contra o modelo de desenvolvimento econômico, não denunciando também a política neoliberal. Concentraram-se no discurso da “moralização da política” e buscavam elaborar propostas que interessariam governos, empresas e trabalhadores. Pergunta-se, como é possível elaborar uma proposta que agrade “gregos e troianos”? É uma busca que na prática significa assumir os interesses de determinada classe, pois, são distintos os interesses da classe trabalhadora e da classe burguesa. Nesse sentido, passou-se a estigmatizar a greve em detrimento da negociação com os patrões e com o governo neoliberal.

Na avaliação de Boito Jr (1999) existem duas vertentes que buscam explicar a mudança da CUT, polarizando assim o debate. A primeira vertente considera que a própria ideologia e as decisões da corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, o principal fator explicativo para a mudança pós 1990. Enquanto que a segunda variante considera as condições objetivas como o fator explicativo das decisões estratégicas que a Articulação Sindical implantou. Porém mais do que as razões da mudança interna dessa central sindical, interessa aqui, alinhar as transformações políticas da estratégia sindical com o avanço das formas de contratação terceirizadas.

Assim em meio a esse processo interno, outra questão estava posta ao movimento sindical: a questão da terceirização. Ao recorrer ao estudo de Martins (1994), fica explícito que havia duas teses que ganharam destaque com relação às formas de contratação terceirizada no interior da CUT, a primeira que afirmava que parte da indústria brasileira

expressava uma modernização da mentalidade empresarial e o estabelecimento de um novo padrão de relação entre o capital e o trabalho, em razão, sobretudo, da crítica e das greves dos trabalhadores contra o sistema de produção fordista. Já a segunda tese, tratava-se de acompanhar uma tendência internacional, de responder as exigências da produtividade, qualidade e diminuição de custos, o que poderia garantir competitividade.

Essa segunda tese traz como consequência a adoção de uma “tese de inevitabilidade” do processo de terceirização, e que não restava ao movimento sindical nada mais do que dispor-se a negociação, ou tentar pelo menos, diminuir o prejuízo dos trabalhadores. Isto significa que para Martins (1994) no meio sindical – assim como o empresarial, explícito no primeiro item deste artigo – havia uma forte defesa de que a terceirização era inevitável, na medida em que se relaciona com uma transformação do sistema produtivo. Desta maneira, a crítica não reside propriamente na terceirização, e sim, na “terceirização à brasileira” (MARTINS, 1994) ou na “terceirização tupiniquim” (FARIA, 1994). Mas o que significa essa “terceirização à brasileira” ou “terceirização tupiniquim”?

Esse foi um debate travado no início dos anos 90 no Brasil, onde havia uma polarização entre terceirização positiva e negativa. Sinteticamente pode-se dizer que, a terceirização positiva é vista como fonte de dinamismo e de poder competitivo que permite uma maior integração entre grandes e pequenas empresas, isto é, seria o trinômio: qualidade, competitividade e produtividade (FARIA, 1994; FLEURY, 1993; GITAHY, 1994; MARTINS, 1994). Ao passo que para esses mesmos autores a terceirização negativa seria uma deformação das formas positivas da terceirização, na medida em que torna-se uma estratégia apenas para reduzir custos com a força de trabalho, precarizando e mantendo o antagonismo entre empregados e movimento sindical, na medida em que impera a desconfiança generalizada, cujo objetivo é lucro no curto prazo.

É importante destacar que na visão de Druck (1999), não é possível separar as práticas de terceirização dos países do primeiro mundo (qualidade, produtividade e competitividade) com a praticada pelos empresários brasileiros (redução de custos), tal como sugerido pelos autores citados acima (FARIA, 1994; FLEURY, 1993; GITAHY, 1994; MARTINS, 1994), na medida em que, estas práticas fazem parte do processo de reestruturação produtiva.

Não há como contrapor “redução de custos” *versus* “qualidade, produtividade e competitividade”, pois, para se atingir os novos padrões de competitividade, exigidos pela reordenação do mercado internacional, o “tripé” custos, qualidade e

produtividade é o principal sustentáculo não somente da terceirização, mas do modelo japonês no seu conjunto. Até porque o processo de melhoria da qualidade significa, geralmente, redução de custos. (DRUCK, 1999, p. 149).

Portanto, na medida em que há um debate entre positividade e negatividade a respeito da terceirização essa dualidade também se insere na luta política e sindical, repercutindo nas práticas, objetivos e demandas sindicais a respeito da terceirização, no qual, a principal defesa da CUT com relação às formas de contratação terceirizadas foi a regulamentação e não a luta pelo seu fim. Convém salientar que esse posicionamento da central sindical não foi simples, construiu-se ao longo de um processo político, como sugere Dau (2009), ao defender que, entre 1990 e 2003, a CUT focou sua ação em um posicionamento contrário à terceirização, cujas estratégias eram, denúncias e ações de resistência em relação aos processos de terceirização, todavia, essa resistência não conseguiu frear o avanço de tais práticas.

Hoje a principal defesa da CUT é pela homologação do Projeto Lei n. 1621/2007, proposto pelo Deputado Vicente Paulo (PT-SP). Com este Projeto de Lei a central defende a regulamentação das relações de trabalho nos processos de terceirização, visando restringir sua utilização e combater a precarização do trabalho, propondo, igualdade de salário, jornada, benefícios, ritmo de trabalho e condições de saúde e segurança. Ainda que seja importante colocar em pé de igualdade os trabalhadores terceirizados com os não terceirizados, essa proposta é limitada, já que não enfrenta o problema em sua raiz, isto é, a fragmentação dos coletivos de trabalhadores que essas práticas proporcionam criando grandes dificuldades à luta dos trabalhadores.

Por fim cabe destacar um último ponto, ainda que as práticas de terceirização criem novas dificuldades sobre a classe trabalhadora, não significa dizer, conforme defende Alves (2010) que esta cria uma “dessubjetivação de classe”, pois nesse caso a classe trabalhadora já não mais seria um ator político capaz de oferecer resistência, e assim, já estaria completamente derrotada na correlação capital-trabalho. O que alguns exemplos recentes mostram é que estão surgindo, ainda que esporadicamente, movimentação política de trabalhadores terceirizados e também, alguns setores defendendo o fim da terceirização.

Para encerrar, apresentam-se três exemplos de recentes organizações e mobilização de trabalhadores terceirizados: o primeiro foi no ano de 2005, na Universidade de São Paulo (USP), quando trabalhadores terceirizados do setor de limpeza apoiados pelo SINTUSP (Sindicato de Trabalhadores da USP) e movimento estudantil, articularam-se politicamente

e travaram uma luta contra a empresa de quem eram empregados e contra a Universidade. Durante essa greve, a principal pauta de reivindicação foi a melhoria das condições de trabalho, uma vez que, esses trabalhadores queixavam-se das humilhações patronais, das péssimas condições de trabalho e principalmente dos atrasos de pagamento e de benefícios (ASSUNÇÃO, 2011).

A segunda experiência ocorreu no ano de 2012 no Rio de Janeiro, quando trabalhadores terceirizados do setor de limpeza do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, paralisaram suas atividades em detrimento dos salários atrasados⁵. A greve desses trabalhadores, que mesmo considerados como “periféricos”, conseguiu paralisar todo o Hospital, uma vez que, nenhum local pode funcionar adequadamente sem a devida higiene. Nesse sentido, é possível conferir um papel importante para esses trabalhadores terceirizados, demonstrando que possuem uma alta capacidade de parar a “produção”, ou seja, podem e devem ocupar um papel importante na luta de classes.

Por fim a terceira experiência de mobilização dos trabalhadores terceirizados ocorreu em Abril de 2014, quando trabalhadores do setor de limpeza fecharam cinco escolas estaduais na cidade de Nazaré-BA. A paralisação ocorreu, sobretudo, em razão de parte dos funcionários estarem a mais de dois meses sem receber seus salários. A paralisação contou com apoio dos estudantes⁶.

É importante destacar que todas essas paralisações tiveram um caráter mais espontâneo cujo estopim foi atrasos de salário e não recebimento de alguns direitos. Todavia, a partir desse levante inicial emergiram outras pautas, sobretudo, no tocante ao cotidiano do trabalho onde ficam explicitadas todas as relações de alienação, estranhamento e toda decorrência sobre o sujeito trabalhador em sua integralidade⁷. Esses três exemplos ajudam na compreensão de que, as formas de contratação terceirizadas ainda são desafios que os sindicatos e as centrais sindicais precisam enfrentar. Ainda que haja um início de mobilização dos trabalhadores terceirizados, a utilização destas práticas de contratação continua sendo implantada, sendo mais comum a cada dia. Portanto, se há uma expansão das formas de contratação terceirizadas ao passo que não existem estratégias sindicais que visam

⁵ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,greve-da-limpeza-faz-hospital-suspender-cirurgias-no-rio,848964> Acesso em: 01/08/2014.

⁶ Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/terceirizados-de-limpeza-fecham-escolas-estaduais-1582378> Acesso em: 01/08/2014.

⁷ Sobre esse ponto cf CUNHA, 2014 (mimeo).

acabar com esta, a luta dos trabalhadores tendem a tornarem-se mais difíceis, o que não incide em uma “dessubjetivação”, todavia, são novos desafios que estão colocados.

Considerações Finais

Dentro do que foi exposto aqui é possível identificar que as formas de contratação que foram utilizadas no Brasil tiveram seu impulso determinante no início dos anos de 1990, sobretudo em razão da simbiose do tríplice fator: reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo. Essa síntese significou para os administradores de empresas, intelectuais orgânicos vinculados à burguesia, a necessidade de lançarem mãos de práticas que visassem garantir maior competitividade nesta conjuntura. Nesse sentido, a utilização da terceirização seria uma medida que por um lado, garantiria uma redução de gastos, ao mesmo tempo em que permitiria a empresa focar naquilo que era sua especialidade, e por consequência, aumentar a qualidade do produto, e, portanto, a empresa iria se inserir de maneira competitiva no mundo “mundializado”.

Todavia o que esses intelectuais orgânicos da burguesia não falam, por razões ideológicas, é sobre os reais sujeitos inseridos nesse processo, isto é, os trabalhadores e o que essas práticas implicam para eles, e mais do que isso, esses teóricos têm claro que, essa forma de contratação contribui também para uma questão fundamental para o capital: a desarticulação política do trabalho em meio à correlação capital-trabalho.

Ainda em meio a esse contexto, outro fator também importante contribuiu para que a resistência dos trabalhadores fosse dificultada: a mudança qualitativa do sindicalismo brasileiro, representado pela principal central sindical, a CUT. A mudança da CUT, para uma posição de negociação significou um momento de refluxo para os trabalhadores e lutas sindicais, e por consequência essa luta modificou-se qualitativamente. Passou da ofensiva para a defensiva, da crítica à submissão, cujo interesse e principal objetivo era manter o máximo de empregos possíveis, já que era inevitável a perda de postos de emprego em razão da nova conjuntura internacional. Assim essa conjuntura que se apresentou afetou diretamente as práticas empresariais, e as formas de luta da principal central sindical brasileira. Nesse sentido, o terreno estava preparado e o solo estava fértil para que empresários lançassem mão das formas de contratação terceirizadas.

Utilizar esta prática de contratação terceirizada significou para o capital um “ganho duplo”: por um lado era possível reduzir gastos e aumentar a qualidade e produtividade, pois

a empresa se focalizaria naquilo que era sua especialidade, terceirizando e transferindo a empresas especializadas em determinados serviços, como por exemplo, a limpeza, transporte, logística, etc.; podendo assim a empresa se inserir de maneira mais competitiva no mercado mundializado. Enquanto que, por outro lado, contribuiria para maior fragmentação dos coletivos de trabalhadores, enfraquecendo os sindicatos ao minar seu poder de pressão, já que os diferentes trabalhadores são representados por diferentes sindicatos.

Isto resultou em uma espécie de disciplinamento da classe trabalhadora, a hegemonia voltava a nascer das fábricas – se é que um dia isso deixou de ocorrer. Pode-se dizer que é uma espécie de rearranjo do fenômeno já observado por Gramsci (2001) nos anos 30 quando este se deparava com o “americanismo”. Todavia conforme se demonstrou, ainda que essas formas de contratação terceirizadas impliquem em maiores dificuldades para a classe trabalhadora, não significa que esta já esteja totalmente derrotada. Surgem ainda levantes espontaneístas assim como foi possível verificar no terceiro item deste trabalho, todavia, a questão que se coloca aqui é pensando no sentido gramsciano, ou seja, como passar do espontaneísmo da revolta para a organização política classista? Isto é, para organizar as massas deve-se: educar, conscientizar para entender as camadas exploradas e oprimidas e aí sim, buscar onde há um fator explosivo, para daí organizar politicamente e ideologicamente. E mais do que isso, será que essa massa de trabalhadores terceirizados aliados à classe trabalhadora será capaz de formar seus próprios intelectuais orgânicos, para que assim, possam organizar-se em partidos? E impedir que a hegemonia continue a nascer da fábrica, dos serviços...

Referências Bibliográficas

ALVES, G. Terceirização e precarização na USP. In *Revista ADUSP*, São Paulo: USP, Janeiro 2010.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

ASSUNÇÃO, D. (org.). *A Precarização Tem Rosto de Mulher*: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. São Paulo: Edições Iskra, 2011.

BOITO JR, A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

CORRÊA, M. B. Reestruturação produtiva e industrial. In: CATTANI, A. D. (org.). *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2000.

DAMARTINI, Z. B. F. Trabalhando com Relatos Oraís: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, A. B (org.). *Reflexões Sobre a Pesquisa Sociológica*. São Paulo: CERU, 1992. p. 42 – 60.

DAU, D. M. A expansão da terceirização no Brasil e a estratégia da CUT de enfrentamento à precarização do trabalho. In: DAU, D. M; RODRIGUES, I. J; CONCEIÇÃO, J. J. (org.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. São Paulo: Annablume; CUT; 2009.

DRUCK, M G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo, 1999.

FARIA, A. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. MARTINS, H. H. S; RAMALHO, J. R. (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994, p. 41 – 60.

FLEURY, A. Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro. In: HIRATA, H. (org). *Sobre o “Modelo Japonês”*: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: EdUSP, 1993.

GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.8, n.1, jan/mar, 1994.

GRAMSCI, A. Caderno 22 (1934). Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 239 – 282.

_____. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 14 – 53.

LEIRIA, J.S; SARATT, N. D; SOUTO, C. F. *Terceirização Passo a Passo: o caminho para a administração pública e provada*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1992.

LUKÁCS, G. *Introdução a Uma Estética Marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, H. H. S. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização. In: MARTINS, H. H. S; RAMALHO, J. R. (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994, p. 13 – 39.

MARX, K. *El Capital: critica de la economia politica* (vol. I). México: Fondo de Cultura Economica, 1975.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Pólis, 1980. p. 192 – 211.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 27 – 44.

_____. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, M. A. *Terceirização: estruturas e processos em xeque nas empresas*. São Paulo: Nobel, 1994.

VASAPOLLO, L. O Trabalho Atípico e a Precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45 – 58.

Reflexões Sobre a Dinâmica da Violência

Leon Denis da Costa*

Durkheim tornou a Sociologia uma ciência, sistematizando-a com uma metodologia positivista e suas generalizações, a qual tinha como princípio fundamental “a realidade objetiva dos fatos sociais”. Ele delimitou que o objeto de estudo da Sociologia são os fatos sociais, ou seja, maneiras de agir, pensar e sentir impostas por um poder de coerção aos indivíduos, independentemente de suas vontades, as quais são exteriores a eles e oriundas do meio social.

Em sua análise sociológica da modernidade, o autor desenvolveu importantes conceitos que são essenciais para a compreensão tanto de sua teoria sociológica quanto a dinâmica da violência na relação entre indivíduo e sociedade: a divisão social do trabalho, a solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, consciência coletiva e anomia, que enfatizam a diferenciação social e especialização das funções dos indivíduos na complexa sociedade contemporânea. Afinal, a violência, para Durkheim, é analisada como um fato social.

Durkheim (2002) aponta como ato imoral aquele que vai contra os deveres que os indivíduos têm uns para com os outros numa sociedade, porém há atos imorais que são independentes de qualquer grupamento social, que são os que atentam contra a vida, a propriedade e a honra dos seres humanos, pois não existe uma fronteira espacial ou geográfica para a moralidade. Então, para Durkheim (op. cit.), o homicídio (assassinato) e o roubo são considerados atos imorais por excelência que estão indelevelmente presentes na consciência comum, na representação individual, o que é reforçado pela representação coletiva de forma coercitiva e exterior ao indivíduo por ser um fato social.

Numa dupla mudança dos sentimentos coletivos para sentimentos dos indivíduos, por meio da correlação entre a dignidade moral e a gravidade em que uma pena era sancionada, Durkheim demonstrava que, nas sociedades inferiores, referente a atos imorais quando se referiam a particulares, por mais que os culpados sofressem uma pena, mesmo que fosse severa, ainda não havia a intervenção do Estado. A repressão a esses atos imorais

* É graduado em Letras pela Universidade Estadual de Goiás e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

e violentos, que deveria ser de iniciativa dos particulares, não era punida ou seria tão grave quando o ato fosse cometido contra o Estado. Para ilustrar, veja-se o exemplo de Durkheim:

Na Grécia, o próprio assassinio só era punido mediante solicitação da família, e esta podia se contentar com uma indenização pecuniária [...] estes atos, em suma, só têm sanções parcialmente civis, com muita frequência limitam-se a uma espécie de sanção por perdas e danos. (Idem, op. cit., p. 155).

Desse modo, a presença do direito restitutivo tem como objetivo principal simplesmente preservar a ordem e não produzir a punição ou aplicação de uma pena ao cometimento de um crime, uma vez que esta última é uma atribuição do direito repressivo. Assim, Durkheim aponta que o direito repressivo é utilizado para favorecer o grupo, e que as normas sociais e morais devem ser preservadas quando a coletividade for colocada em risco por um certo indivíduo, devendo este ser devidamente punido.

Com efeito, nessas sociedades inferiores (no sentido de ainda não desenvolvidas no contexto da modernidade, pré-modernas, tribais), os grupamentos coletivos (ou a sociedade) não davam atenção aos crimes contra os particulares, pois eram considerados os verdadeiros crimes aqueles que afetavam a ordem familiar, religiosa e política. “Primitivamente, os sentimentos coletivos mais fortes, os que menos toleram a contradição, são os que têm por objeto o próprio grupo, seja o grupo político em sua integridade, seja o grupo familiar.” (Idem, op. cit., p. 155).

Por conseguinte, o que aflige o indivíduo tem pouca intensidade na coletividade, pois, como afirma Durkheim, “a dor do indivíduo comove pouco, pois seu bem-estar interessa pouco”, o que se relaciona a sua concepção de consciência coletiva e também de solidariedade mecânica¹.

Durkheim (1995), em sua primeira obra, *Da Divisão do Trabalho Social* (1893), definiu consciência coletiva como um conjunto de crenças (ideias) e sentimentos encontrados comumente a média dos indivíduos de uma sociedade, constituindo um sistema determinado que tinha vida autônoma. Aponta ainda que existiam duas consciências no

¹ Em sua primeira obra, *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim desenvolveu vários conceitos, dentre eles, a solidariedade mecânica, que tem como ponto central a consciência coletiva que é produzida e partilhada socialmente e se sobrepõe ao indivíduo. O grupo predomina sobre o indivíduo, a diversidade das funções é mínima, e as regras visam à coesão social do grupo. Para demonstrar o predomínio da consciência coletiva sobre o comportamento dos indivíduos, Durkheim, por meio de estudo das normas jurídicas, constatou que, nas sociedades mecânicas, há a hegemonia do direito repressivo, ou seja, a presença da punição, a força exterior e coercitiva da consciência coletiva sobre os indivíduos; enquanto nas sociedades modernas, há a solidariedade orgânica, o direito restitutivo (SELL, 2013, p. 88).

indivíduo: uma consciência particular, que contém apenas estados pessoais, própria da personalidade individual; e uma consciência coletiva que é comum a toda a sociedade, um tipo coletivo. O autor enfatiza, porém, que, embora sejam distintas, são ligadas uma a outra, possuindo um único substrato orgânico – a sociedade.

Por outro lado, nas sociedades modernas, o sofrimento individual passa a receber atenção em detrimento do grupo, o que pode ser compreendido a partir da concepção de solidariedade orgânica², em que houve o desenvolvimento do moralismo individual a partir da complexa divisão do trabalho social, ou o “recuo³ de alguns sentimentos coletivos”, pois a diferenciação social, especialização da função, aponta para a necessidade de interdependência dos indivíduos na coesão e integração social.

Durkheim, que operacionalizava seu método em sua análise “objetiva da realidade”, ressaltava que descobrir o funcionamento das regras nas sociedades, bem como as causas predominantes que exercem influências sobre as consciências dos indivíduos, é crucial para identificar a variação da taxa social de homicídios, pois seria o mecanismo para medir através de estatística a capacidade ou poder de proibição de assassinatos.

Essa reflexão da diminuição progressiva dos homicídios ao longo de um determinado período histórico levou Durkheim (2002, p. 158) a concluir que “o que faz com que um povo tenha maior ou menor inclinação ao assassinato é esse respeito ser mais difundido ou menos, é um valor maior ou menor ser atribuído a tudo o que se refere ao indivíduo”, pois, para o autor, o primeiro imperativo é a proibição de privar o ser humano da existência, isso é, a proibição da vida.

Então, por meio de sua demonstração estatística, Durkheim afirma, sob a perspectiva da moralidade, que os laços morais, a integração social entre os indivíduos e a regressão do homicídio estariam causalmente explicados com a elevação do grau de civilidade de um povo ou de uma nação. Destaca, contudo, que outros crimes ou práticas

² Para Durkheim, a divisão do trabalho é uma característica da sociedade moderna, não a interpretando economicamente como um mecanismo que aumenta a eficiência e produtividade. Há uma função de integração que altera os laços de solidariedade entre os indivíduos. Denominou de solidariedade orgânica quando a consciência coletiva é enfraquecida e há o respectivo aumento da autonomia do indivíduo. A interdependência dos indivíduos pelas especificidades das funções de cada um apresenta um efeito moral essencial à sociedade, à coesão moral (SELL, 2013, p. 90-91).

³ Tal expressão de Durkheim nos faz recordar a explicação de Karl Marx ao referir-se à dinâmica da sociabilidade do homem, ao salto qualitativo do ser humano em que foi necessário “um recuo das barreiras naturais” para o desenvolvimento e transformação do ser social.

violentas como roubos e fraudes se multiplicariam com a civilização, decorrentes da aglomeração em cidades (Idem, op. cit., p. 159).

Em outras palavras, Durkheim explica que o fato de os seres humanos buscarem sentimentos morais estranhos à individualidade, à subjetividade humana, como, por exemplo, o culto aos deuses, às coisas, ao Estado que simbolizam, revela a insensibilidade às dores humanas. Assim, o enfraquecimento dos sentimentos coletivos (não a eliminação total) faz com que as taxas de homicídio nos países civilizados tendam a redução.

A mudança da agressividade pela teoria do processo civilizador de Elias

Antes de discutir a teoria sociológica de Norbert Elias proposta neste estudo, torna-se necessário fazer alguns apontamentos sobre a tese do processo civilizador. Para tanto, as reflexões de Quintaneiro a seguir são apropriadas:

O processo civilizador é um movimento de mudança de longa duração, não intencional ou planejado pelos indivíduos e grupos que nele participam. Ele não possui um ponto zero, isto é, um começo absoluto [...] Ele tampouco visa a uma finalidade, como por exemplo, o progresso humano, e tanto pode avançar no sentido de maior autocontrole, diferenciação e integração sociais como inverter tal direção, quando se torna descivilizador. Sua tendência tem sido à moderação dos impulsos da vida instintiva e afetiva, à participação das condutas, a formas mais complexas de organização política e de divisão do trabalho. Pode se dizer que ele institui, sobre ações e sentimentos, uma modelagem específica cuja origem passa gradativamente de fontes externas até se constituir em autodomínio. (QUINTANEIRO, 2010, p. 71).

Elias (1990) enfatiza que a estrutura emocional do homem é um todo constituído de instintos que, ao se tornar socialmente expressa, demonstra tanto o funcionamento da sociedade como o dos indivíduos. O instinto de agressividade ou “pulsão agressiva” segundo Elias (op. cit., p. 190) refere-se a “uma função pulsional particular dentro da totalidade de um organismo”, e “mudanças nessa função indicam mudanças na estrutura da personalidade como um todo”.

Elias ainda afirma:

[...] a agressividade mesmo nas nações mais belicosas do mundo civilizado parece bem mais pequena. Como todos os demais instintos ela é condicionada... pelo estado adiantado da divisão de funções e pelo decorrente aumento da dependência dos indivíduos entre si e face ao aparato técnico. É confinada e domada por inúmeras regras e proibições, que se transformaram em autolimitações. Foi tão transformada, “refinada”, civilizada como todas as outras formas de prazer. (Idem, op. cit., p. 191, *grifo do autor*).

Tal afirmação de Elias demonstrou que, nas sociedades modernas, houve um maior controle social através da organização estatal, controlando as emoções em comparação com a Idade Média, em que estas eram liberadas de forma franca e desinibida, em batalhas, o que pode ser compreendido pela estrutura de cada sociedade em seu tempo.

A estrutura social que não dispunha de um poder social punitivo contava com a presença do guerreiro. Assim, neste caso, a força se tornava o fator mais importante numa batalha, e, conseqüentemente, o homicídio era comum. Além disso, naquela época, o capital ou dinheiro poderia negociar as emoções ou pagar pelo não sofrimento ou a morte, em que, até mesmo, nestes casos, os mais pobres já estariam condenados.

Elias demonstrou como o homem da Idade Média vivia e dava expressão a seu prazer na guerra, o que era perfeitamente normal, pois, enquanto guerreiro, esta era sua função social:

[...] não temer a morte era necessidade vital para o cavaleiro. Ele tinha que lutar. A estrutura e tensões dessa sociedade transformavam isto em condição inescapável para o indivíduo, e tal disposição estava presente tanto nos cavaleiros, guerreiros como também na vida dos burgueses na cidade, apenas uma pequena elite que teria hábitos e costumes diferentes. (Idem, op. cit., p. 196).

Segundo Elias (op. cit., p. 198), a religião não possui “um efeito civilizador ou de controle das emoções”, pois representa o grau de civilização de cada sociedade ou classe que a sustenta.

Nas sociedades modernas, até mesmo, nos casos de guerras, do emprego de alta beligerância, Elias salienta que o controle e a transformação da agressão tornam-se mais impessoais e com descargas emocionais menores que as intensas e imediatistas da época medieval. Para que aqueles instintos socialmente proibidos, como o prazer de matar e destruir, concretizassem-se nas grandes guerras, nas sociedades civilizadas, houve a necessidade de uma “aguçada propaganda habilmente consertada para reacender e legitimar as grandes massas de pessoas” (Idem, op. cit., p. 199-200).

Portanto, de acordo com Elias (op. cit.), é no cotidiano da vida civilizada que as emoções se mostram de forma refinada e civilizada, o que pode ser perceptível nos esportes em que a agressão e a beligerância encontram-se socialmente permitidas, em que as emoções podem ser liberadas, submetendo-se às regras e transformando as manifestações ativas das emoções agressivas em atitudes passivas, como, por exemplo, uma luta de boxe. Um outro exemplo bastante comum no cotidiano de nossa sociedade moderna, descrito, segundo Elias,

por La Salle em sua obra *Civilité*, refere-se ao fato de as crianças ficarem ansiosas para tocar com as mãos as coisas que sentem gosto, quando deveriam ser corrigidas e ensinadas “a tocar o que veem apenas com os olhos” (Idem, op. cit., p. 200).

A mudança na estrutura da personalidade se apresenta mais clara com o controle das emoções na sociedade moderna, pois outrora o que representaria um prazer presenciar gatos sendo queimados vivos, hoje, em nossa sociedade moderna, é condicionado como uma manifestação de repugnância, parte de emoções socialmente indesejáveis e puníveis, estabelecendo-se um conflito com desejos ocultos (Idem, op. cit., p. 202).

O desenvolvimento de longa duração da violência: as considerações de Eisner

Eisner (2003), ao introduzir seu ensaio “The Long-Term Development of Violence: Empirical Findings and Theoretical Approaches to Interpretation” a partir de contribuições de outros pesquisadores, destacou que a Sociologia tem-se interessado pelo debate de que a modernidade devesse ser interpretada como um processo civilizador, no controle e na regulação do barbarismo e da violência, desde a emergência da teoria do evolucionismo do século XIX. A modernidade ou é percebida numa narrativa otimista do progresso em que a civilização é o princípio da modernização ou, em outro extremo, numa perspectiva pessimista do potencial assassino da dinâmica da coerção e da disciplina (Idem, op. cit.).

Segundo Eisner (op. cit.), o importante estudo de Ted Robert Gurr ocorreu na década de 1980, que produziu uma análise estatística da frequência de assassinatos e homicídios involuntários da Inglaterra e seu desenvolvimento da Idade Média ao século XX. O estudioso demonstrou, em gráficos, um decréscimo gradual em longo prazo na violência interpessoal, interpretando esta tendência como uma mudança cultural na estrutura social e no controle interno e externo dos comportamentos agressivos do homem na sociedade ocidental. Ainda Eisner apontou que outros estudos relacionados à relação entre violência interpessoal e modernidade foram desenvolvidos por historiadores criminais incluindo outras regiões da Europa, os quais elegeram o assassinato e o homicídio involuntário como um tipo de violência individual, para verificar o desenvolvimento ou a mudança no decorrer dos longos períodos. Ainda que as informações estatísticas tenham surgido nos países ocidentais, entre o final do século XVIII e a metade do século XIX, os pesquisadores obtiveram as informações quantitativas nos períodos anteriores, a partir de investigações historiográficas.

Eisner (op. cit.) reuniu análises quantitativas sobre a frequência de homicídios por pesquisadores e sistematizou em cinco regiões da Europa: Inglaterra; Holanda e Bélgica; Escandinávia; Alemanha e Suíça; e a região da Itália. As estatísticas confirmaram a diminuição das taxas de homicídio por muitos séculos em tais regiões, apontando o final do século XVI como o ponto de virada, com um pequeno declínio da taxa de homicídio, e também apontaram que a transformação duma sociedade com altas taxas de homicídio para uma sociedade com baixas taxas deve ser considerada de acordo com as diferenças regionais, o que pode explicar a ocorrência na Inglaterra e Holanda, países pioneiros no processo de modernização (Idem, op. cit., p. 47-49).

Segundo Eisner, existe um consenso compartilhado entre pesquisadores e acadêmicos de que a história secular dos homicídios só pode ser compreendida no contexto duma perspectiva exterior, em que as mudanças nas estruturas sociais de poder, desenvolvimento das leis, questões de mentalidade e condições econômicas e culturais devem ser levadas em consideração. Ressalta, no entanto, que existem muitos detalhes relacionados ao desenvolvimento em longo prazo dos homicídios que ainda estão obscuros (Idem, op. cit., p. 51).

A teoria do processo civilizador de Norbert Elias é uma das abordagens teóricas mais utilizadas para interpretação do declínio da violência interpessoal na história secular dos crimes, porém há pesquisadores que, até mesmo, refutam completamente a teoria. Eisner (op. cit), contudo ressalta que, além de apontar o declínio secular, a teoria da civilização de Elias é capaz de sustentar várias regularidades empíricas.

Para ilustrar tal afirmação, Eisner destaca que uma das recentes análises dos desenvolvimentos de longa duração na violência criminal, a partir da teoria do processo civilizatório, é o de Pieter Spierenburg⁴ (1991), que argumenta que o declínio secular da violência individual na história europeia deve ser interpretado como uma mudança na mentalidade, sentimento de alteridade, identificação e preocupação para com o sofrimento do outro; por conseguinte, diminuição da tortura, das punições corporais, execuções públicas

⁴ Pieter Spierenburg, além de realizar este estudo sobre a história cultural e antropológica da Europa pré-industrial, em 1998, em seu estudo "Men and Violence. Gender, Honor, and Rituals in Modern Europe and America", ele estabelece uma conexão da abordagem teórica do processo civilizador no declínio da violência, ao longo dos séculos, com representações sobre as funções dos conceitos de masculinidade na mudança histórica. Para ele, o conceito de honra masculina era fortemente ligado a habilidade e disposição para ganhar respeito e força, utilizando-se de força física caso necessário, na Europa pré-moderna. Com a modernidade, a honra masculina ficou ligada ao sucesso econômico.

do declínio da violência individual para processos e comportamentos mais civilizados (EISNER, 2003, p. 52).

Uma crítica, apontada por Eisner (op. cit., p. 52), à teoria do processo civilizatório de Elias é a de que tal abordagem para explicar as tendências de longo prazo da frequência de homicídio apresenta concepções gerais⁵, “como a formação de monopólio ou a extensão de cadeias de interdependência e mudanças históricas no estilo de vida, o verdadeiro cenário da violência”, uma abordagem incompleta⁶ “da influência das ideias legais e práticas de sanção sobre a percepção da violência e, até mesmo, a relação entre formas do conflito social do dia a dia e os modos de lidar com o conflito”.

De acordo com Eisner, dois pesquisadores proeminentes se basearam na teoria social de Max Weber para explicar a tendência a longo prazo da frequência de homicídio. Um deles é Gerhard Oestreich, que apropriou-se das categorias de racionalização, burocratização, nas variadas formas de controle sobre a vida do indivíduo, criando o conceito de disciplinamento social. Outro pesquisador foi Xavier Rosseaux, que investigou sobre as ideias legais e práticas penais sobre os homicídios, a partir da concepção de modernização presente em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Idem, op. cit., p. 53).

Conforme Eisner (op. cit.), a teoria do processo civilizatório apresenta o indivíduo medieval destituído de razão ou vergonha que tem sua vida conduzida pelos impulsos, manifestando comportamentos agressivos espontaneamente, em episódios de violência que posteriormente serão controlados pelo Estado Moderno. Tal abordagem apresenta esse indivíduo como uma personalidade infantil ainda com deficiência em sua civilidade (Idem, op. cit., p. 53).

A abordagem feita por Thome (1995)⁷ é similar à de Eisner, o qual vê a possibilidade de utilizar da teoria da anomia⁸ de Durkheim para interpretar o desenvolvimento a longo prazo da violência, em que quanto mais civilizada fosse uma sociedade, seria menor o número de assassinatos. Conforme a abordagem de Durkheim, porém, a violência individual deve ser compreendida como o resultado duma cultura moral

⁵ Versão nossa de tradução.

⁶ Versão nossa de tradução.

⁷ Helmut Thome realizou um estudo da relação entre modernização e crime, explicando a tendência a longo prazo do crime violento.

⁸ Anomia é um conceito importante na obra de Durkheim. Em *O Suicídio*, ele descreve um tipo de suicídio anômico como aquele que ocorre pela situação em que as normas não têm sentido ou estão ausentes, ou seja, faltam regras sociais; quando as normas da sociedade, sejam morais ou sociais, parecem enfraquecidas, incapazes de controlar o comportamento do indivíduo.

particular, logo, para este, é rejeitada a tese de que a alta frequência de violência está ligada às condições instintivas primitivas que podem ser reguladas e controladas pelas instituições culturais. De acordo com Eisner, enquanto, para Durkheim, o declínio dos homicídios é o resultado da maior autonomia do indivíduo em relação às responsabilidades coletivas; para Elias, o declínio da violência é percebido como as consequências do monopólio do Estado no potencial de controle e coerção das relações sociais. Portanto, conforme Eisner discute a teoria de Durkheim, as altas taxas de violência estariam vinculadas à intensidade das emoções do grupo (valores morais e tradição) pelas quais o indivíduo foi influenciado. Logo, o declínio da violência apresentar-se-ia à medida que a subjetividade estivesse acima das responsabilidades do grupo, ou seja, os sentimentos e as representações do indivíduo tornar-se-iam hegemônicos em relação ao coletivo (EISNER, 2003, p. 54).

Uma das questões levantadas por Eisner refere-se a como devem ser interpretados os desvios e as oscilações na regularidade do declínio secular do homicídio, sendo que, nos períodos anteriores à emergência da estatística, existem especulações⁹ que buscam interpretar a elevação ou diminuição da violência. Houve outros estudos¹⁰ em períodos da vigência da estatística que demonstraram a variação, identificando elevações nas taxas de homicídios por várias décadas, até mesmo períodos em que houve uma redução muito atípica (Idem, op. cit., p. 55).

Assim, segundo Eisner, os pesquisadores que se apoiam na abordagem teórica da civilização interpretam esses fenômenos como desvios da tendência geral, com a hipótese de que os processos de modernização que causaram esses desvios do padrão geral. Eisner (op. cit., p. 55), no entanto, trouxe uma interessante contribuição sugerida pelo pesquisador Thome, que compreende a dinâmica da modernização como uma relação de conflito entre forças anômicas, engendrando violência de um lado e forças civilizadoras de outro. Logo, as taxas de homicídio são elevadas nos períodos em que houve um domínio de desorganização e desintegração social, como revoltas, insurreições, revoluções, isso é, de grande mudança na sociedade.

⁹ Por exemplo, historiadores do crime estimaram que, na Inglaterra e Alemanha, no período da Alta Idade Média, as taxas de homicídio seriam mais altas para o período posterior às grandes pragas de 1398, que nos períodos anteriores.

¹⁰ No final do século XVII, até meados do século XVIII, as taxas de homicídio quase triplicaram na Suécia. Nos períodos precedentes à Primeira Guerra Mundial, foi sugerido o aumento dos assassinatos de acordo com as estatísticas nacionais de França, Bélgica e Prússia; e, já nos períodos dos anos 1950 ao início dos anos 1990, uma elevação quase que universal nas taxas de homicídio.

Considerações finais

As considerações teóricas de Durkheim e Elias possibilitam pensar as grandes transformações estruturais ocorridas na sociedade moderna, afetando as relações sociais dos indivíduos, ora sendo percebidas pelo aspecto do moralismo individual e a questão da integração social e coesão entre os indivíduos decorrente da complexidade da divisão do trabalho social, ora como uma mudança nos costumes e no comportamento dos indivíduos com o controle da agressividade e dos impulsos decorrente da emergência e monopolização do controle dos meios de violência nas mãos do Estado moderno. Conforme Giddens (1991), nos Estados pré-modernos, as relações de exploração entre as classes eram, em parte, mantidas pela força ou ameaça de seu uso, sendo que a classe dominante, frequentemente de guerreiros, dispunha de tal força através de acesso direto aos meios de violência (Idem, op. cit., p. 73). As abordagens teóricas contribuíram para inúmeras análises do desenvolvimento da violência individual em longo prazo, possibilitando a interação destas em debates contemporâneos, conforme apontado por Eisner, através da modernização social e violência individual, predominando ora forças civilizadoras, ora forças anômicas.

Referências bibliográficas

COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. Deveres gerais, independentes de qualquer grupamento social. In: *Lições de Sociologia: a moral, o Direito e a sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 153-167.

EISNER, Manuel. The long-term development of violence: empirical findings and theoretical approaches to interpretation. In: HEITEMEYER, Wilhem; HAGAN, John (Eds.). *International handbook of violence research*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. v. 1.

ELIAS, Norbert. A mudança na agressividade. In: *O processo civilizador: mudanças nos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v. 1.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

QUINTANEIRO, Tânia. *Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

THOME, Helmut. *Modernization and crime: what is the explanation?* IAHCCJ Bulletin, 20, 31–47, 1995.

O Marxismo Dissidente de Karl Korsch*

Dave Renton**

Iniciaremos apresentando brevemente os principais eventos da vida de Karl Korsch. Korsch nasceu na Alemanha do Norte em 1886, sendo logo atraído pelas ideias do radicalismo estudantil, durante o período anterior à Primeira Guerra Mundial, que defendia a restauração da Alemanha tendo por base o liberalismo, a democracia e o respeito por outras nações. Ele era um estudante diligente e rapidamente obteve um doutorado em Direito. Korsch, com apenas vinte anos, aproximou-se das ideias da esquerda e aderiu ao Partido Social Democrata Alemão (SPD). Contudo, o seu progresso era lento, por isso continuou se identificando com o centro ou com a ala direitista do partido. Entre 1910 e 1914, Korsch morou na Inglaterra, onde ele se uniu à moderada Sociedade Fabiana. Korsch serviu ao exército, pegou em armas, foi promovido, e foi radicalizado novamente pela guerra. Depois disso se aliou ao Partido Social Democrata Independente (USPD). Nessa época, concentrou sua atenção nos conselhos operários e na luta deles pelo controle da indústria, apesar de que essa ideia ainda não tenha sido desenvolvida completamente e não tenha se tornado o coração de sua política (tal como foi para Gramsci nesse período) e outros mais tarde. Com os acontecimentos que dividiram o USPD, Korsch seguiu uma minoria dos seus camaradas e aderiu ao Partido Comunista Alemão (KPD) em 1920. Como era muito talentoso e articulado, numa época em que tais homens eram raros, ele foi elevado rapidamente aos principais círculos do partido. Em 1923, ele se tornou o Ministro de Justiça para o parlamento regional na Turíngia, depois foi eleito ao parlamento alemão e participou na tentativa de revolução em outubro de 1923, que fracassou por falta de liderança ou qualquer tipo de plano.

Korsch se defrontou, na maior parte do resto de sua vida, com um movimento operário em refluxo. Isso acabou se refletindo na carreira de Korsch, marcado pelo mesmo senso de isolamento em relação a qualquer movimento de massa. O KPD trocou rapidamente de lado, indo à esquerda, depois à direita, e então rachou novamente, expulsando seus líderes

* Tradução de Nildo Viana.

** Dave Renton: autor de diversos livros sobre fascismo, marxismo, entre os quais *Marxismo Clássico*; *Marxismo Dissidente*; *Marx e a Globalização*; *Fascismo Britânico: O Movimento Operário e o Estado*; *O Partido Comunista da Grã-Bretanha nos anos 20*; *Trotsky*; *Fascismo: Teoria e Prática*.

prévios em cada fase. Em 1923, o primeiro livro significativo de Korsch, *Marxismo e Filosofia*, foi criticado pela liderança da Internacional Comunista. Korsch tentou reunir uma oposição comunista internacional, buscando se unir à Esquerda Comunista Italiana, de Amadeo Bordiga, sem sucesso. Ele foi expulso do Partido Comunista Alemão em 1926 e perdeu o seu assento no Parlamento alemão dois anos depois. Ele tentou influenciar o movimento comunista apelando para figuras proeminentes que eram de sua amizade na esquerda internacional, inclusive Bertold Brecht.

Korsch continuou escrevendo ensaios para as revistas da esquerda estrangeira (*Council Correspondence*, *Partisan Review*, *Modern Quarterly*, *New Essays* e *Living Marxism*) e uma obra sobre Karl Marx em 1938. Ele continuou publicando até os anos cinquenta, mas o seu trabalho sofre de seu sentimento evidente de frustração. O mundo estava sendo dividido em alianças políticas pela Guerra Fria, e Korsch percebeu que havia um espaço muito pequeno para qualquer esquerda autêntica poder florescer. Ele morreu em 1961.

Este resumo faz pouca justiça à gama das atividades de Korsch, e principalmente para a originalidade das suas ideias. Karl Korsch enfrentou os mesmos dilemas que afligiram a esquerda desde então e tentou, tão honestamente quanto pôde, traçar um caminho para o renascimento do comunismo libertário. Independente de aceitarmos ou não suas respostas, elas nos encorajam a pensar em forças que permanecem atuantes muito frequentemente ainda hoje.

Nos anos vinte, por exemplo, Korsch tentou entender o que tinha conduzido à sua expulsão do Partido Comunista. Justamente, ele diagnosticou o problema como algo mais que um fracasso do senso de justiça no seu próprio caso isolado. Ele descobriu uma falta de espírito independente, uma subserviência muito forte em relação a uma liderança designada por Moscou. Realmente, Korsch foi além dessa constatação e insistiu que o problema estava na concepção leninista de organização que os comunistas alemães tinham herdado de Moscou. Ele viu forte paralelo entre o leninismo com o marxismo não-revolucionário dos socialistas alemães do pré-1914. O centralismo democrático teve a tendência, segundo Korsch, de sempre sujeitar as massas às decisões do líder.

No final dos anos vinte e início dos anos trinta, Korsch identificou no stalinismo (capitalismo estatal), como a fonte dos novos problemas da época. Korsch descreveu, em um artigo, a filosofia administrativa da União soviética como “uma mera justificativa

ideológica do que, em sua tendência atual, está presente nos estados capitalistas e por isso é, inevitavelmente, um estado baseado na supressão do movimento revolucionário progressista da classe proletária”. A classe dominante russa oprimia os trabalhadores em seu próprio país, como poderia, pois, ter um papel progressista no exterior? Korsch também criticava outras figuras na esquerda, como Leon Trotsky, que defendeu a tese de que a União soviética pudesse ser salva por um processo de reforma sem revolução. Em contraste com tais escritores, Korsch manteve a posição de que a contrarrevolução stalinista foi mantida por um processo global antissocialista, embasado na hegemonia da indústria pesada. Da mesma forma que no século 19 esse processo resultou no capitalismo, no século 20, a acumulação de capital e a formação de empresas gigantescas resultaram em novas oligarquias, baseadas na reação extremista e antiproletária.

A ascensão de Hitler e dos nazistas ao poder forçou o exílio de Korsch. Isso também foi um desafio para sua análise sobre as crises. Inicialmente, Korsch considerou que o nazismo tinha origem semelhante ao do fascismo, reformismo e stalinismo. O seu argumento, nessa época, era o de que o capitalismo tinha entrado em um período de crise. Em tal situação, a classe operária poderia tanto optar pela ofensiva como pelo refluxo. Na metade dos anos 1920, a tendência apontava para a derrota em todos os lugares. Em uma época de contrarrevolução, não importava realmente qual forma de reação triunfava, contanto que seu predomínio fosse reconhecido pelos socialistas como uma derrota. Nesse contexto, Korsch defendeu a ideia de que a democracia burguesa poderia voltar, da mesma forma que o fascismo. O resultado, como ele descreveu, era um mundo no qual fascismo se tornou a norma: “a lei histórica subjacente, a lei da contrarrevolução fascista, completamente desenvolvida em nosso tempo, pode ser formulada da seguinte maneira: depois do esgotamento completo e derrota das forças revolucionárias, a contrarrevolução fascista tenta cumprir, através de métodos novos e revolucionários e em formas extensamente diferentes, essas tarefas sociais e políticas que as frações denominadas reformistas tinham prometido alcançar, mas que já não poderiam ter sucesso sob determinadas condições históricas”.

No exílio, Karl Korsch revisou sua concepção de fascismo. Ele percebeu posteriormente que o fascismo não era apenas mais uma força reacionária visando esmagar os trabalhadores, mas também um movimento de massa que por causa de sua máscara de organização pseudorrevolucionária pôde recrutar grandes quantidades de trabalhadores comuns e usar a energia deles de forma inesperada. Revendo suas posições anteriores, ele

passou a aceitar que o fascismo teve apoio popular: “alimentando pelas derrotas e omissões dos políticos, associadas ao seu apoio ao nacionalismo, e, no final das contas, a resolução que o fascismo promoveu dos problemas que atingiam os campos econômicos e políticos e que cuja solução foi negligenciada ou frustrada devido as atitudes antissocialistas dos socialistas e o comportamento antidemocrático dos democratas”.

Em outro lugar, Korsch insistiu na contradição entre o que o fascismo promete e os resultados que seu governo promove. O “nazismo apresenta o espetáculo de uma ação revolucionária ruidosamente anunciada que, simultaneamente, tenta controlar e reduzir a um mínimo os resultados inevitáveis de seus próprios esforços subversivos”. Esta perspicácia significou que o fascismo pode ser tratado como um todo, único, mas contraditório. A ênfase nas tensões no interior do fascismo permitiu a outros marxistas discutir a possibilidade de barrar o fascismo, mas somente se o movimento socialista se unisse em sua totalidade contra ele. No caso de Korsch, este avanço teórico só foi possível depois que seu autor perdeu o contato com qualquer movimento de massa. Korsch estava agora correto nos seus diagnósticos abstratos, mas não pôde formular nenhuma sugestão ativa sobre o que deveria ser feito de fato.

A contribuição prática mais importante de Karl Korsch era questionar o marxismo do início do século 20, ou, implicitamente, qualquer movimento de luta da classe operária, que possuía apenas um caráter reformista. Por isto ele afirmou que era absurdo usar as ferramentas históricas e intelectuais de tradição de esquerda para qualquer propósito diferente na revolução futura. A ideia de uma historiografia socialista, uma teoria marxista das artes ou uma teoria anarquista da evolução, era, para ele, igualmente absurda. A única fonte legítima da esquerda era encorajar luta da classe operária no sentido de uma revolução imediatamente efetiva. Ele desenvolveu tal ideia a partir da prática dos socialistas alemães após 1914, momento em que o partido foi capturado por líderes intelectuais que eram instruídos e simpatizantes do socialismo, mas que não possuíam nenhuma perspectiva revolucionária. A desconfiança de Korsch em relação aos intelectuais foi fortalecida pelos eventos dos anos trinta. Escritores proeminentes declararam apoio à União soviética e para toda e qualquer causa popular, menos para uma transformação real, o que deixou Korsch enfurecido.

Korsch criticou também o marxismo literário acadêmico por compartilhar defeitos semelhantes aos do marxismo de partido. Defendendo a tese de que a revolução era sempre

possível e iminente, lhe faltou qualquer senso real dos avanços e recuos do movimento dos trabalhadores. Esta falta de perspicácia o privou de qualquer senso das tarefas imediatas que poderia empurrar a organização para frente, localmente ou nacionalmente. Nosso crítico brilhante da inatividade socialista estava sendo, desta forma, um ativista surpreendentemente pobre. Ele raramente escreveu sobre movimentos populares. Ele pouco se interessou por questões de tática ou organização. A educação de classe média de Korsch o isolou do movimento dos trabalhadores. Ele estava marcado pelo desprezo pelo reformismo e pelo envolvimento nas campanhas fáceis pela paz ou contra o fascismo. Ele estava isolado devido ao processo de ascensão do stalinismo nos partidos de esquerda na Alemanha. Ele não tinha nenhum lugar para ir, restando apenas publicar de livros. O marxismo de Korsch se tornou uma revolução contra o mundo.

A tarefa que Korsch estabeleceu para ele mesmo, levar adiante as ideias da democracia revolucionária durante uma época de não-revolucionária, apesar disso, ainda era um trabalho valente e necessário. Frequentemente, ao longo de história, indivíduos solitários levaram adiante as ideias da esquerda revolucionária. Elas são ocultadas, mas também são redescobertas. As ideias revolucionárias florescem quando a luta clareia a situação. Isto ocorreu na Espanha em 1936, na Europa depois de 1968, e no mundo inteiro após os eventos de Seattle em 1999. A fonte do isolamento de Korsch era precisamente a recusa dele em chegar a um acordo e é esta firmeza que faz com que suas ideias ressurgam sempre que se desencadeia um desejo de uma transformação real.

O Significado Original de Libertárias

Maria Vitória Conceição Rangel*

São muitos os fatores que influenciam na análise de um filme, desde o tipo de assistente que a faz e suas perspectivas até a equipe de produção e suas concepções, fatores esses que podem facilitar ou até mesmo dificultar a análise de um filme. Para se fazer uma interpretação correta é necessário antes compreender o complexo processo de produção do filme para podermos superar as dificuldades que possamos enfrentar na hora de realizarmos a interpretação do mesmo.

Sendo assim, partindo da explicação de como é feita uma interpretação correta, exemplificando todo este processo desde o capital cinematográfico até a análise do contexto sócio-histórico e cultural em que o filme foi produzido, tentaremos fazer a análise do filme “Libertárias”, utilizando o materialismo histórico-dialético para que possamos realizar a interpretação correta do mesmo, de forma que consigamos chegar à conclusão de qual é o significado original do filme e possamos descobrir qual é a mensagem passada pelo mesmo.

Para se pensar o significado original de um filme, antes é necessário analisar e compreender todo o seu processo de produção. Agindo dessa forma, tentaremos no presente artigo, descobrir o significado original do filme “Libertárias”, porém, inicialmente se faz necessário uma abordagem sobre o cinema e a sua relação com a história.

Para Costa (1987), a relação entre história e cinema é muito ampla. Ele acredita que o filme é uma importante fonte de documentação histórica que os historiadores podem usar como ferramenta de estudo, pois muitas vezes os filmes retratam o contexto sócio-histórico e cultural de determinada época e sociedade, ajudando na pesquisa do historiador.

O cinema não é apenas um importante meio de comunicação, expressão e espetáculo, que teve seu início e sua contínua evolução, mas, exatamente enquanto tal, mantém relações muito estreitas com a história, entendida como aquilo que definimos o conjunto dos fatos históricos ou considerada como a disciplina que estuda tais fatos (COSTA, 1987).

Mas nem sempre foi assim, por muito tempo a história era considerada como uma ferramenta para servir ao Estado, e o historiador era quem mediava isso. Em meados do século XX, havia uma perspectiva de que o filme não era considerado fonte de documentação histórica significativa, era visto como algo incerto, onde podiam alterar a autenticidade dos

* Graduanda em História pela UEG (CCSEH). E-mail: mariavrangel.hist95@gmail.com

fatos, por isso os historiadores não consideravam o filme como um documento histórico. Segundo Ferro (2010, p.29), “além do mais, como confiar nos cinejornais, quando todo mundo sabe que essas imagens, pseudorrepresentações da realidade, são escolhidas, transformáveis, já que são reunidas por uma montagem não controlável, por um truque, uma trucagem”.

Porém o tempo passou, a história se transformou e novas abordagens sobre este fenômeno da sociedade surgiram. Podemos destacar a emergência de análises que partem da perspectiva do materialismo histórico-dialético, um novo método surgiu e essa concepção anterior se modificou e o filme passou a ser visto de outra maneira. A partir destas novas abordagens outros elementos que constituem o cinema foram evidenciados, antes ocultos ou não discutidos. A partir daí percebe-se que o filme é uma ferramenta que pode ser usada para passar mensagens. Isso é algo que assusta o Estado, os poderes públicos e privado.

O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas (FERRO, 2010, p. 31).

Dessa forma, percebe-se que a relação entre história e cinema está intimamente ligada à história do próprio cinema, desde as suas origens no final do século XIX e que passou por muitas mudanças ao longo da história. Tais mudanças contribuíram para uma maior aceitação do filme como documento histórico. O cinema passa, por um lado, a ser apropriado por grandes empresas, utilizando o mesmo como fonte de lucro. Do outro, o próprio Estado passa a controlar essa produção, de forma que sirva de instrumento de controle social. Como é notável, as produções cinematográficas se tornam um fenômeno complexo da sociedade moderna, por este motivo, entre outros se faz necessário buscar compreender o cinema e o filme em si.

Um filme é uma produção coletiva (da equipe de produção) que possui caráter ficcional e que repassa uma mensagem (valores, concepções, sentimentos) através de meios tecnológicos de reprodução (o cinematógrafo), que, por sua vez, produzem imagens, diálogos, acontecimentos, possibilitando a montagem (VIANA, 2012, p.19)

Dessa forma podemos compreender que o filme é um produto histórico e social, e deve ser analisado dessa maneira. Contudo é preciso ainda entender que o processo de

produção de um filme é algo muito complexo. Viana contribui para a análise cinematográfica, e também para deixar mais claro a complexidade existente em torno destas produções. Ele aponta vários elementos que são relevantes para a proposta que apresentamos inicialmente neste texto, que é a de se chegar ao significado original de um filme. Segundo Viana (2012, p. 19), “o filme para ser analisado precisa ser definido e descomposto, isto é, a análise do filme pressupõe sua definição e decomposição em seus elementos constituintes”. Pensando assim, ele apontou vários elementos que são necessários para se fazer tal análise, dentre eles pode-se destacar: “em primeiro lugar, é necessário perceber que o filme é um tipo de obra de arte que se diferencia das outras, inclusive das obras literárias, pois é uma produção coletiva, na qual não se pode atribuir a autoria a apenas um indivíduo” (VIANA, 2012, p. 45).

Com isso percebemos que o filme é produzido por diversas pessoas, que possuem diferentes valores e concepções que podem influenciar no significado original e na mensagem passada pelo filme. Esse é apenas um dos diversos elementos apontados por Viana como importantes para descobrir o significado original de um filme. Ele aponta outras questões não menos importantes, como por exemplo o contexto sócio-histórico e cultural em que o filme foi produzido, a influência do capital cinematográfico, e a pessoa que faz a assistência do filme.

Assim como quem produz o filme, quem o assiste vive em uma sociedade e possui valores e concepções que podem influenciar na análise que o indivíduo faz do filme. Segundo Viana (2009) existem vários tipos de assistência que podem ser feitas ao ver um filme, ele aponta a assistência crítica como sendo a mais correta para se fazer uma análise precisa do filme. Segundo Viana (2009, p. 24) “A assistência crítica é aquela que ultrapassa a percepção do filme como algo dado e auto-suficiente, ou seja, que não se limita a perceber seu universo ficcional, mas também busca seus fundamentos e seu significado social e histórico”.

Para se fazer tal assistência não é tão simples, deve haver uma superação do senso comum e dos valores impostos pela sociedade. Algo que também influencia na análise de um filme é a qual classe social a pessoa que está fazendo a análise pertence. Segundo Viana (2012), uma pessoa com perspectiva proletária pode encontrar mais facilidade em fazer a análise do filme e chegar ao seu significado original do que alguém da classe burguesa. É importante saber também que todo filme passa uma mensagem, “o elemento fundamental do

filme é a sua mensagem. A mensagem é uma expressão figurativa da realidade, porquanto expressa uma determinada percepção da realidade, seja ela qual for” (VIANA, 2012, p. 45). Tendo compreendido tais coisas e seguido esses passos, Viana acredita ser possível fazer uma análise correta do filme, de forma que se consiga chegar ao significado original do mesmo.

Posteriormente, usando essa base, partimos para a análise de “Libertárias”. O filme produzido e dirigido por Vicente Aranda retrata a história da Guerra Civil Espanhola que aconteceu em 1936, com foco para o grupo de mulheres revolucionárias denominadas “Mujeres Libres”. A trama tem início com grupos de resistência tomando uma cidade espanhola, cena seguinte retrata um grupo de freiras fugindo de um convento, que é tomado e queimado pelos revolucionários. Uma dessas freiras é Maria, que se torna a protagonista do filme, ela se esconde numa casa de prostituição no momento em que as “Mujeres Libres” adentram o lugar com a intenção de “libertar” as prostitutas, então Maria segue junto com o grupo de mulheres que se denominam anarquistas.

“Libertárias” foi filmado em 1996, mas só teve seu lançamento internacional em 2004, ele conta com aclamados atores espanhóis. No decorrer do filme, os anarquistas estão indo em direção à Zaragoza, numa tentativa de ocupá-la, pois a cidade sendo a capital de Aragão, era o centro de toda a comunicação da frente da mesma. Durante a viagem eles participam de diversas batalhas, porém durante isso, ocorre uma desavença entre o grupo, pois os homens que estavam participando da revolução não queriam que as mulheres se envolvessem na batalha, entretanto elas seguem seu desejo de lutar ao lado deles.

Paralelamente, Maria inicia um estudo sobre o anarquismo e começa a participar da revolução, nesse momento ela conhece um padre que também está junto com os revolucionários, ele se apaixona por Maria, porém ela surpreende quando decide ficar com Pilar - uma anarquista que também estava participando da revolução - ao invés de ficar com o padre.

Percebe-se nesse momento, que há uma mudança de valores da personagem principal, e inclusive do próprio padre, que passam de religiosos para participantes de uma revolução com princípios anarquistas, além do fato do padre ter se apaixonado pela freira, e ela ter escolhido ficar com uma mulher, tais acontecimentos vão contra a moral e a fé dos cristãos. Posteriormente, no final do filme, todas do grupo anarquista são assassinadas brutalmente, exceto Maria, que com o final da Guerra Civil Espanhola, acaba sendo presa, a

cena final do filme mostra Maria na cadeia falando com Pilar, que morre lentamente na sua frente. “Aos 68 anos, Aranda está tornando realidade um sonho que lhe acompanhava há muito tempo: produzir um filme épico sobre a utopia revolucionária anarquista que se instalou e durou apenas 4 meses, de 20 de julho a 30 de outubro de 1936 (GARCIA, 1995)”

Dessa forma percebe-se que há anos Vicente Aranda queria produzir algo que retratasse a Guerra Civil Espanhola, ele consegue realizar seu desejo com a produção de “Libertárias”, para ele:

Tem havido uma clara ocultação dos sucessos e revoluções que rondaram nossa guerra civil. Está na hora das pessoas descobrirem esses momentos heróicos que ocorreram, tidos como pecaminosos. É invejável, sobretudo agora que vivemos essa situação tão antiutópica² (GARCÍA, 1995).

Percebe-se que o produtor Vicente Aranda tenta com esta produção cinematográfica contar a história da Guerra Civil Espanhola, nota-se que essa é a mensagem que ele queria passar com o filme, uma retratação precisa da Guerra, evidenciando os revolucionários e principalmente o grupo de mulheres que participou disso, pois ele acreditava que era preciso contar tal história para levar ao povo espanhol a importância deste fato histórico para a história deles e do seu país.

O filme se torna uma contribuição como fonte de documentação histórica para o estudo da história espanhola, além de relatar uma experiência histórica revolucionária e sua importância para a história do país e do movimento revolucionário em si, com destaque para o anarquismo. A história da Guerra Civil Espanhola retratada por Vicente Aranda na produção de “Libertárias” demonstra que é possível fazer uma revolução, que as mudanças podem acontecer, o grupo “Mujeres Libres” representa bem a iniciativa de um movimento revolucionário, servindo de exemplo para outros grupos revolucionários que existam ou venham a existir posteriormente.

Referências bibliográficas

BERNARDET, Jean-Claude. *O Que é Cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

¹ Texto na íntegra: “A sus 68 años, Aranda está haciendo realidad un sueño que le rondaba desde hacía tiempo: realizar un filme épico sobre la utopía revolucionaria anarquista que estalló y duró apenas cuatro meses, entre el 20 de julio y el 30 de octubre de 1936” (GARCIA, 1995).

² Texto na íntegra: “Ha habido una clara ocultación de los sucesos y revoluciones que rodearon nuestra guerra civil., Es hora de que la gente descubra esos momentos heroicos que habían, tildado de pecaminosos. Es envidiable sobre todo ahora que vivimos en esta situación tan antiutópica” (GARCÍA, 1995).

COSTA, Antônio. *Compreender o Cinema*. Rio de Janeiro: Globo S.A, 1987.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GARCIA, Rocio. *Vicente Aranda envuelve Barcelon em el sueño heroico de la revolución anarquista*. Jornal El País 2 de agosto de 1995. Disponível em: http://elpais.com/diario/1995/08/02/cultura/807314402_850215.html Acessado em: 06 de fevereiro de 2015

JAECKEL, Volker. *Guerra Civil Espanhola Na Literatura E No Cinema Dos Anos 1990: A Idealização Da Luta Revolucionária*. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Aletria%20N%C3%BAmero%20Especial%20Guerra%20Civil/03-Volker-Jaeckel.pdf. Acessado em: 07 de fevereiro de 2015

VIANA, Nildo. *A Concepção Materialista da História do Cinema*. Porto Alegre: Asterisco, 2009.

_____. *Cinema e Mensagem – Análise e Assimilação*. Porto Alegre: Asterisco, 2012.

_____. *Como Assistir um Filme?*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.